

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM ECONOMIA

COOPAIL: UMA EXPERIENCIA NO
CAMPO DA COOPERAÇÃO

AUTOR: SANTO RENI DOS SANTOS FLORÃO

Campina Grande - PB

1995

**COOPAIL: UMA EXPERIENCIA NO
CAMPO DA COOPERAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Economia, da Universidade Federal da Paraíba - Campus II, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Economia.

AUTOR: SANTO RENI DOS SANTOS FLORÃO

ORIENTADOR: PROF. DR. JURANDIR ANTONIO XAVIER.



F632c Florão, Santo Reni dos Santos.
COOPAIL : uma experiência no campo da cooperação / Santo Reni dos Santos Florão. - Campina Grande, 1995.
191 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1995.
Referências.
"Orientação : Prof. Dr. Jurandir Antônio Xavier".

1. Cooperação em Economia. 2. Cooperativa (COOPAIL - Cooperativa de Produção Agropecuária Itaíba Ltda) - Rio Grande do Sul. 3. Pequena Produção - Camponeses. 4. Dissertação - Economia. I. Xavier, Jurandir Antônio. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 334(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE HUMANIDADES
COORDENAÇÃO DO MESTRADO EM ECONOMIA

PARECER FINAL DO JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRE

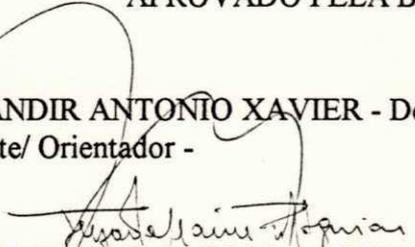
ALUNO: SANTO RENI DOS SANTOS FLORÃO

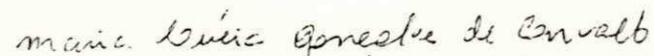
TITULO: "COOPAIL: Uma experiência no campo da cooperação"

Defesa de Dissertação ao Corpo Docente da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação, Curso de Mestrado em Economia - Área de Concentração em Economia Rural do Centro de Humanidades da UFPB., como parte dos requisitos necessários para obtenção de grau de Mestre em Ciências Econômicas.

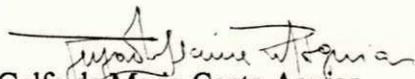
APROVADO PELA BANCA EXAMINADORA

Prof. JURANDIR ANTONIO XAVIER - Doutor
- Presidente/ Orientador -


Profª GELFA DE MARIA COSTA AGUIAR - Mestre
- 2ª Examinadora -


Profª MARIA LUCIA GONÇALVES DE CARVALHO - Doutora
- 3ª Examinadora -

Campina Grande, 19 de janeiro de 1994


Profª Gelfa de Maria Costa Aguiar
-COORDENADORA PRÓ-TEMPORE DO MESTRADO EM ECONOMIA-

INDICE

DEDICATORIA

AGRADECIMENTOS

APRESENTAÇÃO

RESUMO

INTRODUÇÃO 01

CAPTULO I

1 - O ESPAÇO DO CAPITAL 06

1.2 - A Reprodução Capitalista: Na Indústria, na Agricultura - Algumas Especificidade 13

1.2.1 - A Renda Fundiária no Capitalismo 15

1.2.2 - A Centralização e a Concentração de Capital 20

1.2.3 - A Sazonalidade da Produção Agrícola e a Disfunção entre o Tempo de Trabalho e o Tempo de Produção 25

1.2.4 - A Pluralidade de Produtores Rurais e sua Unidade no Capital 30

1.3 - Referências Bibliograficas 38

CAPITULO II

2 - O CAMPESINATO NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL - SUA TRANSFORMAÇÃO COMO PRODUTOR RURAL NO PROCESSO RECENTE DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA 43

2.1 - O Campesinato - Antes (da Modernização da Agricultura) da Segunda Guerra Mundial	43
2.2 - O Campesinato - Após (da Modernização da Agricultura) a Segunda Guerra Mundial	50
2.2.1 - Aspectos da Modernização da Agricultura ...	50
2.2.2 - A Nova Realidade Camponesa	57
2.3 - Referências Bibliográficas	63

CAPITULO III

3 - COOPERATIVISMO - ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS	67
3.1 - Ideologia	68
3.2 - Cooperação	70
3.3 - Cooperativismo	73
3.4 - Cooperativa	73
3.5 - O Caráter Legislativo da Cooperativa como Empresa no Brasil	75
3.6 - A Ação do Cooperativismo na América Latina	78
3.7 - O Cooperativismo no Brasil	83
3.8 - Referências Bibliográficas	101

CAPITULO IV

4 - A COOPAIL - UMA EXPERIÊNCIA NO CAMPO DA COOPERAÇÃO	106
--	-----

4.1 - Antecedentes Históricos	106
4.2 - Estruturação da Coopail	110
4.2.1 - Conceituação	110
4.2.2 - A Origem e Estrutura das Famílias	111
4.2.3 - A Herança do Imigrante Europeu	112
4.2.4 - O Assentamento de Itaíba:	
A Primeira Experiência Coletiva	112
4.2.5 - A Volta ao Individualismo	115
4.2.6 - A Coopail - Volta à Prática Coletiva	116
4.2.6.1 - Atualidade:	
Organização Social	118
4.2.6.2 - O Início:	
Organização Econômica	129
4.2.6.3 - A Atualidade:	
Organização Econômica	135
4.3 - O Comportamento Econômico dos Segmentos da Coopail	143
4.3.1 - O Segmento da Lavoura	144
4.3.2 - O Segmento do Gado	146
4.3.3 - O Segmento de Suínos (Industrialização)	148
4.3.4 - O Segmento de Vassouras	150
4.3.5 - Plasticultura	152
4.3.6 - Situação Econômica-Financeira	154
4.3.6.1 - Margem de Lucro Operacional Líquido	155

4.4 - Referência Bibliograficas 161

CONSIDERAÇÕES FINAIS 163

BIBLIOGRAFIA 175

AUTOBIOGRAFIA

Sonhei Aito

Disse muito

Realizei quase nada.

PARA:

AMADA ESPOSA:

Joseima

Queridas Filhas:

Janaina

Samara

Isadora

Afilhada:

Cristina

Compadres:

Gustavo e

Hosana

AGRADECIMENTOS

A Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ, pelas condições oferecidas, para que pudéssemos realizar esse curso e também pelo seu pronto atendimento que tem destinado à COOPAIL. Mesmo sendo uma Universidade privada, como tantas do interior do Brasil, que sobrevive de recursos próprios, sem as altas verbas da União e de entidades de fomento a pesquisa e extensão, tem conseguido estar junto com a sociedade, acompanhando e participando de seu cotidiano, como o exemplo da COOPAIL, atualmente com 4 anos de experiência.

Aos Professores, Fernando Garcia de Oliveira, João Otávio Paes de Barros, José Heleno Rotta, Maria Goretti Serpa Braga, Olívio Alberto Teixeira, Paulo Ortiz Rocha de Aragão e Robério dos Santos, pelas aulas ministradas e o companheirismo que sempre demonstraram.

Em especial aos Professores: Jurandir Antônio Xavier; Ivony Lídia M. Saraíva; Maria Lúcia G. de Carvalho e Gelfa de Maria Costa Aguiar, que na condição de examinadores de nossa dissertação, demonstram esmero, seriedade nas observações e sugestões de mudanças. Mesmo após o período de defesa, esses Professores não mediram esforços nas orientações necessárias, na complementação final desta dissertação. Isso engrandece o curso e dignifica o nosso

trabalho.

Aos Funcionarios do curso: Glória de Fátima Pinto Palmeira, Nelma Maria C. Felipe, Everaldo dos Santos e Celene Limeira Alves que sempre estiveram sorridentes, atenciosos e competentes, informando-nos e destinando o apoio que se fez necessário.

Aos colegas da Turma: Jonas, Sebastião, Carlos, Rodrigues, Castro, Roberto e Claudino, pelas discussões realizadas e pela convivência nesse período de curso, que com certeza ampliou nossos horizontes e o ciclo afetivo.

Em destaque ao Professor Leonaldo Duarte, companheiro nos trabalhos desenvolvidos na COOPAIL que além de um membro atuante nessa experiência não mediu esforços em ajudarmos com suas observações na construção deste trabalho.

Por último, a todos os companheiros da Coopail (agentes concretos desta história), pela amizade e oportunidade de crescimento tanto pessoal como profissional, a nós oferecida.

RESUMO

A Coopail (Cooperativa de Produção Agropecuária Itaíba Ltda.), fundada em 1990 é composta de 14 famílias de pequenos produtores rurais, situada no assentamento da fazenda Itaíba nos municípios de Ibirubá e Cruz Alta na região Norte do Estado do Rio Grande do Sul.

O caráter peculiar dessa Cooperativa esta na sua forma organizacional. As famílias de cooperados centralizaram os recursos existentes sob a gestão da cooperativa. Através da gestão participativa, estruturou-se um matriz produtiva diversificada com industrialização interna de suínos e vassoura de palha, e comercialização do excedente nas feiras livres da região e entrega à domicílio.

Essa experiência é decorrência dos reflexos da modernização agrícola adotada nessa região nos últimos 40 anos, que por ser intensiva em capital e poupadora de força de trabalho, causa a exclusão do pequenos produtores rurais com pouca terra e capital.

A Coopail nos seus 4 anos de existência esta conseguindo através da cooperação efetiva de seus cooperados gerar trabalho e meios de reprodução a essas famílias no seu próprio local de origem, evitando dessa forma que esses produtores rurais migrem ou abandone sua atividade econômica.

Em nossa pesquisa constatamos também que existem fatores diferenciadores internos, que por sua vez estão relacionados diretamente com a situação originária de cada sócio. Após sua constituição, a Coopail desenvolveu um sistema de participação igualitária em todos os níveis. Entendemos ser as diferenciações existentes inerentes ao próprio sistema capitalista em que insere-se, no mais julgamos ser uma experiência válida em sua plenitude.

RESUME

La COOPAIL (Coopérative de Production d'Agriculture et Elevage Itaíba Ltd), fondée en 1990, comprenant 14 familles de petits producteurs ruraux, se situe dans l'"établissement" ("assentamento") de la fazenda Itaíba, communes de Ibiruba et Cruz Alta région Nord de l'Etat du Rio Grande de Sul.

Le caractère particulier de cette Coopérative réside dans son organisation. C'est la Coopérative participative a permis de structurer une matrice productive diversifiée, comprenant industrialisation propre de porcs et de balais de paille, commercialisation de l'excédent des ventes sur les marchés locaux et remise à domicile.

Cette expérience découle des réflexes du modèle de modernisation agricole adoptée dans la région dans les quatre dernières décades, qui, utilisant intensivement le capital et épargnant la main d'oeuvre, est cause d'exclusion des petits producteurs ruraux disposant de trop peu de terre et capital.

La COOPAIL, au long de ses quatre ans d'existence, a réussi, grâce à la coopération effective de ses membres, à créer pour ces familles du travail et des moyens de reproduction dans leur propre local d'origine, évitant ainsi que ces producteurs ruraux n'émigrent ou n'abandonnent leur activité économique.

Dans notre recherche, nous avons aussi constaté l'existence de facteurs de différence en rapport direct avec la situation d'origine de chaque associé. Après sa constitution, la COOPAIL a créé un système de participation égalitaire à tous les niveaux. Selon nous, les différences existantes sont inhérentes au propre système capitaliste dans lequel le groupe s'insère, et pour le reste, nous jugeons que l'expérience est totalement valable.

APRESENTAÇÃO

O estudo da COOPAIL (Cooperativa de Produção Agropecuária Itaíba Ltda.), atualmente composta de 14 famílias de produtores camponeses, do assentamento de Itaíba, Região Norte do Estado do Rio Grande do Sul, é a materialização de nossa proposta de dissertação, para conclusão do Mestrado em Economia - concentração em Economia Rural - UFPB (Universidade Federal da Paraíba) - Campus II.

Neste momento sentimos-nos profundamente felizes, por julgarmos ter dado mais um passo, no crescimento pessoal e profissional. Também por ter convivido efetivamente, nos últimos quatro anos, como elemento dessa experiência e ao mesmo tempo na condição de estudante, em poder potencializar na prática, através deste estudo de caso, os pressupostos teóricos vivenciados no curso e com isso melhorar nossa atuação na prática cotidiana.

Nosso objetivo maior foi buscar subsídios práticos e teóricos, para melhor entendimento da realidade dos pequenos produtores camponeses; da economia agrícola e do cooperativismo, numa sociedade capitalista como a brasileira. Estudando a forma relativa e absoluta da organização Coopail, para avaliar os limites e as potencialidades e, conseqüentemente delinear linhas efetivas de ação. Ao iniciarmos nossos estudos, no momento em que

elaboramos uma proposta para candidatarmos a uma das vagas do curso, nossa hipótese inicial era de que a forma de organização da Coopail, significava a solução ideal, para fazer frente aos problemas vivenciados pelas famílias camponesas que compunham essa Cooperativa e até poderia ser um modelo para a viabilidade econômica e social à um extrato de produtores dessa categoria. Em parte isto fora confirmado conforme veremos durante o trabalho.

A tarefa não foi fácil, principalmente no cuidado que se deve ter, para não confundir a conduta do pesquisador, com os princípios científicos, na análise do objeto (a Coopail), onde a nossa convivência efetiva na cooperativa, muitas vezes apresentou situações, onde éramos tentados à fazer juízos apriorísticos. Aliás, este foi um dos grandes motivos de nosso deslocamento do Estado do Rio Grande do Sul até o Estado da Paraíba (uma distância de 4.000 Km, num período de um ano e oito meses, ficando longe da família e dos amigos, além de abreviar grande parte de nosso trabalho em desenvolvimento na Universidade Cruz Alta na qual somos professor), por saber existir na Paraíba, um curso que poderia encaminhar uma série de questões práticas e teóricas, na avaliação de nossa proposta de trabalho.

Durante o tempo que estivemos na UFPB campus II, realizando a parte teórica do curso, confessamos que muitas de nossas utopias foram desvendadas, novos horizontes foram

delineados. O que cabe-nos por justiça, agradecer a acolhida e destacar a competência de como o curso esta estruturado sob a responsabilidade de seus professores. Muito importante também foi a convivência com os colegas da turma, seja, na amizade conseguida, como nos debates realizados durante o curso que só nos fez "crescer".

Julgamos-nos mais realizados e encaminhados no campo da pesquisa e assim poder por em prática um pouco dos conhecimentos adquiridos. Por ser um estudo de caso, entendemos ter contribuído na geração de novos dados empíricos, tão essenciais à leitura da realidade brasileira, na troca de experiências, como também servir de substrato à aqueles pesquisadores que trabalham mais no campo teórico.

O tema escolhido tem muita atualidade, pois reflete em parte o comportamento de um extrato de produtores rurais (o campesinato), que sempre desempenhou um papel relevante na ocupação dessa parte do território brasileiro e que tem sentido fortemente os reflexos do desenvolvimento capitalista neste espaço. Estudar as formas de integração ou exclusão desses produtores rurais pelo Capitalismo, como também o entendimento de seu modo-de-vida e sua capacidade de resistir ao processo de proletarização pelo Capital, substratos para melhor entender as múltiplas faces do capitalismo (é o caso do "cooperativismo" desenvolvido no Brasil como recriação do Capital) e as possíveis formas de

superação deste sistema.

A Coopail como cooperativa de produção agropecuária, em termos conceituais, significa um grande esforço teórico à percorrer. No entanto, em seus quatro anos de existência deixa claro a possibilidade prática da cooperação em prol da classe trabalhadora. Demonstra ser possível, mesmo numa sociedade capitalista, o trabalhador gerir, administrar e participar diretamente dos resultados do seu trabalho.

As contradições e os limites constatados neste estágio de estudos, segundo o nosso entendimento, são questões clássicas, muito conhecidas no campo científico, como inerentes as condições básicas da própria sobrevivência do Capitalismo, conforme veremos alguns aspectos, nos capítulos específicos deste trabalho.

Julgamos ter vencido uma primeira etapa. Saímos deste curso com outro referencial e convictos de que temos muito à descobrir. Outros estudos fazem-se necessários, seja para corrigir nossos muitos equívocos, causados principalmente por questões de limitações teóricas, como também na condição de ampliar essa temática. Esse é um dos principais objetivos que ora expomos à banca examinadora e à todos que dele possam fazer proveito e contribuir ampliando a sua crítica.

INTRODUÇÃO

Nos anos sessenta deste século na condição de produtor rural, meu pai migrou com a família do Estado do Rio Grande do Sul para o Estado do Paraná. Nessa época eu tinha apenas 07 anos de idade e não entendia os motivos dessa mudança. Como explicar, se onde morávamos anteriormente, era perto dos amigos, vizinhos e parentes. Onde já existiam, estradas, cidade perto, luz elétrica e outros recursos. No Paraná, presenciava e participava da construção de estradas, abrindo o solo "a braço" com inchadas (ferramenta de fazer capina manual) e picaretas; não íamos a cidade, porque era longe. Morávamos inicialmente em uma casa de "chão batido", quando chovia apareciam vertentes d'água dentro de casa. Para plantar, meu pai, tinha que derrubar primeiro a mata com o machado, muitas vezes com a ajuda de vizinhos. Nesse momento conheci uma das primeiras formas de cooperação - O Multirão entre as famílias.

Essa herança, consideramos originária, do problema que atualmente estudamos. Mais tarde, já na universidade, sempre buscamos entender o Capitalismo e seu desenvolvimento no espaço agrário, com principal atenção à aqueles produtores como o meu pai - Os Camponeses.

Nos primeiros cursos de nível superior, grande foi o volume de leituras, porém a maioria em manuais, que em

grande parte passavam-nos falsas verdades. Nesse estágio, pensando termos encontrado as respostas, na maioria dos casos, tínhamos criado novas utopias e falsas verdades ao lado de nossa história.

Como professor universitário, sempre procuramos ter uma ligação prática. Foi desse comportamento que na década de oitenta, tivemos uma atuação forte junto à integrantes do movimento dos trabalhadores sem-terras do Rio Grande do Sul e conseqüentemente chegamos até aos assentamentos rurais deste Estado.

Esse período foi muito fértil nas discussões em torno das questões ligadas ao campesinato e seu futuro numa sociedade capitalista como a brasileira. No debate tínhamos duas saídas para os produtores camponeses: a descapitalização total e a conseqüente expulsão destes, do campo para a cidade e conseqüentemente a sua proletarização; ou buscar formas de resistência no seu local de morada e trabalho.

A grande questão estava, no que? E, como fazer? Para encontrar as formas de viabilização desses produtores no meio rural. Foi na cooperação que pensamos ser o melhor caminho: nesse momento temos potencializadas nossas utopias. Começamos a experiência da Coopail, pensando estar construindo um modelo de organização capaz de transformar o Capitalismo. Falhou em parte nossa Hipótese, no momento em

que, as leituras (de obras selecionadas com critérios, principalmente a leitura de clássicos no original) na parte teórica do Mestrado, permitiu desmistificar muitas das "falsas verdades", anteriormente adquiridas.

Revisando nossos postulados teóricos, elaboramos como estrutura deste trabalho, quatro capítulos; o primeiro está subdividido em duas partes fundamentais: na primeira procuramos entender o Capital e sua reprodução no espaço. No segundo momento analisamos algumas das particularidades do Capital, na agricultura e na indústria, por entender que questões como a renda fundiária, a sazonalidade da produção agrícola, a disfunção entre o tempo-de-trabalho e o tempo-de-produção, centralização e concentração de capital e os problemas com a assimilação de tecnologia, no atual modelo agrícola, são grandes limitantes na prática produtiva do Campesinato no Norte do Estado do Rio Grande do Sul, onde insere-se a Coopail.

Com a intenção de tipificar nosso extrato de produtores pesquisados, na sua forma de organização social e produtiva, elaboramos um segundo capítulo, onde buscamos na literatura especializada, o entendimento da lógica de reprodução Camponesa, sua origem no Brasil, e a conseqüente transformação no desenvolvimento pelo capital nesta parte do território brasileiro. Estudamos o período de imigração européia, a partir do início deste século para o Estado do

Rio Grande do Sul, com enfoque, no nosso caso de estudos, a ocupação recente no Norte do Estado e seu espaço no capitalismo, mais precisamente com as transformações da agricultura gaúcha, comumente denominada de Modernização da Agricultura.

Outro ponto perseguido em nossas análises é a busca do entendimento de temas como: Cooperação; Cooperativismo e Cooperativa, uma vez que nosso objeto principal de pesquisa é uma cooperativa de produção agropecuária, composta por produtores camponeses. Além da parte teórica, buscamos na gênese histórica do cooperativismo o seu caráter, sua reconstrução pelo capital e difusão para os países do terceiro mundo, sob a égide capitalista, onde enquadra-se o caso brasileiro. Esses temas estão desenvolvidos no terceiro capítulo deste trabalho. Nesse momento, encerramos o que julgamos ser nosso referencial teórico.

No quarto capítulo é o momento em que analisamos na forma absoluta, a Coopail, procurando levantar todas as variáveis importantes para o seu entendimento, seja nos aspectos sociais, como nos de ordem econômica. No primeiro tempo, descrevemos a sua formação, organização e apontamos evidências no campo social e econômico. No segundo momento, com base nos balanços da cooperativa realizamos uma análise contábil para apurar o seu desempenho econômico-financeiro no período estudado.

Por último, nas considerações finais, trabalhamos a Coopail na sua forma relativa de análise, procurando "amarrar" o seu desempenho absoluto com o marco teórico desenvolvido nos capítulos antecedentes. Momento onde apontamos fatores limitantes, nessa forma de organização.

CAPITULO I

1 - O ESPAÇO DO CAPITAL

Neste capítulo pretendemos, de forma sucinta, demonstrar a nossa forma de ver, pensar e sentir a realidade que nos cerca. Olhando a paisagem percebemos através de seu arranjo espacial, o modo de socialização da natureza, resultado da relação entre os homens e destes com a natureza. Na continuidade-descontinuidade temos em sua essência o modo de produção, isto é, a forma de produção dos bens materiais. O modo de produção determina a formação econômica-social em toda a sua multiplicidade de aspectos. Quando a formação econômica-social comporta diferentes modos de produção, um hegemôniza os demais, definindo a unidade do todo. Esta unidade, o modo de produção hegemônico, é tecida por intermédio da canalização das diferentes formas de excedentes (sobre trabalho), existentes na formação, para a classe dominante correspondente, dominante por extensão da totalidade da formação. Interligando e articulando as relações de produção dos demais modos de produção. As relações de produção do modo hegemônico são as relações hegemônicas sobre a totalidade. São elas as determinantes, em última instância, da totalidade de formação econômica-social, (Gramsci, In Carnoy, pp. 98-118).

Numa formação econômica-social que congrega

processos diferenciados na socialização da natureza, o modo de produção hegemônico¹ tece a unidade dialética² do todo, conduz a linha mestra da história dos homens e da natureza. No caso de uma formação econômica-social capitalista, a primeira natureza (natureza original) é potência de valor, o trabalho humano é o principal agente dessa potencialização, transformando-a numa segunda natureza (o espaço social). A forma capitalista de produção é a forma de produzir mercadorias e em última instância a produção de mais valia. Homem e natureza, ambos tem seu preço no mercado (locus da realização do capital). Para Trennepoll (1993-2).

"A produção capitalista é regida pela dinâmica de valorização do capital e não satisfação de necessidades humanas. O destino da produção é o mercado e não o auto consumo e a produtividade - tem como objetivo reduzir os custos para aumentar o excedente e, por consequência, aumentar o poder de barganha na competição intercapitalista(...). O capitalismo é o primeiro modo de produção verdadeiramente globalizado. Inicialmente ampliaram-se os mercados de matérias primas e produtos industriais, seguidos pela globalização do mercado de capitais, meios de produção e força de trabalho. Mais recentemente o mercado mundial tem generalizado os padrões de qualidade, produtividade, custos e tecnologia."

A natureza social do espaço no capital é determinada pela natureza das relações de produção em particular das de propriedade. Na natureza da determinação

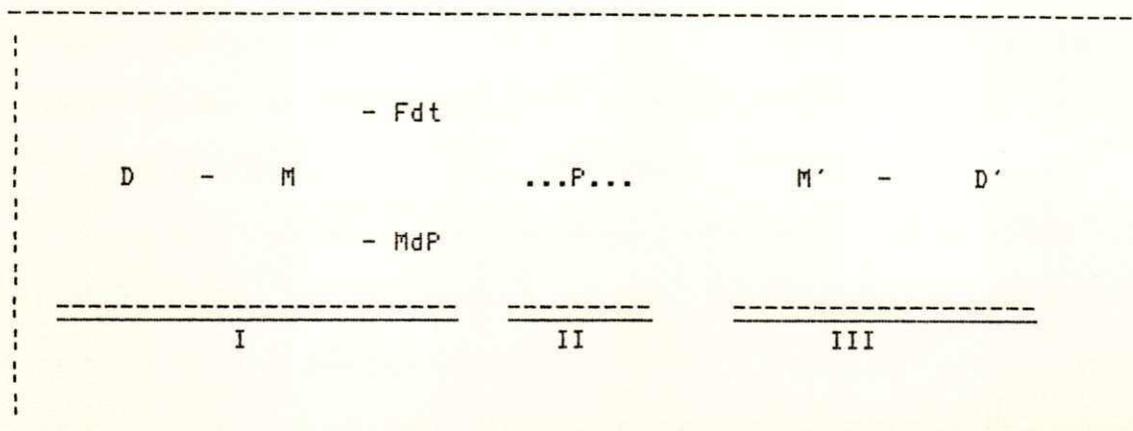
das relações de produção as forças produtivas se articulam nesse modo de produção em duas direções: a força de trabalho acha-se separada dos meios de produção, derivando daí uma estrutura de classes em que se opõem de um lado o proletário, proprietário da força de trabalho, devendo vendê-lo para adquirir meios de subsistência, e do outro lado a burguesia, detentora dos meios de produção. O substrato das relações entre essas duas classes fundamentais do capitalismo está na maneira como se compõe a unificação das forças produtivas no processo de reprodução: o proletário vende sua força de trabalho, tendo em troca um salário com qual adquirirá meios de subsistência. A burguesia a compra para, juntando-a aos meios de produção de sua propriedade, fazê-la reproduzir o capital em escala ampliada.

No capitalismo o produtor direto (o trabalhador) torna-se mercadoria. O salário como preço da reprodução da força de trabalho, e a mais-valia como meio de reprodução ampliada do capital, tais são as expressões do antagonismo entre burguesia e proletariado. A mais-valia é apropriada pelo capitalista, proprietário dos meios de produção. E é juntamente a busca da mais-valia que faz com que o capitalista repita mais e mais vezes o processo de produção.

Basicamente o processo cíclico de produção de mais-valia³, pode ser representado em três movimentos conforme o

esquema 1.

Esquema 1
CICLO DO CAPITAL



Fonte: Carcanholo (1993 - 43)

O momento I representa o primeiro processo de troca, representado pelo uso de dinheiro (D) para a compra de mercadorias (M) específicas; os meios de produção (MdP) e a força do trabalho (FdT). De posse dessas mercadorias, as mesmas entram no processo de produção (P), onde é criada a mais valia, representando assim o momento II. O momento III representa o segundo processo de troca. As mercadorias criadas (M') no processo produtivo e onde estão incorporadas a mais valia, são realizadas, obtendo o capitalista a mais valia, agora sob a forma de dinheiro (D'). O que se pode observar é que no início, o capitalista possuía certa quantidade de dinheiro (D), que após percorrer os momentos

II e III, aparece sob a forma de dinheiro aumentado (D'), ou seja, o valor original mais um acréscimo.

Estes três momentos sucessivos representam a circulação do capital, que é constituída por dois movimentos de circulação (II e III) e um de produção (I). Mas estes três momentos só representam a circulação do capital, porque o dinheiro (D) que inicia o processo foi utilizado visando um objetivo específico: o seu aumento. Esta soma de dinheiro (D) só é capital porque no final do processo esperava-se a transformação de dinheiro inicial (D) em mais dinheiro (D'). A acumulação do capital ocorre quando o capitalista consegue vender sua mercadoria produzida (M'), convertendo-a em dinheiro, que ao reiniciar o processo tornar-se de capital em potencial de Capital.

A acumulação de capital é assim fruto das relações de produção onde uma grande maioria de produtores diretos (trabalhadores) cooperam (através da divisão social do trabalho) para o capital, em prol de uma parcela reduzida de proprietários dos meios de produção (burgueses), que ficam com a mais valia. Ou seja, o modo de produção capitalista é uma formação econômica-social historicamente determinada, que congrega em seu interior classes sociais distintas, onde se dá a apropriação privada desses valores de troca por uma parcela reduzida: os burgueses.

Um arranjo especial assim pode estar confundido

numa instância econômica altamente desenvolvida e composta por intensa divisão social do trabalho, representando as diferentes fases da circulação do capital: industrial (espaço industrial, espaço mineiro), capital agrário (espaço pastoral), capital mercantil (espaço urbano) o capital financeiro (espaço urbano); e diferentes níveis de articulação interna das forças produtivas, ou seja, diferentes níveis de composição orgânica de capital. (Muller, 1989: 45 - 60).

Em uma formação econômica social capitalista, onde não se configura ainda a diferenciação total do capital (como é o caso brasileiro), temos nas formações regionais expressões fenomênicas das diferentes formas de produzir, componentes desta formação. As diferenças de organização e estrutura entre as formações regionais expressam as formas de produção-expropriação de excedentes, próprias a cada modo de produção e as desigualdades inter-regionais expressam as formas de articulação impostas pelo modo de produção dominante aos demais, ou seja, a combinação desigual.

Como o espaço capitalista é um espaço de relações, intra e inter capitais, comandado pela lei do desenvolvimento desigual e combinado - lei da acumulação capitalista - (Amin, 1976: 36-46), evidentemente que num arranjo espacial dessa forma teremos inevitáveis desigualdades. Nas porções do espaço que atuem com locus de produção-

expropriação de excedentes, se concentrará a pobreza. Contudo locus de riqueza e locus de pobreza são expressões que mal escondem a reprodução internamente de seus arranjos espaciais específicos da desigualdade. Por quanto riqueza e pobreza são relações de classes, eufemismo que designam os pólos sociais fundamentais da estrutura de classe do capitalismo: burguesia e proletariado. Basta olharmos o arranjo do espaço sócio-econômico brasileiro ou qualquer uma de suas regiões para vermos estampada na paisagem a estrutura de classes na organização do espaço.

É neste sentido que podemos falar da formação sócio-espacial capitalista brasileira como uma formação de múltiplos espaços desiguais. Mais importante, no entanto, é a percepção de que sendo a estrutura da formação sócio-espacial a estrutura da formação econômico-social; tais espaços, desigualdades não são mais que expressão das dificuldades existentes entre as classes sociais. E que a causa das desigualdades espaciais é a exploração do trabalho pelo capital. Seja, a produção industrial com maior ou menor grau de especialização produtiva, concentração territorial da produção industrial e urbanização, propriedades com agricultura predominante industrializada ou semi-industrializada para o mercado interno ou externo, ou ambos. Permanência em maior ou menor grau de uma economia camponesa produzindo excedentes alimentares e servindo como

reserva de força-de-trabalho no campo, etc...

E nesta perspectiva metodológica que vemos o desenvolvimento do capital no espaço, sempre tendo em mente a visão da totalidade-parcialidade e vice-versa, seja, não entendendo nas especificidades, coisas fora do lugar, embora respeitando suas individualidades não podemos perder a visão do conjunto; isto vale para o caso brasileiro em suas múltiplas formas de progressão sócio-econômica (na indústria, na agricultura, - como é o caso da COOPAIL - Cooperativa de Produção Agropecuária Itaíba Ltda, nosso objeto de estudo), especificidades que continuaremos analisando no próximo capítulo.

1.2 - A Reprodução Capitalista: Na Indústria, na Agricultura - Algumas Especificidades

Na primeira parte deste capítulo entendemos o Modo de Produção Capitalista como uma Formação Econômica-social que tem como objetivo a produção de mais-valia. Agregando em seu interior, múltiplas formações econômicas-sociais e delas extraíndo sobre-trabalho sem que isso necessariamente signifique típicas formações Capitalistas ou um processo de diferenciação total pelo Capital.

Neste tópico objetamos de forma sintética discutir algumas particularidades do Capital no espaço agrário, bem

como sua relação no espaço industrial. Procurando nos seus principais fundamentos o melhor entendimento da realidade do processo de formação do espaço agrário brasileiro. Neste encontramos espaços de penetração profundo do capital, também existe espaços que podem ser caracterizados como formas de resistência a diferenciação total do capital. São as experiências de cooperativas e associações, principalmente de pequenos produtores camponeses, nas experiências da comercialização direta, através de feiras populares, entregas à domicílio, e as múltiplas formas de intercâmbio existentes entre entidades do meio rural com o meio urbano. O que os diferencia entre uma típica exploração capitalista é a inexistência da figura daquele que vive do lucro - o capitalista - e o carácter de subsistência destes agentes - são produtores que vivem para comprar e assim complementar seu ciclo de necessidades.

A forma de gestão também é outro fator de destaque, pois na grande maioria a gestão, a forma e a distribuição volta-se diretamente para aqueles que efetivamente participam da atividade econômica e social, os trabalhadores.

Diferentemente da indústria (onde o processo de diferenciação é mais intenso), no espaço agrário o capitalismo ainda tem encontrado barreiras que embora transponíveis tem suscitado longos debates no campo

científico. Entre estes citamos a questão da renda fundiária, da composição orgânica do capital; dificuldades em maximizar o tempo-de-trabalho e tempo de produção, maior dispersão do capital no espaço, seja dificuldade de concentração e centralização do capital como também a capacidade de auto-exploração que algumas formações não tipicamente capitalistas tem apresentado na resistência a diferenciação total do capital.

Esses são os principais aspectos que diferenciam a reprodução do capital na agricultura em relação com a indústria. Embora tenhamos regiões agrícolas totalmente verticalizadas onde a exploração econômica de nada se diferencia da indústria, porém na grande maioria do espaço agrário brasileiro prevalece as múltiplas formas de exploração capitalista. São estas questões que, segundo o nosso entender, ao mesmo tempo que determinados pelo modelo capitalista, determinam a relação capital trabalho e definem as desigualdades existentes no campo.

1.2.1 - A Renda Fundiária no Capitalismo

Tratando-se da definição e do conteúdo econômico dos conceitos de terra e espaço agrário, as teorias econômicas neoclássica e marxista propõem duas abordagens diferentes: De um lado, referente ao espaço agrário, temos uma em termos de representação (neoclássica) e outra em

termos de produção (marxista); de outro, no tocante à terra, uma em termos de alocação microeconômica (análise neoclássica) e uma outra em termos de distribuição macroeconômica (análise marxista). A vontade de integrar esses conceitos em teorias já estruturadas e o recurso à analogia sobrealçam a busca de um conhecimento concreto das relações entre os homens, a terra e o espaço, pois existem muitas especialidades a serem conquistadas, seja no campo prático como no científico. Guigou (in Santos & Sousa, 1986: 111), referindo-se a Walras (um dos representantes do pensamento neoclássico) que em 1880, apresentou um modelo de equilíbrio com dois setores: o setor fundiário, onde se negocia a terra e o resto da economia, constituído pelo conjunto dos demais bens. Walras assimila a terra a um bem homogêneo, perfeitamente divisível, não localizado (não se tratando nem de distância nem de posição). Esse bem-terra é considerado não-reprodutível. No caso da mais-valia da terra com uma taxa de mais-valia superior à rentabilidade dos capitais mobiliários, o preço do bem-terra deveria tender ao infinito.

Essa concepção deixa ao autor a perspectiva da ocorrência de desvios maciços de poupança do resto da economia para o setor fundiário. Para assegurar a consistência do modelo liberal, Walras sugeriu o resgate de todas as terras por parte do Estado.

Assim, mesmo considerando-se a terra como um bem econômico-homogêneo-divisível, etc, tendo como única particularidade o fato de não ser reprodutível, vão aparecer desvios de poupança prejudiciais ao equilíbrio. A teoria neoclássica do equilíbrio não pode admitir uma tal desnaturalização. Em consequência, torna-se necessário excluir a terra da troca econômica. Essa problemática demonstrada por Walras já demonstra um problema central na reprodução do capital no espaço agrário, posto que no momento em que a terra deixa de ser um meio natural de reprodução do homem para tornar-se um valor-de-troca (uma mercadoria) essa imediatamente passa a ter uma valorização exógena, seja, alheia ao processo produtivo, e isso obrigatoriamente terá que ser repassado ao espaço com um todo, o que acaba inflacionando todo o sistema, pois socializa essa diferença (preço da terra, ou mais precisamente, a renda fundiária capitalizada no tempo) para toda a sociedade.

Na análise marxista as questões fundiárias são consideradas como a expressão das contradições do sistema capitalista. Essa contradições são manifestadas através do pagamento da renda ao proprietário fundiário e da produção do espaço que gera o desequilíbrio centro-periferia, tanto no meio urbano (segregação) como a nível nacional (disparidades regionais) e da divisão internacional do trabalho. A terra é definida como um recurso natural - não

se trata de um produto, portanto não tem valor. O preço é uma convenção social que permite ao proprietário de terra, obter um proveito - a renda - retirado da mais-valia social. O preço da terra é decorrência da capitalização da renda. Assim a renda que explica o preço e confere à terra o seu valor, nada mais é que a parte da mais-valia social que os proprietários podem confiscar aos capitalistas agrários que por sua vez é extraída dos trabalhadores. Marx em O Capital, Volume I livro I, Capítulo III, coloca-nos a contradição fundamental da terra no capitalismo, neste a terra no seu estágio original, torna-se uma mercadoria que tem preço mas não possui valor. A terra no estágio primitivo é um processo natural e não um processo social, portanto é despida de valor, não tem custo de produção.

Outra condição da propriedade fundiária esta na terra encontra-se monopolizada por um grupo de pessoas que partilham de determinadas partes do globo terrestre, tendo na sua vontade privada, a exclusão dos demais. Para que esse monopólio adquira valorização na forma capitalista, não basta o poder jurídico dessas propriedades. É necessário que esse monopólio esteja subordinado ao capital onde toda a terra paga renda⁴.

O monopólio da terra, gerando renda, ao mesmo tempo serve de impecilho ao desenvolvimento capitalista, pois retira do ciclo da produção e acumulação uma parte da mais-

valia (que de acordo com Walras), que em princípio não seria reinvestido na produção. Isso obriga os capitalista agrários a ceder parte dos lucros para os proprietários de terra, ocasionando ao capital global o ônus de preços mais altos dos produtos agrícolas; nesse ponto a classe dos proprietários de terras é a classe parasitária e em última instância a classe extorquida é a classe trabalhadora.

Concluindo, a questão da renda fundiária numa economia capitalista apresenta uma contradição básica do ponto de vista da teoria do valor-trabalho. Sendo a terra no seu estado original, um processo natural, esta não possui um valor absoluto é uma obra da natureza, por isso não tem valor. Numa sociedade capitalista, a partir do cercamento das terras, na acumulação primitiva do capital e o conseqüente monopólio da terra, institui-se um preço a terra e conseqüentemente antes desta ser utilizada como um meio de produção, torna-se uma mercadoria.

No Brasil, segundo Martins (1973: 52) é com a lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850, vulgarmente chamada de - lei de terras - que tem-se formalizado juridicamente a existência da renda fundiária capitalista, significando como um dos empecilhos a reprodução do capital no campo e principalmente aos extratos sociais com menor escala econômica como é o caso do campesinato. No caso da COOPAIL

a renda fundiária é um dos principais fatores de diferenciação interna existente entre seus associados.

1.2.2 - A Centralização e a Concentração de Capital.

Antes de tratarmos das implicações do capital no processo de centralização e concentração deste no espaço industrial e no espaço agrário, julgamos necessário demonstrar o que entendemos por tais conceitos: para Marx (1980, livro I, Capítulo XXIII, p. 277) centralização é a "transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes". Isso quer dizer que a junção de meios sociais de produção em um número reduzido de capitalistas. Já a concentração de capital é o resultado do processo de acumulação de capital levado a termo pela contínua e ampliada conversão da mais-valia em capital. Segundo Marx (op. cit., p.726) "cada acumulação se torna meio de uma nova acumulação. Ao ampliar-se a massa de riqueza que funciona como capital, a acumulação aumenta a concentração nas mãos de capitalistas individuais e, em consequência a base de produção em grande escala e dos métodos de produção especificamente capitalista".

A concentração de capitais não é a mesma coisa que a centralização, baseado em Marx (op. cit., p.727), quando fala da Lei geral da acumulação capitalista. Para o autor,

na centralização "o capital se acumula nas mãos de um só, porque escapa das mãos de muitos, noutra parte". Já a concentração implica em incremento do capital social e uma alteração em sua composição.

A questão da centralização e concentração de capital na agricultura e indústria apresenta algumas especificidades que as distingue: na agricultura, ao contrário da indústria, a expansão da área territorial, apresenta dificuldade em aglutinar pequenas propriedades para formar uma área contígua "ótima" para determinada exploração, o que dificulta processo de centralização e concentração de capital. A outra questão está no tipo e origem da propriedade do solo. Como vimos anteriormente, o monopólio da terra nas mãos de poucos e conseqüentemente a existência de uma renda fundiária têm absorvido parte do capital, que sem isso poderia ser investido na produção, concorrendo para aumentar a taxa de acumulação de capital.

A reprodução do capital na agricultura tem como condição básica a centralização de terras de meios de produção. Seja, é a exigência de grandes áreas de terra nas mãos de um único dono, ou aglutinação de várias áreas em um só. Essa condição, embora bem estudada por Kautsky (1986: 160-1) exige uma reavaliação. Vivemos num capitalismo onde grandes conglomerados financeiros, comerciais e industriais possuem uma economia de grande

escala, com métodos de administração modernos, interferem e promovem as inovações técnicas e científicas, destroem e criam novas ofertas de produtos, determinando com isso o perfil do mercado. Esses entre outros têm provocado mudanças qualitativas na agricultura; é o caso das biotecnologias e mais recentemente da biogenética, onde a dimensão de espaço natural cede lugar para o espaço socializado com uma agricultura mais de laboratório. Metodologicamente podemos conceber a agricultura numa dimensão do CAI (Complexo Agroindustrial) estudando o produto e sua cadeia agroalimentar. Os padrões tecnológicos, a produtividade e o mercado são quem definem a nova dinâmica do capital no campo, não mais os antigos critérios positivistas que colocam a dimensão de área como fator preponderante.

Na indústria, conforme Kaustsky (1986: 161) "a acumulação é possível independentemente da centralização. Um grande capital pode ser constituído, numa grande empresa industrial; pode ser fundada sem que atinja os capitais menores, sem que seja suprimida a autonomia de explorações menos importantes. Em geral, essa supressão é a consequência e não condição para junção de uma grande empresa industrial". Na agricultura, para se prolongar o processo de acumulação e concentração de capital, é necessário promover uma centralização de capitais.

No capitalismo o desenvolvimento industrial passou a ser o eixo básico das transformações econômicas. A agricultura passou a receber estímulos e, como já afirmamos, muda a sua qualidade. Estreitam-se as suas relações com a indústria, comércio, capital financeiro, com o estado, ocasionando a transmutação do centro hegemônico do sistema que antes estava no espaço rural e agora tem seu locus no espaço urbano. Ocorre uma reunificação da agricultura à indústria. Como afirma Kautsky (1986:319): "O modo de produção moderno chega(...) ao fim do processo dialético, ao seu ponto de partida; a superação do divórcio entre agricultura e indústria".

No passado, o espaço rural era quase auto-suficiente. Junto à unidade de produção rural, encontrava-se a pequena manufatura artesanal, que beneficiava as matérias primas agrícolas colhidas pela unidade agrícola. A agricultura do ponto de vista econômico era o elemento hegemônico. Agora a grande indústria capitalista é quem passa a dominar o conjunto. Para Muller (1989:18) "este processo de integração indústria-agricultura pode ser designado de complexo agroindustrial. Aí a produção agrária não só acha-se apenas na dependência das solicitações do comércio mas também de um conjunto de indústria que tem nas atividades agrárias seus mercados". Ainda para Muller, o C.A.I. é uma forma de unificação das relações interdepartamentais entre os ciclos econômicos, as esferas

da produção, distribuição e consumo, relações essas associadas às atividades agrárias. Vale dizer, o CAI é considerado uma unidade analítica da acumulação de capital.

Com o término da segunda grande guerra mundial, o Complexo Agroindustrial passa a ser o responsável por mudanças profundas nas relações entre atividades econômicas de produção e distribuição, notadamente nas relações entre a agricultura e os demais setores da economia. Conforme Guimarães (1982: 115-116) "Na formação do complexo agroindustrial, os fatores determinantes são idênticos. A queda contínua da lucratividade relativa e a tendência para a redução da renda agrária, que resultam da industrialização da agricultura, da concentração agrária, da exigência de somas crescentes de capital fixo, determinam a introdução de formas associativas mais amplas e mais desenvolvidas, as quais se expressam na organização anônimas agropecuárias e na integração horizontal e vertical das explorações agrícolas; enfim, na formação do complexo agroindustrial".

Finalizando, a questão da centralização e concentração de capital tem sido um imperativo principalmente para os produtores camponeses do Norte do Rio Grande do Sul. Recentemente com o padrão trigo x soja implementado nessa região do país, os pequenos produtores familiares ficarem fora desse processo, onde a dimensão da terra e do capital figuram como o principal limitante.

1.2.3 - A Sazonalidade da Produção Agrícola e a Disfunção entre o Tempo de Trabalho e o Tempo de Produção.

A agricultura contrário da indústria, não é uma atividade contínua em seu processo de valorização. Sendo uma atividade com grande associação aos fenômenos biológicos e climáticos, em grande parte depende a agricultura de um ciclo da natureza. época de plantio, colheita e tempo de consumo dos produtos, etc. Em certos casos a natureza ainda impõe condições rígidas na estrutura organizacional e na exploração daqueles que tem na agricultura seu meio de reprodução econômica. Problemas decorrentes da falta de armazenamento e métodos de conservação podem, nas épocas de colheita - pela grande oferta, devido ao ciclo produtivo coincidir para produtos em regiões homogêneas - causar grande perda aos produtores, além da exploração do mercado que barganha com a grande oferta de produtos agrícolas fazendo os preços caírem (Nakano, 1981:12).

Na indústria, os fatores climáticos, ambientais, têm interferência desprezível. De forma geral, o funcionamento de cada unidade se dá de forma integrada em diferentes etapas, onde a divisão social e territorial de trabalho funciona de forma contínua, podendo ser interrompida quantitativamente e qualitativamente o processo

produtivo. Ao contrário da agricultura, onde a natureza tem uma grande ação e em maior parte não permite alterações após iniciado o processo de produção (Sayad, 1977:4).

Nessas circunstâncias, na indústria pode-se ter um maior controle e flexibilidade do que na exploração agrícola, com maiores condições de ação nos meios de produção e oferta. Essa capacidade que tem a indústria de domínio no seu processo produtivo, é estudada por Marx no livro II d'ó Capital, quando refere-se as categorias: Tempo de Trabalho e Tempo de Produção. Para Marx (1980, livro II, cap. XIII, pág. 252) o tempo de trabalho é sempre tempo de produção, tempo durante o qual o capital está preso à esfera de produção. Mas a recíproca não é verdadeira. O tempo durante o qual o capital fica no processo de produção não é necessariamente tempo de trabalho.

O tempo de produção é composto por duas fases distintas: uma em que o capital está no processo de trabalho (valorização) e uma segunda em que se encontra em fase de acabamento sob a ação de fatores da natureza, fora do processo de trabalho, o que Marx chamou de tempo de espera. Dessa forma o tempo de espera é a diferença entre o tempo de trabalho e tempo de produção. Analogicamente, quanto maior o tempo de espera menor é o tempo de trabalho e maior o tempo de produção.

Antes de fazermos a aplicação destas categorias com

referência ao tempo de trabalho e tempo de produção e suas especificidades na agricultura e indústrias, faz-se necessário ressaltar em Marx (op. cit., p.263) duas observações que julgamos ser imprescindíveis:

A primeira é a de que "tempo de rotação do capital é igual à soma do tempo de produção e do tempo de circulação". Isso implica que o tempo de duração do período cíclico do valor-capital total dura até poder passar ao período seguinte, seja, "o tempo que dura a renovação, a repetição do processo de criar mais-valia ou de produzir o mesmo valor-capital". (Marx, op. cit., p.162).

A segunda observação é uma decorrência da primeira, seja que a taxa de valorização do capital em uma dada exploração produtiva está diretamente subordinada ao seu tempo de rotação. "A diferença no período de rotação gera diferença na taxa anual da mais-valia, mesmo para igual massa de mais-valia produzida". (Marx, op. cit., p.340).

Isso quer dizer que quanto menor for o tempo de rotação do capital numa dada exploração produtiva, maior será a taxa de lucro dessa exploração. O valor - capital adiantado pelo capitalista mais cedo retorna a sua forma autônoma, a forma - dinheiro, liberado capital para outro ciclo de valoração.

Na agricultura como já comentamos anteriormente o

peso da ação natural no processo produtivo é maior que na indústria. Isto faz com que o tempo de espera seja maior na agricultura. Na indústria o tempo de trabalho e o tempo de produção são mais flexíveis, a ação da tecnologia tem permitido ao homem diminuir o tempo de espera e consequentemente diminuir o ciclo de realização do capital.

Para Marx (op. cit., p254) "a diferença entre o tempo de produção e o tempo de trabalho patenteia-se bem nítida na agricultura. Em nossos climas do sul do Brasil, o plantio do trigo (cultura de inverno) e da soja (cultura de verão) são realizadas em estações do ano bem definidas, proporcionando com isso, ciclos econômicos de inverno e ciclos econômicos de verão, exceto nos casos onde ocorre processos intensivos de tecnologia para alterar as variáveis climáticas e promover intensos programas de rotação e diversificação de culturas. No entanto a redução ou prolongamento do período de produção (para a semeadura de inverno, nove meses em média) depende por sua vez dos vaivém dos bons ou maus anos, não sendo por isso possível nem controlável como na indústria propriamente dita.

A agricultura de hoje é resultado de grandes transformações. "A tecnologia evoluiu da manipulação de aspectos físicos de produtos inteiros (ampliação) para a decomposição desses produtos nos seus elementos constitutivos e a subsequente recomposição em formas novas

(incorporação da química). Neste século o caráter biológico, tanto do insumo original, como do destino do produto final, o impacto tecnológico na indústria alimentar foi qualitativamente limitado, quando comparado com outros setores industriais. Somente com as biotecnologias observa-se a perspectiva de decompor e decodificar as funções biológicas vivas (Wilkinson, 1989:18). Para esse autor o processo de incorporação técnica da agricultura até agora deve-se a montante (Indústrias fabricantes de máquinas e insumos para a agricultura) que incorporou basicamente novos fatores potencializados de trabalho. Ao mesmo tempo, a legitimação de novos produtos incorporados ao insumo químico depende em grande parte da capacidade de reproduzir mais fielmente as características do produto original agrícola.

Com as biotecnologias novas possibilidades de reestruturação do sistema alimentar tornam-se possíveis de serem previstas. Do ponto de vista da agricultura, muitas das barreiras e seu papel de supridora de matéria-prima para a agroindústria podem agora ser superadas. Sementes resistentes podem eliminar as incertezas e irregularidades de abastecimento. As técnicas de cronagem e da cultura de tecidos podem assegurar a homogeneidade e velocidade de reprodução das plantas, enquanto a engenharia genética programa o produto desejado.

O controle dos processos biológicos também

incorpora setores da agricultura, no sistema de computação e robotização (Wilkinson, 1989:20). Nesta perspectiva as biotecnologias vislumbram uma base mais técnico - científico - industrial para a agricultura, onde o fator natureza tem cada vez um peso menor. Hipoteticamente, ganha o capital com a redução do ciclo reprodutivo, diminuindo o tempo de espera de produção, ao mesmo tempo que reclassifica e exclui do processo produtivo, milhares de produtores rurais, fato que constata-se no Brasil e Norte do Rio Grande do Sul, principalmente aqueles de pequenas dimensões econômicas e culturais.

1.2.4 - A Pluralidade de Produtores Rurais e sua Unidade ao Capital

No sentido de categorializar as diferentes formas de realização do capital no espaço agrário (Wanderley 1979) constata a existência de três situações históricas distintas, cuja diversidade sem negar a progressão capitalista no espaço agrário incidirá sobre a constituição de diferentes segmentos sociais no campo (meio rural) e sua relação com a formação hegemônica - o capitalismo.

Tendo como pressuposto básico a produção e distribuição de mais-valia entre as classes sociais no interior do setor agrícola e destes com os demais setores

econômicos, a autora define na agricultura, três situações que, embora gerais, servem de base no caso brasileiro, sejam:

- a) A primeira na constituição de uma classe de capitalistas agrários, diferentes da classe dos proprietários da terra que atua diretamente no setor agrícola, investem seu capital, gerando diretamente a produção;
- b) A segunda na constituição de uma classe única que dirige e organiza a produção rural;
- c) Terceiro na constituição de uma classe que transfere para fora do setor rural a totalidade da mais-valia gerada - o camponês:

a) Primeira é a forma privilegiada de Marx (O Capital, livro 3, Volume V, Capítulo XLVII), sua forma trinitária clássica das relações sociais no campo, onde os capitalistas, proprietários fundiários e os trabalhadores vendedores da força de trabalho são os três agentes deste modelo. Os capitalistas industriais apenas pelo local de aplicação de seu capital (o espaço agrário). Para tanto, arrendam terra (natureza original) aos proprietários fundiários, aos quais, por esta razão, como forma de direito de posse, transferem parte de mais-valia realizada no ciclo produtivo do qual atuam, sobre forma de

renda fundiária. Os proprietários da terra são diferentes do proprietário capitalistas, pois sua reprodução esta condicionada pela possibilidade da realização da renda fundiária, sem prejuizo do lucro agrícola. Ao se apropriarem da parcela da mais-valia correpondente a renda fundiária, os proprietários passam a integrar a classe capitalista. Neste aspecto os proprietários são a classe parasitária no capital.

Para Wanderley (1979:35-40), a reprodução do capital agrário só é possível nesse caso na medida em que a mais-valia, efetivamente captada pelo proprietário da terra, mantenha-se nos limites do sobre-lucro, isto é não atinja a parcela correspondente ao lucro médio do capitalista. Isto depende, fundamentalmente da correlação de forças entre as classes sociais em questão. Nesta categoria encontram-se grande parte dos produtores do sul do país que exploram principalmente produtos para o grande mercado de exportação. No caso da soja, café, laranja, gado de corte, frangos entre outros².

b) A segunda situação para a autora só é possível em duas condições distintas: no caso em que o proprietário de terra dispõe de capital e realiza, propriamente, a transformação capita-

lista da agricultura; e uma outra condição em que ocorre apenas um junção formal dessa classe única. No entanto Wanderley comentando Kautsky em sua obra "A questão agrária", nos faz entender que esta fusão do proprietário e o capitalista numa só pessoa tem sido historicamente pouco comum. Isto ocorre no momento em que há junção formal, mantendo-se em essência a distinção entre proprietário da renda fundiária e o proprietário do lucro agrícola. A sua realização se dá através da transferência para fora do setor agrícola da parcela da mais-valia corresponde à renda fundiária.

Esta forma é o que Kautsky (1986:106), caracteriza como renda o capital Hipotecário, isto é, não dispondo de capital, o proprietário da terra recorre ao sistema bancário, o qual exige como garantia do capital adiantando a hipoteca da propriedade da terra. Dessa forma o proprietário da terra, evitando arrendá-lo ou abandonar sua exploração, assume ele próprio a produção, porém agora numa qualidade diferente, pois passa a ser sujeito às leis do mercado financeiro, transformando a renda fundiária em juros e transferindo-a para fora do setor agrícola.

Observamos que em essência esse caráter não

contradiz Marx, pois a figura trinitária ainda permanece, ocorre apenas uma mudança de qualidade em um dos agentes, o proprietário da terra cede espaço para figura do dono do dinheiro, o capital financeiro. Destacamos também que Lenin (1977) ao analisar duas vias de desenvolvimento do capitalismo (prussiano e americano) destaca dois sistemas de arrendamento, onde aparece sob a direção do processo um único agente; no caso um grande proprietário, e noutro um produtor originalmente camponês. Embora a intenção de Lenin não fosse problemática da distribuição da mais-valia produzida no setor agrícola, fica uma forte evidência que ambas as vias tenderiam a realizar a transferência da mais-valia em forma de renda fundiária para fora do setor agrícola.

Quanto ao problema da força de trabalho nesse tipo de exploração, onde o capitalista e o dono da terra são uma só pessoa, não necessariamente proletariza a sua totalidade. Para Kautsky (1968:107) esse tipo de exploração encontra dificuldade para manter sob seu domínio um trabalhador em tempo integral como proletário. Os recursos que o capital tem recorrido frente a essa questão são de várias formas: concessão de um pedaço de terra em troca de prestação de trabalho, emprego de trabalhadores que já possuem sua própria parcela de terra, troca de horas trabalhadas por hora de máquina do trabalhador.

Consideramos que neste sistema o problema da renda fundiária tem uma transformação qualitativa pelo capital. A renda fundiária em essência não desaparece, o que ocorre é a troca da figura do dono da terra pelo dono - do capital hipotecário. O capital continua a extração da renda fundiária através do capital hipotecário, ao mesmo tempo que não altera com profundidade a estrutura agrária existente; ao contrário, é condição de existência de capitalistas agrários que partilham das condições de realização da exploração do capital na agricultura.

c) Por último a terceira via de exploração do capital no espaço agrícola - o camponês, que transfere para fora do setor a totalidade da mais-valia produzida na forma do lucro e da renda fundiária. Para Wanderley, o único limite de continuação desse tipo de exploração está na própria reprodução do camponês, em última instância na sua capacidade de auto-exploração.

Contrariamente ao capitalista que não engaja novos fundos sem contar pelo menos com sua taxa proporcional de lucro, diferentemente do assalariado que reivindica para cada hora de trabalho suplementar o mesmo senão mais do que recebe pelas suas horas normais, os trabalhadores de uma exploração familiar fornecem, para aumentar sua renda global, uma fração de trabalho suplementar, pago a preço

mais baixo, que faz baixar a média de seu pagamento coletivo; mais especificamente a unidade familiar absorve produtivamente uma força de trabalho que Tepiche (in Wanderley, 1979:53) chama de força não-transferível, constituída pelo trabalho parcial de mulheres, crianças e velhos, além das margens do tempo disponível do chefe da exploração. Além de tornar viável a realização de certas atividades diretamente ao capitalista, a unidade camponesa poupa ao capital o ônus da subsistência desta parcela da população.

Para Wanderley, citando Tepiche, o trabalho camponês materializa-se nos produtos de sua exploração, de maneira que a transferência do sobre-trabalho realiza-se através da mediação do mercado capitalista. Mercado diferenciado, que atinge a terra do camponês, seus meios de produção, os produtos de sua atividade, seus bens de consumo e frequentemente parte da própria força de trabalho. Um dos meios eficientes da extração de sobre-trabalho do camponês tem sido o sistema de crédito capitalista, o qual sujeita o camponês aos setores dinâmicos da economia, bem como aos estímulos do próprio mercado e, nesse momento o camponês perde sua autonomia.

Também Vergopoulos (in Amim, 1977:97-134) observa que na agricultura contemporânea a racionalidade ocorre tendo em vista ao sistema global. A produção camponesa é

reconstituída para o capital para barrar o caminho ao capital agrário, onde o centro de operações é sempre a renda. Ao mesmo tempo, esta operação suscita a situação perplexa de um capitalismo sem capitalista na agricultura⁴.

No espaço agrário do Rio Grande do Sul a presença do campesinato historicamente tem desempenhado um papel fundamental na reprodução do capital, onde as antigas famílias de imigrantes camponeses e atualmente com descendentes na COOPAIL, tiveram um papel importante nesse processo.

É o que passaremos a analisar observando principalmente os reflexos na produção camponesa, no Norte deste Estado, tendo como tempo base, o após a Segunda Grande Guerra Mundial. Mudança decorrentes principalmente, pelas transformações da agricultura nessa região (o que se chamou de modernização da agricultura gaúcha), e tem como características principais a definição mais perceptível da penetração do Capital nesse espaço, refletido nas diferenciações sociais existentes, e a integração ou exclusão de extratos sociais no processo, como é o caso da grande maioria de pequenos produtores familiares.

1.3 - REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

Bibliografia Utilizada

- AMIM, Samir. *A Questão Agrária e o Capitalismo*/por Samir, Amim e Kostas Vergopoulos; Tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

- _____ . *O Desenvolvimento Desigual; Ensaio Sobre as Formações Sociais do Capitalismo Periférico*. Tradução de Francisco Rego Chaves Fernandes. Rio de Janeiro, Editora Forence Universitária, 1976.

- CARNOY, Martim. *O Estado e Teoria Política*. Campinas, Papyrus Editora, 2ª Edição, 1988.

- GOIGOU, Jean-Louis. *A Terra e o Espaço: Enigma Para os Economistas*. In: *O Espaço Interdisciplinar*/coordenadores, Milton Santos, Maria Adélia A. de Souza. São Paulo, Nobel, 1986.

- LENIN, I. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

- MARX, Karl. **O Capital**, livro I, capítulo XXIII. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
Idem, *Ibidem* p.726.

- _____ . **O Capital**, livro I, capítulo III, Nova Cultural, 1985.

- _____ . **O Capital**, livro II, capítulo XIII, São Paulo, Nova Cultural, 1985.
Idem, *Ibidem* p. 162
Idem, *Ibidem* p. 254
Idem, *Ibidem* p. 263
Idem, *Ibidem* p. 340

- _____ . **O Capital**, Livro 3, Volume V. capítulo XLVII. Nova Cultural, 1985.

- MARTINS, José de Souza. **A Imigração e a Crise no Brasil Agrário**. São Paulo, Pioneira, 1973.

- MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo, Hucitec, 1989.

- NAKANO, Y. **Destruição da Renda da Terra e da Taxa de Lucro na Agricultura**. Revista de Economia Política, VI, nº 3, julho, 1981.

- KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária.** São Paulo, Nova Cultural, 1986.
Idem, *Ibidem* p.160 -161
Idem, *Ibidem* p. 319

- SAYAD, J. **Planejamento, Crédito e Distribuição de Renda.**
Estudos Econômicos, USP, São Paulo, 1977.

- SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaços: a Formação Social Como Teoria e Método.** Tradução de Maria Encarnação, V. Beltrão e revisão de Max Henri Boudin, In: **Boletim Paulista de Geografia**, nº 54, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo. 1977.

- TRENNEPOLI, Dilson. **Tematização e Economia - Notas Para Debate,** Ijuí, Unijuí, 1993. Mimeo.

- WILKINSON, John. **O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção.** São Paulo, Hucitec - CEPA - Bahia, 1986.

NOTAS

- 1 - Sobre Hegemonia ver: FORTELLI, Hughes, 1977. in GRAMSCI. A. O Bloco Histórico. Rio de Janeiro, Paz e Terra. (ed. original: GRAMSCI, A. et le bloc historique. Paris. PUF, 1972).
- 2 - Sobre Determinação e Método em Karl MARX, ver KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969; LOWY, Michael. Método Dialético e Teoria Política, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985
- 3 - Com respeito ao Capital: Ciclos, Circulação e Rotação, ver: MARX, Karl. O Capital, Livro 2, Volume III, Capítulos I, II, III e IV. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- 4 - Sobre a questão da Renda da Terra indicamos, MARX, Karl. O Capital, Livro 3, Volume V, Secção VI. São Paulo, Nova Cultural, 1985; KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. São Paulo, Nova Cultural, 1986.

5 - Sobre o caráter da Agricultura atual no Brasil ver: MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo, Hucitec, 1989; OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; DELGADO, Guilherme. **Capital Financeiro na Agricultura**. São Paulo. Hucitec, 1986; SILVA, J. Graziano. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo, Hucitec, 1981 e MARTINS, J. de Souza. (Org.), **Introdução Crítica a Sociologia Rural**. São Paulo, Hucitec, 1981.

6 - A Heterogeneidade da Agricultura brasileira poder ser hipoteticamente pensada, em termos de articulação com modos de produção diferentes, sob a articulação e dominância do capital com formas não-capitalistas. Teses também defendidas por LOUREIRO, M. R. Garcia. **Parceria e Capitalismo**. Rio de Janeiro, Zahar, 1997 e SILVA, J. F. Graziano. (Coord.), **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1978.

CAPITULO II

2 - O CAMPESINATO NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL - SUA TRANSFORMAÇÃO COMO PRODUTOR RURAL NO PROCESSO RECENTE DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA.

Neste capítulo analisaremos a atuação do Campesinato gaúcho em dois momentos: um primeiro situado como no início da colonização européia, até meados de 1950 e um segundo, a partir de 1960. Este corte faz-se se necessário porque nos dois momentos temos na agricultura camponesa gaúcha processos diferenciados, principalmente no último caso com o advento da modernização da agricultura no meio norte do Rio Grande do Sul.

2.1 - O Campesinato - antes (da Modernização da agricultura) da Segunda Guerra Mundial.

Pelo exposto na segunda parte do capítulo I deste trabalho, concebemos a forma de organização e produção camponesa, como um modo de organização sócio-econômico pré-capitalista, mas integrado ao modo de produção hegemônico - O Capitalismo -, e que essa relação transfere valor ao modo de produção dominante, possibilitando de um lado a sua auto-exploração e do outro a reprodução do Capital.

Dessa forma a produção camponesa tem desempenhado

um papel relevante no desenvolvimento do capitalismo no espaço riograndense. A bibliografia existente permite-nos concluir que a ação dessa categoria de produtores rurais foi a responsável pelas grandes inversões do capital neste espaço. Esse é o fator, que neste capítulo repetimos um pouco da história econômica desse extrato social, sua produção e transformação no capitalismo, até para entender melhor o seu processo contraditório. Conforme ensinamentos de Marx, quando afirma que o trabalhador ao produzir um excedente, produz a sua própria ociosidade, contextualizando esse princípio, pode-se explicar a quase ociosidade, o êxodo rural e a demanda por terra e meios de produção por que vivem atualmente, milhares de pequenos agricultores no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul.

Categoricamente o camponês, no Rio Grande do Sul está ligado mais a figura do imigrante europeu, que a partir de 1732 começam a chegar. Inicialmente vem os Açorianos para ocupar a região da Campanha (onde receberam sesmarias de terra que podiam chegar até 13 mil hectares) e para ocupar o canal de Viamão (onde receberam um lote menor, em torno de 42 hectares), onde localiza-se a cidade de Porto Alegre.

Em 1824 chegam os primeiros alemães para ocupar mais a região central e os italianos a serra gaúcha, recebendo uma partilha de terra menor (datas) que poderiam

chegar até 89 hectares. Numa primeira fase que vai até meados de 1960, os interesses do Estado em promover a colonização dessa parte do Brasil através do incentivo da vinda do imigrante para cá estava em:

- Viabilizar a geo-política da época, com a ocupação efetiva do território nas vizinhanças com os países do Prata (Paraguai, Uruguai e Argentina), além da guarnição de portos estratégicos como o canal de Viamão, o porto de Laguna no Estado de Santa Catarina e o porto de Rio Grande. Tendo os imigrantes alemães e italianos participado também efetivamente nos conflitos ocorridos no Sul (como é o caso da Revolução Farroupilha entre 1835 a 1845), servindo inclusive nas milícias do império;
- Substituir o sistema de mão-de-obra escrava pela mão-de-obra livre do imigrante, uma decorrência da pressão causada pela Inglaterra com a proibição do tráfico de escravos a partir de 1850;
- Desenvolver a agricultura de subsistência e para atender o mercado interno, inclusive o de outros Estados e Regiões do Brasil, como São Paulo, Minas Gerais e o Nordeste,¹.

Foi com os imigrantes principalmente os alemães que o Rio Grande do Sul tem seu primeiro desenvolvimento industrial (charqueadas, vinícolas, coreiros, ferrarias, laticínios etc...) e também tem o desenvolvimento do comércio e conseqüentemente o início do processo de urbanização no Rio Grande do Sul, conforme Isabelle (1983: 73-74) quando descreve a colônia de São Leopoldo em 1934 no seguinte modo:

"É habitada principalmente por artesões alemães, tais como marceneiros, ferreiros, fabricantes de carroças, sapateiros, alfaiates, seleiros, funileiros, etc, e por negociantes que são taberneiros, marceneiros, alborcadores, tanto alemães como de outros países; havia muitos comerciantes franceses, fazendo aliás, bons negócios... A maior parte dos colonos alemães, são agricultores... Se há pastagens em redor de sua propriedade, reservam uma parte para criar vacas e fazer manteiga ou queijo, que vendem facilmente, em Porto Alegre... Outros alemães possuindo algum capital, formam estabelecimentos mais ou menos importantes, tais como curtumes, destilarias, serrarias, fábricas de fósforos, olarias e engenho de farinha de mandioca e açúcar, produzindo um rendimento bastante elevado para a colônia, independentemente das relações comerciais que a atividade dos alemães com Porto Alegre... Terça-feira de cada semana é o dia designado para levar à capital os comestíveis e produtos da indústria dessa pequena república".

A Região Norte do Rio Grande do Sul (Zona da Mata) teve sua colonização efetivada em meados de 1850 com a chegada de imigrantes alemães, italianos, poloneses, entre

outros. Brum (1981: p.23), classifica o processo imigratório em duas etapas; a primeira anteriormente descrita como a fase da ocupação das colônias velhas e a ocupação da Região Norte do Rio Grande do Sul (Ijuí em 1890, Cruz Alta, Guarani das Missões no mesmo ano, Panambi em 1990, entre outros) como a fase das colônias novas.

A forma de acesso à terra pelo imigrante nesse momento, passa ser através da compra da terra (lembramos que nesse período o Brasil já possui sua lei de terras e conseqüentemente a institucionalidade da renda fundiária capitalista), podendo ser financiada pelo prazo de até três anos com pagamento em produtos. Atitude que comprova a intenção do governo em desenvolver as atividades agrícolas de subsistência e para o mercado interno.

A lógica da colonização do Meio-Norte seguiu caminho semelhante a dos pioneiros açorianos, alemães e italianos do Meio-Sul do Rio Grande do Sul. Porém enquanto os primeiros sesmarias (que podia contar até com 13 mil hectares de terra), os imigrantes do Meio-Norte receberam no início áreas com 80 hectares e os últimos com apenas 40 hectares de área (colônias).

Nessa fase da colonização do Rio Grande do Sul os imigrantes tiveram um papel fundamental no que podemos chamar de primeira ação efetiva do capital nessa parte do

território brasileiro. Foi um período de forte atuação do Capital comercial (especulário). A ligação entre o comerciante e o colono estreitava-se com o desenvolvimento do comércio e empréstimos em dinheiro começaram a ser praticados geralmente com o pagamento em produtos onde normalmente o dono do dinheiro era o próprio comerciante. Saint-Hilaire (1974: 422) afirma que "Os colonos efetuavam, como num guichê de um banco, verdadeiros depósitos na caixa do comerciante. Alguns colonos até lhe pagavam uma taxa, para que guardasse o dinheiro".

É com os imigrantes que surgem as primeiras cooperativas no sul do país, seja para ordenar o consumo, serviços e a produção, como também para fazer frente ao processo exploratório do Capital Mercantil nesse momento Schneider (1991: 242) aborda que:

"No Rio Grande do Sul, Estado com significativa concentração de imigrantes alemães vindos desde 1924 e italianos desde 1870, fundou-se, em 1902, a primeira Cooperativa de Crédito Rural do Sistema RAIFFESEN(...), esta iniciativa foi precedida por um trabalho de articulação dos agricultores (Bauernverein), com a realização de "semanas rurais", durante as quais se discutiam os problemas dos agricultores e mais outras iniciativas. A primeira Cooperativa de Crédito Rural sucedeu-se a criação de várias outras."

Concluindo, o Rio Grande do Sul por volta de 1940 tem na sua estrutura agrária o reflexo da contradição

fundamental entre o latifúndio x minifúndio. De um lado grandes latifúndios (situados no Sul do Estado, ou região da campanha gaúcha), ligados a pecuária extensiva e do outro lado (ao Norte do Rio Grande do Sul), um bloco de pequenas unidades familiares, voltadas ao mercado interno regional tendo no trigo e demais produtos coloniais, a sua principal forma de reprodução.

De 1600 a 1945 a economia gaúcha caracteriza-se pelo fato de atingir o apogeu do modelo histórico de desenvolvimento, construído no transcurso de mais de quatro séculos, baseado na pecuária e seus produtos históricos, no comércio, nas cidades, nas charqueadas, nos frigoríficos; a zona rural era marcada pela pequena produção agropecuária - com exploração interligada com o comércio, artesanato e manufatura - numa integração do mercado riograndense.

O Rio Grande do Sul, até mais ou menos os 50 de nosso século, refletiu a própria forma integrada e dependente do poder central, dependendo da vontade dos dirigentes do centro e da aliança com sua classe dirigente local, consorciada com o comércio, indústria - financiadas na maioria dos casos, pelo capital mercantil do centro do país e até exterior, com a consequente retirada de excedente dos produtos tradicionais.

Com a retirada dos índios do território gaúcho no final do século passado, e a introdução do imigrante, ocorre

a primeira acumulação do capital, em seguida com a lei de terras de 1850 institucionaliza-se mecanismo de extração de sobre-trabalho do camponês com a transformação da terra em mercadoria.

O camponês imigrante passa a desempenhar outras funções como a produção de um excedente alimentar para o mercado local e regional, desenvolveu o comércio e a indústria como também desempenhou um papel fundamental na ocupação de funções estratégicas na geo-política da época.

Também o cooperativismo no Rio Grande do Sul deve ao imigrante a sua gestação. É com a vinda do imigrante que é implantado as primeiras cooperativas no Sul do país.

A partir do término da segunda Guerra Mundial, mais especificamente no caso agrícola o espaço do Rio Grande do Sul, principalmente nas áreas de predomínio camponês, sofrerão mudanças profundas com o advento da Modernização da Agricultura, conforme veremos a seguir.

2.2 - O Campesinato - após (na Modernização da Agricultura) a Segunda Guerra Mundial.

2.2.1 - Aspectos da Modernização da Agricultura.

A década de 50, marcou profundamente o espaço

agrário brasileiro e do Norte do Rio Grande do Sul, desencadeando profundas transformações, nas atividades econômicas da produção camponesa, como também mudou a lógica da acumulação do capital nessa região. Essas transformações são ocasionadas pelas mudanças da agricultura com o advento da modernização da agricultura gaúcha a partir dos anos 50 deste século.

Por modernização na agricultura entende-se a criação de condições para a valorização do capital (Delgado 1989), utilização de insumos modernos, maquinarias, interação com a indústria seja de máquinas, implementos e insumos agrícolas, ou de transformação dos produtos agrícolas à montante e à jusante, na perspectiva de aumentar a produtividade e por conseguinte a massa de lucros².

A Revolução Verde (denominação da modernização da agricultura a nível mundial) expande-se a nível mundial a partir do término da Segunda Grande Guerra, como decorrência da nova divisão internacional do trabalho e da composição do globo terrestre em dois blocos socio-econômicos antagônicos (o bloco capitalista e o bloco socialista), causando um profundo redirecionamento econômico e social em todo o globo terrestre³.

No caso da agricultura, ocorre uma setorização e especialização da produção por países. Uma regionalização agrária no sistema econômico capitalista mundial. Acentuam-

se as dependências de capital e de tecnologia, principalmente nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento em relação aos desenvolvidos. (Almeida, 1988).

Entre os múltiplos objetivos da Revolução Verde está o de desenvolver o complexo agroindustrial a nível internacional, direcionado para a produção, comercialização de insumos e máquinas agrícolas como a industrialização e comercialização de produtos de origem agropecuário. Controlar a produção de matéria prima de origem vegetal e animal, ocupando "no espaço agrário" um maior campo de reprodução do capital a nível internacional.

Sob o comando dos EUA, a Revolução Verde passa a se efetivar nos países do terceiro mundo à partir de 1943. Numa primeira fase (experimental), ocorrida entre 1943 a 1965, realizam-se experiências-pilotos em diferentes localizações do globo terrestre; México, Filipinas, Brasil, entre outros.

Nessa fase experimental, desencadeiam-se políticas de difusão e implantação deste programas em dois eixos principais:

- Tecnológicos: pesquisas agrônômicas, combinando variedades de sementes com diferentes tipos de solo, climas, etc. Criam-se os organismos de pesquisas, formação e assistência técnica,

conforme veremos logo adiante no caso brasileiro;

- Econômicos: os países difusores liberam crédito subsidiado aos países do terceiro mundo. No Brasil o crédito agrícola será o "carro-chefe", é o grande direcionador nas decisões "do para que e como plantar". As pesquisas avançam nas combinações de sementes, tipos de solos, climas etc... É montado uma estratégia de intervenção no setor agrícola, através da assistência técnica, registros sistemáticos, subsídios financeiros e até mudanças de governos não favoráveis. Exemplo, o caso do Brasil de 1964.

Os resultados aparecem. No Brasil, instalam-se empresas geralmente multinacionais ou associadas as nacionais, como a Cargill, ligada principalmente à comercialização internacional de cereais e à pesquisa genética com o milho, a EMA (ligada ao setor de máquinas agrícolas) entre outras. O governo brasileiro cria a ASCAR - Associação de Crédito e Assistência Rural e a ABACAR - Associação Brasileira de Crédito Rural, promovendo a assimilação do "jogo" por parte interna.

Para Sorj, (1980: 34) "A penetração das subsidiárias têm duplo efeito. Além do controle dos diferentes setores da produção tem havido uma transformação do conjunto no setor, que determina os parâmetros tecnológicos, de

escala de produção e tipo de produto. Conseqüentemente, o resto da indústria nacional ou se adequa ao novo estilo de estratégia empresarial ou desaparece.

Foi exatamente na década de 70, com o processo de "unificação do mercado nacional" (Pereira - 1987:25), que começa a surgir na região Norte do Rio Grande do Sul os grandes supermercados, concorrendo fortemente com o mercado regional dos imigrantes, ao mesmo tempo que a malha asfáltica proporcionou a chegada de mercadorias de outras regiões do país, principalmente de São Paulo, confirmando a afirmação de Sorj, pois as indústrias tradicionais locais, a maioria fechou. Hoje, é comum encontrar os produtores rurais, inclusive os pequenos, comprando os mais elementares produtos de subsistência nos mercados das cidades da região.

A viabilização da Modernização da Agricultura teve num primeiro momento um papel decisivo do Estado. Este através de políticas públicas (produção de insumos, fertilizantes, energia, benefícios fiscais etc.) para o setor e tendo a força do crédito agrícola subsidiado, conseguiu impor e viabilizar com sucesso as transformações desejadas à agricultura e conseqüentemente atender a nova dinâmica do capital nesse momento.

Observando atentamente a questão do crédito rural, estudiosos da agricultura brasileira, na sua grande maioria,

identificam o crédito rural como "carro-chefe" de modernização agrícola. Tanto é que em 1965 foi criado o SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural), através do Ato Institucional 4.839 de 05 de Novembro de 1965.

Através do crédito rural e a fiança do Estado, os capitais nacionais e estrangeiros, principalmente os grandes capitais estrangeiros, passaram a ver a agricultura como um setor relativamente seguro no que concerne ao retorno imediato da lucratividade esperada. Dessa forma, ao longo do processo histórico subsequente observa-se que o crédito rural favoreceu a concentrações e centralizações de capitais reconstituindo novas desigualdades regionais.

As condições oferecidas na primeira fase da modernização (amplos financiamento para investimento, custeiam e comercialização com juros negativos), foram a grande força motriz na transformação brusca da paisagem nas regiões pólo da modernização. Geraram as grandes dicotomias na agricultura brasileira, "grandes/pequenas, modernas/atrasadas ou integradas/não-integradas" ao novo processo modernizador. O fortalecimento dos grandes grupos econômicos, sobretudo, e principalmente os atuantes nos setores agrícolas, consolidados no CAI (Complexo Agroindustrial), passaram a influenciar, senão determinar, a formulação de políticas monetárias, fiscal, salarial, cambial e relativa ao comércio interno e externo.

Recentemente, através da característica multifacetada do Estado e apropriação deste pela burguesia industrial e financeira, observa-se que as grandes corporações agrícolas determinam as políticas de crédito rural e de preços mínimos via manipulação do Estado pelos setores oligopólicos, conforme Müller (1989: 167), "o que condiciona o Estado a continuar a assumir o ônus de financiar a acumulação privado-capitalista e dos setores agrícolas em particular aliança". Observando-se índices de modernização agrícola na utilização de tratores, insumos, distribuição do crédito agrícola, percebemos que a modernização foi diferenciada, incluindo regiões como é o caso do Sul, Sudeste e recentemente o Centro-Oeste e a exclusão quase que total do Nordeste e Norte. Destaca-se concretamente uma classe incluída (geralmente o grande capitalista agrário voltados para o mercado externo e integrados ao CAI.) e a exclusão da grande maioria dos pequenos produtores camponeses.

Catacterizando este período, Oliveira (1987: 100-101) afirma que:

"a expansão capitalista nacional tendo agora a indústria como centro motor da divisão social do trabalho, conheceu desde os anos trinta um longo período de crescimento, quase sem interrupções até o final dos anos sessenta... O salto de qualidade operado na diferenciação setorial industrial, induziu, seja pela própria escala de diferenciação, seja

pelo concurso ao capital estrangeiro, à incorporação na economia brasileira de estilos de competição oligopolista, estilos que podem ser encontrados na estruturação das grandes organizações, nos esquemas de reprodução protegidos de mercados "cativo", como no caso da indústria automotora, de insumos agrícolas, de construção naval, e no caso das empresas estatais, aos monopólios do Estado em setores produtivos."

2.2.2 - A Nova Realidade Camponesa.

O Rio Grande do Sul, mais precisamente a Região Norte, onde o processo de modernização agrícola foi mais intenso, teve a agricultura rapidamente integrada ao mercado internacional de grãos, sendo a cultura da soja o seu produto principal. A agricultura rapidamente passou a ocupar áreas antes utilizada com a cultura de produtos tradicionais, principalmente aqueles da alimentação básica, (feijão, arroz, mandioca, erva-mate, criação de animais domésticos - para o consumo e serviço...). Como exemplo o município de Cruz Alta, (onde está situada a COOPAIL) em apenas dez anos (1950-60), a soja teve um crescimento vertiginoso perfazendo um percentual de aumento em 1.289%. Daí para frente, sempre cresceu, chegando em 1970 com um crescimento de 2.207%). Já o feijão (produto de alimentação básica da população) em 1950 ocupava uma área de 1.975 hectares e produção de 1.032 toneladas. Em 1987 o feijão ocupava uma área de 495 hectares e apenas 277 toneladas de

produção. Florão et alli (1989 -121).

Este processo não ocorreu de forma homogênea, reflete as próprias contradições inerentes ao próprio desenvolvimento do processo de acumulação do capital nesse espaço, como bem caracteriza os seguintes indicadores:

a) Insumos e tratores.

Em geral, a utilização de insumos industriais tem sido cada vez mais elevado na região Sul do país, onde a modernização é mais acentuada. No caso do Rio Grande do Sul, Florão (op. cit., 1989. p. 76) cita Pascoal, onde coloca que o aumento do consumo de máquinas e insumos agrícolas para o período de 1964-75 foi de 124,33 nos fertilizantes; 5.414% nos herbicidas e 389,1% nos tratores. Sendo que em apenas um município desse Estado (Cruz Alta) o acréscimo acumulado no uso de tratores no período de 1940-85, foi de 8.121%. (Florão, et alli. 1989, p.76).

b) Crédito Agrícola.

O crédito agrícola segundo Pinto (1981, p.06) prioriza e privilegia a modernização da agricultura no que diz respeito à aquisição de tratores, compra de insumos, fertilizantes, defensivos e implementos agrícolas... no Brasil apenas 20% dos estabelecimentos agrícolas têm acesso ao crédito rural. Ao mesmo tempo a distribuição desigual do crédito por região serviu para proteger determinadas

culturas como é o caso do trigo, soja e cana de açúcar, que para Pinto, de 1973 a 1977 tiveram um volume de crédito superior no valor bruto de suas produções.

Na distribuição do crédito agrícola por região do país, entre 1973-77 a região sudeste ficou com 36% em média e a região sul com 41% em média, o que se tomarmos as duas regiões (sul e sudeste) temos 77% do volume do crédito concentrado nessas duas regiões.

c) Demanda de produtos industriais:

O espaço agrário foi integrado rapidamente ao espaço industrial significando um potente mercado para este último. Conforme Albuquerque (1987, p.293-4), 45% do valor do crédito de investimento para as lavouras são gastos com bens industriais, os 55% restantes são aplicados em outros itens onde o setor de bens industriais irão certamente contribuir no fornecimento de insumos (fertilizantes e defensivos para investimentos em culturas permanentes, alimentação de origem industrial para animais, cerca de arame e outros insumos). Araújo et alii (1983: 15-17) afirma que as despesas com maquinaria e equipamentos relativos aos créditos de investimento, entre 1969 e 1978, foram em média, de 72,5% para as lavouras e 45% para a pecuária.

d) Estrutura Fundiária:

Uma análise da estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, conforme IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para 1982, mostra um decréscimo no número de estabelecimentos de 10 a 50 hectares e um crescimento no número de estabelecimentos de 100, 200, 500, 1000 e 2000 hectares; o que demonstra a exclusão dos produtores rurais, com menos de 50 hectares (onde está o novo extrato de produtores da COOPAIL), no processo de modernização agrícola.

e) Custos de Produção:

A característica intensiva de capital na agricultura modernizada tem sido o principal fator limitante do pequeno produtor. Segundo estudos realizados recentemente por Florão e Maroso no primeiro semestre de 1993, calcula-se que um Trator de 92 CV, necessita de uma área mínima de 200 hectares e 750 horas/anos para que este retribua seu investimento. Nesse aspecto impõe um limite de área de terra o que acaba definindo por sua vez o limite aos produtores principalmente os que estão abaixo da área.

Na formação dos custos de produção de 1 ha, os custos variáveis (combustíveis, lubrificantes, peças, reparos, mão-de-obra, insumos, transporte e outros chegaram a US\$ 225,62. Em relação aos custos fixos (depreciação de

máquinas e implementos, remuneração de capital e outros) alcançaram US\$ 158,10. O total dos custos chegaram a um montante de US\$ 383, 25. Em contra partida em 5 safras, apenas 3 cobriram somente os custos variáveis. Esse é um dos motivos da falência do endividamento agrícola do Rio Grande do Sul, tão discutido no momento, no Brasil.

Finalizando, principalmente o extrato de produtores que compõe a COOPAIL, caracterizados como pequenos produtores familiares e tendo como uma área de terra, referência de 20 hectares, estão em perigo conforme Zamberlan (1990, p.09) pelos seguintes motivos:

"A agricultura baseada na pequena produção familiar está a perigo.

Os Agricultores:

- Alguns estão totalmente endividados; outros estão com suas máquinas sucateadas, sem capital para dar novo impulso; um terceiro grupo tem excesso de máquinas, sobra mão-de-obra familiar;

O fato é que todos eles têm como principal atividade produzir soja, trigo e alguns, milho. Mas esses produtos têm um custo alto de produção, a produtividade ainda é baixa e o preço pago pelo mercado não é suficiente. Ainda por cima o governo está abrindo as importações (como é o caso do trigo). Na Argentina para uma tonelada de trigo, está custando, para ser produzida em torno de 71 US\$. O nosso supera a US\$ 180 por tonelada. O agricultor encontra-se num dilema: continuar produzindo grãos para vendê-los (mas os custos estão elevados, a concorrência de produtos do exterior estão com mais produtividade).

Aceitar o desafio e passar a utilizar os grãos produzidos na sua propriedade, transformando-os em proteínas (leite, carne, suínos, ovos...)."

Esta última alternativa é um dos princípios básicos que as 14 famílias de cooperados da COOPAIL, encontraram para fazer frente à lógica da agricultura moderna do Sul do país, o que passaremos a desenvolver no capítulo seguinte.

2.3 - REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

Bibliografia Utilizada

- ALMEIDA, Anna L. O. (Org.) **Biotecnologia e Agricultura - Perspectivas Para o Caso Brasileiro.** Petrópolis, Vozes/Biomatrix, 1984.

- ALBURQUERQUE, Marcos C. e ROBERT, Nicol. **Economia Agrícola - O Setor Primário e a Evolução da Economia Brasileira.** São Paulo, Mc GRAW - HILL, 1987.

- ARAUJO, P. F. C. e MAYER, R. L. **O Crédito Rural e sua Distribuição no Brasil.** in: Estudos Econômicos, São Paulo, 13 (2), Maio, 1983.

- BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização na Agricultura - Trigo e Soja.** Petrópolis, Vozes, 1981.

- DELGADO, Guilherme da Costa. **Padrões de Desenvolvimento da Agricultura Brasileira no Pós-Guerra (1947-88) - Textos de apoio,** Recife, ano 1, Junho, 1989.

- FLORAÇÃO, S. Reni, et alli. **Cruz Alta: As perspectivas do Desenvolvimento.** Cruz Alta, Gráfica Universitária - UNICRUZ, 1989.

- MAROSO, Gilmar e FLORÃO, S. Reni. **Plantio Direto - Um Enfoque Econômico.** in: **Textos & Letras, Edição Especial,** Cruz Alta, UNICRUZ, Março, 1993.

- IBGE. **Análise da Estrutura Fundiária do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 1982.

- ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, Martin Livreiro Editor, 1983.

- MARX, Karl. **O Capital, Livro I, Volume I, capítulo VIII.** Nova Cultural, 1985.

- MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária,** São Paulo, Hucitec, 1989.

- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia Para uma Re(li)gião.** São Paulo, Paz e Terra, 5ª Edição, 1987.

- PEREIRA, Luiz C. Bresser. **Desenvolvimento e Crise no Brasil.** São Paulo, Braziliense, 1987.

- PINTO, L. C. Guedes. **Nota Sobre a Política de Crédito Rural.** Campinas, São Paulo, Mimeo. 1981.

- SAINT-HILAIRE, August de. Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-21). Belo Horizonte, Livraria Itatiaia Editora, 1974.

- SCHNEIDER, José Odelso. Democracia - Participação e Autonomia Cooperativa. São Leopoldo, UNISINOS, 1991.

- SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.

- ZAMBERLAN, Jurandir. Cooperação - O Desafio que Começa a Sulcar a Terra. Crus Alta, UNICRUZ, 1990.

NOTAS

- 1 - Sobre o processo de colonização e ocupação do Rio Grande do Sul ver: PESSAVENTO, Sandra Jatahy **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982; ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Globo, 1969; JUNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Braziliense, 1977; MÜLLER, Geraldo. **A Economia Política Gaúcha dos Anos 30 aos Anos 60**. in: DACANAL, J. H. e GONZAGA, Sérgio (Orgs.). **RS: Economia & Política**. Porto Alegre, Mercado Aberto. 1979.
- 2 - Sobre atuação do Estado e do capital financeiro na agricultura, ver: DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo, Editora UNICAMP/ICONE Editora. 1989; ALBURQUERQUE, Marcos Cintra e NICOL, Robert. **Economia Agrícola - Setor Primário e a Evolução da Economia Brasileira**. São Paulo, Mc GRAW HILL, 1987 e MUNHOZ, Dércio Garcia. Petrópolis, Vozes, 1982.
- 3 - Sobre as questões que levaram ao grande conflito mundial de 1939-45 e os reflexos do pós-guerra com a instalação da Guerra Fria (1945-90), ver: VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Da Guerra Fria à Crise: as Relações Internacionais Contemporâneas**. Porto Alegre. Ed. da Universidade - UFRGS, 1990 (Síntese Universitária; 21).

CAPITULO III

3 - O COOPERATIVISMO - ASPECTOS TEORICOS E HISTORICOS.

No presente capítulo procuramos resgatar alguns aspectos da especificidade de nosso objeto de estudo, ou seja, a origem e o processo de desenvolvimento do cooperativismo no Brasil, especialmente no Estado do Rio Grande do Sul, colocando em destaque a função que este sistema vem desempenhando na realização do capital neste espaço principalmente com as transformações recentes da agricultura.

A COOPAIL (cooperativa de produção agropecuário Itaíba Ltda.), surge da própria crise (pela inexistência de uma proposta agrícola e fundiária que corresponde a sua estrutura sócio-produtiva), porque passam os pequenos produtores familiares a partir da Modernização da Agricultura no Norte do Rio Grande do Sul nos últimos 50 anos deste século. O contraditório é que o sistema cooperativista desempenhou um papel fundamental nas transformações recentes da agricultura (servindo ao Capitalismo e promovendo a seleção e exclusão de grande parte dos pequenos produtores camponeses), como já espusemos anteriormente, porém é na cooperação (via-cooperativa) que

esses produtores rurais vão buscar força e meios de subsistir ao processo de diferenciação pelo capital.

Antes de abordarmos fatos específicos da constituição e organização da COOPAIL, julgamos necessário desenvolvermos algumas questões históricas e teóricas com respeito ao cooperativismo e a forma cooperativa de organização e produção no sistema capitalista. Na sua gênese européia do século XVIII e XIX, sua reconstituição e difusão pelo Capital, aos países do Terceiro Mundo, como é o caso brasileiro.

Iniciaremos com uma reflexão dos conceitos de IDEOLOGIA, COOPERAÇÃO, COOPERATIVISMO E COOPERATIVA com destaque na especificidade de cooperativa como empresa numa sociedade capitalista.

3.1 - Ideologia

Entendemos por ideologia, o conjunto de idéias que se faz prevalecer em determinado tempo histórico, na representação e sedimentação dos interesses de classe ou classes sociais em uma determinada formação econômico-social. Segundo Demo (1980:19) "O critério da ideologia é o seu caráter justificador de posições sociais vantajosas. Enquanto o senso comum está despreparado diante de uma realidade mais complexa do que imagina sua visão ingênua. A

ideologia é intrinsecamente tendenciosa, no sentido de não encarar a realidade assim como ela é, mas como gostaria que fosse, dentro de interesses, determinados. Para deturpar a realidade de acordo com seus interesses, a ideologia usa de instrumentos científicos, quando pode adquirir extrema sofisticação. Pode chegar à mentira, quando não só deturpa, mas inverte os fatos, fazendo de versões, fatos." Dessa forma a classe dominante consegue generalizar para a sociedade, todos seus próprios critérios de valor e, que passa a ser considerado legítimo. E deste modo, frequentemente, se acha justo os que "sabem mais" ter o direito de mandar, e os que "sabem menos", tem o dever de obedecer.

A ideologia pode ser um mecanismo de libertação ou de "amarra", à um determinado grupo, classe ou extrato social. Quando a ideologia de uma classe sobrepõe-se a outra, temos um exemplo de "amarra" ideológica. Um exemplo disso, foi o processo de transplante do cooperativismo europeu e norte americano, para os países da América Latina, onde impõe-se um modelo de cooperativismo que adequou-se muito bem aos interesses do capitalismo, em contraposição a continuidade da exploração da classe trabalhadora latino-americana.

Sobre a ideologia como processo de libertação e conquista de autonomia de uma classe (no caso a trabalhadora), Freire (In Brandão, 1991:22) nos diz:

"De um lado e de outro do trabalho em que se ensina e aprende, há sempre educadores e educando. De um lado se ensina, de outro lado se aprende. A cartilha é um saber abstrato, pré-fabricado e imposto. É uma espécie de roupa tamanho-único que serve para todo mundo e para ninguém (...). Mesmo quando há quem diga que ali tudo é neutro e que foi escolhido ao acaso, ou por critérios de pura pedagogia, todos nós sabemos que quem dá a palavra dá o tema, quem dá o tema dirige o pensamento, quem dirige o pensamento pode ter o poder de guiar a consciência."

Em síntese podemos dizer que a sabedoria é o resultado do homem dialético-prático e do homem prático-teórico e que a ação ideológica é um reflexo da própria consciência (do homem) de classe.

3.2 - Cooperação

Cooperação, no verbo latim cooperari (de "cum" e "operari") significa, operar conjuntamente com alguém e a prestação de auxílio para um fim comum. Do ponto de vista sociológico, cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que as pessoas se unem, de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo.

Para Marx, cooperação é "a forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente no mesmo processo de produção ou em processos diferentes

mais conexos". A cooperação é a forma de potencialização de forças em uma mesma direção. Em sua ilustração (em O Capital, livro I, volume I, capítulo XI, p. 259), Marx nos diz:

"Do mesmo modo que a força de ataque de um esquadrão de cavalaria, a força de um regimento de infantaria difere essencialmente da soma das forças de ataque e resistência desenvolvidas individualmente por cada cavaleiro e infante, a soma mecânica das forças que se desenvolve quando muitas mãos agem simultaneamente na mesma operação indivisa".

Desse ensinamento podemos concluir que o resultado da combinação de trabalho não pode ser produzida ao todo por um único trabalhador e a um só tempo. Isso poderia ser alcançado pelo único indivíduo em etapas sucessivas o que aumentaria em muito o tempo de sua realização. Indica-nos também que a cooperação é uma forma de aumentar o potencial produtivo do indivíduo como também ser uma relação social que tem na conjugação da força produtiva a realização de "um ser em si" e para si, uma "força de massa", abrindo com isso a condição de independência da classe trabalhadora.

Ainda em Marx (1989, p. 265) a cooperação é uma categoria social que tem suas origens culturais na evolução da humanidade. Segundo o autor, a cooperação é "predominantemente nos povos caçadores ou eventualmente na agricultura da comunidade indiana", onde fundamentava-se de

um lado a propriedade comum das condições de produção e de outro na circunstância de que o indivíduo isolado não conseguiu desligar-se totalmente do seu ciclo tribal ou familiar.

Porém, no capitalismo a cooperação apresenta uma qualidade que lhe é inerente: a forma capitalista pressupõe desde o princípio a existência do trabalhador assalariado livre, que vende a sua força de trabalho ao capital.

Para Macagnan (1994:3):

"A cooperação de que trata Marx é a cooperação do trabalho. Para este, Marx se detém em mostrar os aspectos da cooperação do trabalho, para demonstrar o quanto esta potencializa a produção da mais-valia, uma sociedade capitalista. Mesmo assim, esta cooperação específica do capitalismo do século XIX, mostra suas contradições. E o próprio Marx, embora sem aprofundar estas contradições, indica alguns aspectos de socialização do processo produtivo, que leva os cooperados (nesse caso os operários), a superação do individualismo pelo processo de produção coletivo".

Isto posto, podemos afirmar que o capitalismo é uma forma de produção social, tendo na cooperação de muitos trabalhadores a produção de valores-de-troca (suporte de valor), caracterizado na produção social e na apropriação privada dos valores de troca por uma minoria à classe capitalista. Nesse momento defendemos a proposta que todos os trabalhadores cooperam para o capitalismo e podem através

do seu trabalho cooperarem para si.

3.3 - Cooperativismo

Entendemos o cooperativismo como sendo o meio doutrinário no desempenho da cooperação. Para Guimarães (1985:76), "O Cooperativismo é a doutrina que deu base teórica às realizações cooperativas. É portanto, posterior à prática cooperativista. Procura corrigir o social pelo econômico, utilizando a cooperativa como instrumento para atingir seus fins".

De forma geral entendemos que o cooperativismo é o mecanismo de controle da cooperação em uma determinada formação econômico-social. Como exemplo o capitalismo tem no cooperativismo a forma ideal do desenvolvimento da cooperação para si.

3.4 - Cooperativa

Segundo nosso entender a cooperativa é uma especificidade no ato da cooperação, tendo como determinante em última instância, o tipo de cooperativismo em que está inserido. Se dermos como posto o cooperativismo como a ideologia em determinada forma de cooperação, obviamente é na cooperativa o locus da materialidade desse processo, numa formação econômico-social de base socialista a cooperativa

terá em suas linhas doutrinárias o privilegiamento da dimensão comunitária. Se a formação econômico-social fora capitalista a distribuição desigual do produto, será característico da cooperativa.

Mesmo que em sua aparência apresente uma proposta democrática conforme os princípios rochedalianos (adesão livre, gestão democrática, juros módicos ao capital, retorno proporcional às operações, transações à dinheiro), em sua essência deixa refletido no espaço que transforma, as próprias contradições do capitalismo.

No entanto, a definição do que é uma cooperativa, constituída pelo capitalismo é um tema polêmico e pouco discutido. Guimarães (1985:76), concebe "a cooperativa como uma sociedade de pessoas e não como empresa de capital, nem como empresa do Estado, que visa primordialmente a participação e conseqüentemente a promoção econômica, social e cultural dos seus membros." Esse conceito abre espaço para amplos debates, principalmente quanto aos resultados da promoção econômico-social de "seus membros" numa sociedade capitalista.

Para finalizar ensaiamos nesse momento, a nossa definição de cooperativa capitalista, como sendo uma especificidade econômico-social na cooperação, que tem em sua essência os fins de viabilizar formas de reprodução do capitalismo nos espaços onde este ainda não se desenvolveu

de forma plena ou, na combinação mista com empresas de capital e do Estado.

3.5 - O Caráter Legislativo da Cooperativa como Empresa no Brasil:

Tratando a cooperativa como empresa, a legislação brasileira traz os seguintes pontos:

"...a sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, são sujeitas a falência, constituída para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

- I - Adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II - Variabilidade do capital social, representado por quotas-parte;
- III - Limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultando porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV - Inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos e sociedade;
- V - Singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

- VI - "Quorum" para funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não do capital;
- VII - Retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente as operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;
- VIII- Indivisibilidade dos fundos de reserva e de assistência técnica, educação e social;
- IX - Centralidade política e indiscriminação, religiosa, social e racial;
- X - Prestação de assistência aos associados e quando prevista nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI - Área de admissão de associados limitada as possibilidades de reunião, controle, operações de serviços". (Brasil, 1971, p.11-12).

O caráter dessa legislação, assemelha-se com os princípios Rochedalianos, o que demonstra a adoção do cooperativismo do século passado, da Europa para o Brasil. Ao mesmo tempo, Pinho (1977:21-22), concebe cooperativa como a sociedade de pessoas, constituída e sob a direção de seus usuários. Para o autor "na cooperativa o associado é o "usuário" e o "empresário" em uma só pessoa. Faz a seguinte distinção entre uma empresa cooperativa e as demais empresas:

- 1 - empresa sem fins lucrativos;
- 2 - cooperando com dupla qualidade de usuário e de

empresário da cooperativa;

- 3 - igualdade de direitos e de obrigações dos cooperados, baseada, sobretudo, na norma de que, nas assembleias gerais, cada associado tem direito a um voto apenas (um homem = um voto ou uma vez), independente de sua participação no capital social;
- 4 - indivisibilidade do fundo de reserva e de outros, se houver, em caso de liquidação de cooperativa;
- 5 - tratamento do capital como fator de produção, a serviço do cooperado: as sobras líquidas são distribuídas proporcionalmente às operações do associado com a cooperativa. O capital não rende juros, ou quando muito, juros módicos; quorum para deliberação nas assembleias gerais, havendo no número mínimo de associados presentes e não no poder econômico que possam representar os associados presentes.

O aspecto inovador da autora, nesses princípios estão no duplo caráter do associado-empresário e usuário, ao mesmo tempo que pressupõe uma participação mais ativa e democrática no processo decisório do associado na cooperativa.

Para Fleury (1983:32) o que diferencia uma empresa

cooperativa de uma empresa privada não-cooperativa, são seus objetivos e seus princípios organizacionais:

"O objetivo de uma empresa é o lucro e ela procura se organizar segundo critérios de eficiência compatíveis com tal objetivo. Em termos bastantes genéricos poderíamos afirmar que o modelo organizacional de uma empresa se estrutura de acordo com os princípios de formalização, hierarquia e centralização do poder, sendo o seu processo decisório norteado por um modelo de racionalidade técnica". Já a cooperativa:

"...não tem como objetivo precípua o lucro para si mesma, mas proporcionar os meios através dos quais seus associados podem tornar suas explorações rentáveis".

A discussão em torno do conceito, seja do caráter de uma cooperativa e sua múltiplas formas que historicamente se apresenta é um "aberto" e carece de amplos debates, no entanto um fato palpável do papel do cooperativismo no sistema capitalista tem sido o de servir de uma modalidade eficiente na realização da acumulação capitalistas em tempos históricos determinados. Daí suas contradições, suas utopias e realidades, como é o caso brasileiro, o que passaremos a desenvolver.

3.6 - A Ação do Cooperativismo na América Latina.

Como base nos estudos de Schneider (in Loureiro org. 1981, p.34) constatamos que o cooperativismo na América

Latina foi uma reconstituição do cooperativismo pioneiro (primeiras experiências européias, do séc. XVIIIe XIX), segundo os interesses e as novas estratégias do capitalismo a nível internacional. Mudança essa já muito comentadas por nós e que são decorrentes da consolidação do Capitalismo Internacional, sob o comando dos EUA, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial.

O autor enfatiza ainda que de maneira geral as principais companhias de fomento ao cooperativismo por parte do capitalismo aparecem em época de crise econômica (entre 1927/1936), na época problemática dos pós-guerra e de seus ajustes econômicos (decênio de 40), ou quando se agita o espectro da violência (como na Colômbia - 48/57) ou para fazer frente à ameaça do comunismo ou ao impacto da Revolução cubana (decênio de 60, deste século).

Em Borda (1970), a simples importação de modelos da Europa e dos Estados Unidos para a América Latina, e no caso o Brasil, provocou uma série de incompatibilidades, tais como inversão do processo ocorrido na Europa; lá a criação de cooperativas foram decorrência de vários anos de experiência do ponto de vista da legislação e do movimento operário. Este movimento desenvolveu-se na luta, contra as contradições do capitalismo, já amplamente desenvolvido nos séculos XVIII e XIX.

Os modelos cooperativos então daí decorrentes, constituem a culminância de todo processo de mudança social, ajuste jurídico e de conotação utópica. Os camponeses e operários europeus, os principais clientes das cooperativas, haviam passado já por processos culturais que exigiam novo tipo de adestramento técnico, novas formas orgânicas de solidariedade e orientação mais impessoal e secundária em relação ao sistema de mercado e preços do que nas etapas anteriores. Além do mais as experiências cooperativas dos países pioneiros, eram decorrência do movimento de grupos operários específicos, tendo nas suas cooperativas o resultado de um processo construído diretamente pelos diretamente interessados.

Para América Latina, a não ser para corresponder aos interesses do capitalismo, o processo se deu de maneira inversa. Em primeiro lugar a origem da grande maioria de cooperativas foi uma imposição do Estado a serviço do capitalismo, através da imposição institucional. Adota-se um programa cooperativista sem que houvesse alguma cooperativa em funcionamento e base para isso. Adota-se modelos como o de Rochedale (que era uma cooperativa de perfil mais urbano), para os países da América Latina, caracterizados até a metade desse século, como países agrário-exportadores, condicionados à um número de produtos de exportação, sobre uma estrutura agrária extremamente desigual com resquícios de servidão ainda muito presentes, onde sequer pode se falar

em uma classe camponesa organizada como classe social e capaz de entender, barganhar e reproduzir um cooperativismo que os identificasse¹.

Os interesses de reprodução de uma classe dominante nesses países, coloca a reconstituição do cooperativismo em última instância a serviço dos seus próprios interesses, pois conforme Borda (1970), ao analisarmos a legislação específica veremos que a lei reflete os interesses já criados, especialmente os dos grandes comerciantes latifundiários e industriais. Impõe-se um cooperativismo de cima para baixo, como ato autoritário e paternalista não resultante das aspirações populares, da participação democrática e da razão de classe. Propagaram-se e desvirtuaram-se os princípios Rochedalianos, induzindo a formação de negócios através da cooperativa, produzindo instituições híbridas, destinadas ao abuso da confiança e do poder. Na aparência essas cooperativas demonstram princípios democráticos, em sua essência estão impregnadas da ideologia burguesa, donde (na ótica dos trabalhadores) nada pode-se esperar mesmo por parte do Estado.

Dentre as grandes estratégias nesse processo de difusão do cooperativismo de "mando", a Europa e os Estados Unidos desenvolveram um amplo programa através de instituições e agências internacionais, nos países do Terceiro Mundo. Entre as medidas tomadas, figuram: a

criação de um corpo técnico (profissionais preparados para consultorias, assessorias e monitorias, entre outros serviços), tradução e publicações de livros específicos, manuais, revistas, jornais, folhetos, etc... Também fundam em espaços estratégicos filiais dessas instituições para servir como difusores desta política.

De forma reduzida podemos separar em duas fases principais o nível de estratégias desenvolvidas pelos países centrais. Partindo da Europa e como decorrência do próprio comportamento desse processo de expansão do capitalismo a nível internacional, temos, até meados de 1940, a forte ação de países europeus e posteriormente, após a II Guerra, a hegemonia norte americana, a instauração da guerra-fria e a difusão da Revolução Verde.

Como ilustração da fase europeia temos: a fundação da Aliança Cooperativa Internacional. Na década de 40 é fundada a cidade de Buenos Aires, na Argentina, a Sociedade Cooperativa Internacional Agrícola de Abastecimento - INTERCOOP - com sede em Rotterdam, na Holanda. Esta tornou-se o principal centro difusor para a América Latina, ramificando-se no Chile, Colômbia, México e Brasil.

No caso brasileiro é importante destacar a influência da imigração europeia no final do século XIX e XX que consigo trazem certos conhecimentos de cooperativismo -

já referido anteriormente. A partir dos anos 40 temos a segunda fase. A União Panamericana e a OIT - Organização Internacional do Trabalho - seguindo um processo semelhante ao da Europa. A FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - sistematizou um modelo de organização de cooperativas agrícolas para América Latina seguindo os modelos dos princípios Rochdalianos.

Após a década de 60, a AID - Agência para Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos - funda no México um centro de difusão cooperativa. Ainda na década de 60:

"As cooperativas aparecem inevitavelmente em qualquer referência de reforma agrária, tanto em recomendação da Pastoral da Terra (Igreja Católica), como nos documentos da Aliança para o Progresso, lançada pelo presidente J. Kennedy, para neutralizar a repercussão da revolução cubana na América Latina, no início da década de 60", conforme Rios (1976, p. 09)."

Com o exposto, podemos observar o importante papel do cooperativismo atrelado ao capitalismo na América Latina, e passaremos a seguir, comentando alguns pontos com referência a essa questão no caso brasileiro.

3.7 - O Cooperativismo no Brasil

O cooperativismo no Brasil segue os mesmos "passos" da própria trajetória do capitalismo no espaço brasileiro.

Sendo uma decorrência do movimento cooperativista da Europa nos séculos XIX e XX e posteriormente dos Estados Unidos, tem no Brasil como seus primeiros elementos gestores a ação das agências internacionais, os tecnocratas do Estado, principalmente na sua materialização da ação dos imigrantes europeus (italianos e alemães).

Do ponto de vista formal e estrutural tendo como pressuposto o movimento do capitalismo no espaço brasileiro, classificamos o cooperativismo em duas fases distintas. Uma primeira na qual chamaremos de expansão horizontal que vai até meado de 1930; a segunda após 1930 até os dias atuais, a qual chamaremos de verticalização do processo como a decorrência de sua subordinação ao Estado Burguês.

A primeira fase, em linha gerais caracterizou-se pela difusão do cooperativismo e a criação de cooperativas horizontalizadas e desarticuladas entre si, com pouca intervenção do Estado. São as primeiras cooperativas criadas principalmente pelos imigrantes para tentar resolver o seu isolamento econômico e social. Fundam-se as cooperativas de crédito de consumo, de compra de equipamentos, entre outras.

Muitos foram os pioneiros do cooperativismo, no Brasil entre estes destaca-se o padre suíço Teodor Armstand. Este torna-se um verdadeiro "papa" do cooperativismo,

realizando a partir de 1898 vários congressos de católicos alemães no Rio Grande do Sul. Em suas pregações de reflexão espiritual eram tratados problemas práticos dos colonos: adubação de terras, rotatividades das plantações, problemas de desmatamento, organização de consumo, organização social, etc...

Em 1880, na sociedade de Feliz, em Santa Catarina, é realizado o terceiro congresso, onde é lançada a idéia de cooperativismo com certo arcabouço filosófico, onde prega-se para os colonos a idéia de independência estrangeira, da independência econômica, etc. Nas palavras de Armstand "agora, para o verdadeiro brasileiro é dever de honra afastar com mão firme esta nova escravatura de nosso querido Brasil", palavras de convencimento de seus propósitos. No final do terceiro congresso, Armstand apresenta um projeto de estatuto, que já trouxera pronto, que foi aprovado com quatrocentas inscrições iniciais, e fundou a Associação Riograndese de Agricultores.

O outro grande difusor do cooperativismo no Sul do Brasil foi o ex-parlamentar italiano José de Stefano Paternó que no início de 1900 desenvolve uma forte ação na região de colonização italiana na Serra Gaúcha (Caxias, Bento Gonçalves e Garibaldi). Advogado na península, "cooperativista", com larga prática em sua terra natal e já conhecendo a América, onde já realizava trabalhos de

orientação cooperativa na República do Paraguai em nossa própria capital federal. Torna-se um verdadeiro agente do Estado, por onde passava, palestrava, deixava material com princípios jurídicos e ideológicos definidos, e semeando milhares de adeptos ao cooperativismo.

Em 1913 a obra de Paternó e seus associados já apresentava os seguintes dados, conforme Monserrat (1988, p.100 - 113):

- Cooperativa de vinho: nas cidades de Porto Alegre e Caxias do Sul, com sucursais em São Marcos dos Polacos, Nova Padova e Cantina Pierocchini, Nova Trento, Nova Vicenza e Bento Gonçalves; Sucursais em São Marcos e Linha Palmeira; Garibaldi, Veranópolis e Guaporé. No total dominavam a produção de parreiras da região com uma produção de 1301 toneladas, e um total de 3.384 mil associados. Além da produção de vinho para o mercado interno e externo ainda dedicam-se à produção agrícola in natura, com ovos, mel, etc, e já com incipiente processo de agroindustrialização no refino da banha e fabricação de embutidos;
- Cooperativa de banha: nas cidades de Guaporé, Veranópolis, Garibaldi, Bento Gonçalves, Antônio Prado e Caxias do Sul. Essas cooperativas

apresentavam um volume de produção médio-anual de 6.270.000 Kg anual;

- Laticínios: nas cidades de Guaporé, com três cooperativas, Veranópolis com cinco, Vacaria, Bento Gonçalves, Antônio Prado e Porto Alegre, sendo esta última a que ficou com a sede das organizações das cooperativas para a higienização e distribuição do leite na capital do Estado.

Os êxitos alcançados foram enormes, ofertando uma grande variedade de produtos tais como manteigas, queijos, carnes, charques, etc. O nível de industrialização representado em máquinas e equipamentos e as estratégias do mercado assemelhavam-se às adotadas pelos grandes trustes estrangeiros, que não tardaram a descobrir essa fonte de riqueza e passaram a instalar-se no sul do país e fazer valer seu poder de monopólio contra as cooperativas. Neste aspecto Burbach & Flynn (1982:274) apontam os seguintes dados; em 1913 instala-se o frigorífico Wilson S/A; filial da Greyound (Armour CO.) 1916 frigorífico da Swift do Brasil, filial da Esmark; 1930 moinhos de milho, refinações de Maiz, filial da CPC internacional. Todos de origem norte americana².

Essa ação do capital internacional (que começou a ocupar espaço das cooperativas e desarticulando o modo de produção dos camponês - imigrantes), mais a mudança da

postura do Estado e a própria falta de autonomia das cooperativas, provocaram uma grande crise no sistema, que só ressurgiu após a depressão mundial de 1929 com a reordenação no primeiro governo Vargas (1930 a 1945) e a reconstituição do pós-grande guerra (1945) com fins de servir ao processo de Modernização da Agricultura.

A segunda fase a qual chamaremos de Cooperativismo vertical acompanhará todo o processo de desenvolvimento urbano-industrial adotado no Brasil até os dias atuais. Nessa fase temos características especiais. Podemos dizer que até 1940 as cooperativas foram uma forma de organização da produção agrícola, de controle político e de viabilização na condução dos fluxos migratórios nos projetos de colonização do Estado.

Após a II Guerra até a metade da década de 70 as cooperativas servirão de grande veículo na arregimentação da Modernização Agrícola brasileira. Desta data em diante, temos no cooperativismo brasileiro o abandono do Estado àquelas cooperativas típicas produtoras de matérias-primas e volta-se à agroindustrialização, enquanto grande parte das primeiras entram em profunda crise, algumas transformam-se em cooperativas agroindustriais.

Do ponto de vista jurídico, uma das principais medidas do Estado Novo de Vargas, estava a intervenção no

sistema cooperativo já existente, visando reorganiza-lo dentro de suas estratégias de desenvolvimento urbano-industrial.

Em 1938 após vários decretos anteriores, o governo através do Decreto-lei 581/34, define as características das sociedades cooperativistas, consagrando muito dos princípios Rochedalianos, dando-lhe, dessa forma, uma natureza e estrutura. Mais tarde acompanhando o processo de desenvolvimento econômico brasileiro, temos os decretos-lei 59/66 e o 5.764/71, os quais tornam o cooperativismo totalmente dirigido e controlado pelo Estado. No artigo 2º, § 1º do Decreto-lei 59/66 temos:

"O governo Federal orientará a política do cooperativismo, coordenando as iniciativas que se propuserem dinamizá-las, para adaptá-las às reais necessidades da economia nacional e ao seu processo de desenvolvimento."

É o momento que chamamos de subordinação da gestão e conduta da cooperativa ao Estado. Esse processo foi ainda melhor lapidado na Lei 5.764/71, onde se concretiza a coordenação e o enquadramento final da cooperativa, quando o Estado, através do crédito cooperativista, sob os critérios capitalistas e financeiros do Conselho Monetário Nacional, impõe através disso, a própria condição de sobrevivência das cooperativas.

Atualmente o controle e a gestão das cooperativas

está organizada em uma estrutura verticalizada, altamente centralizada: na base estão as cooperativas de primeiro grau, são as cooperativas de produção, consumo ou de consumidores de bens e serviços, de crédito e as cooperativas mistas - que são aquelas que se dedicam a mais de uma atividade.

Num segundo nível estão as cooperativas de segundo grau: são as federações, uniões e centrais. Estas diferem daquelas porque seus membros são pessoas jurídicas - são as cooperativas, tendo por fim a organização de serviços das cooperativas associadas, defender seus interesses, os ideais cooperativos e representá-los junto ao poder público.

As cooperativas de terceiro grau são as confederações, que é a representação da cooperativa de segundo grau. No Brasil a grande extensão territorial e a concentração e descentralização de capital vem impondo a criação de cooperativas de terceiro grau, porém ainda são pouco comuns.

Analisando a atual organização estrutural das cooperativas no Brasil, Follmann(1980:85) afirma que a sua configuração vertical é imposta de cima para baixo, tendo as vantagens de sua rápida implantação, mais impede que se desenvolva um processo de integração e consciência cooperativa entre o corpo social e os dirigentes e entre os

num total de 28,5 milhões. As exportações do setor cooperativo aumentaram 44,8% entre 1974/77. Em 1973 as cooperativas brasileiras receberam e comercializaram 45% do total da soja produzida no país, 84% do trigo e 62% da lã. O grande avanço das cooperativas a nível de quantidade tem na sua qualidade em termos de espaço e produtos à ação do Estado através do crédito subsidiado. Em 1975 mais de 50% dos recursos creditícios alocados às cooperativas foram destinadas às de trigo e soja no sul do país. Lá as outras cooperativas que tinham no cultivo de produtos tradicionais como: feijão, milho, batata, mandioca (produtos de alimentação básica do trabalhador) ficaram com menos de 8%, conforme Rios (1987:55).

Delgado (1989:22), afirma que o maior volume de crédito rural concedido durante a década de 70 foi aos produtores rurais, dedicados a agricultura. O volume acrescido foi de 214% na década, significando um incremento de 21% ao ano. Até 1973 o custo do dinheiro aproximava ao mercado. De 1974 em diante, como reflexos da crise do petróleo e do ajuste do mercado internacional, a inflação começa a se distanciar para maior em relação a taxa de juros. Em 1973 a taxa de juros foi de 15% a.a. e a inflação anual aumentou para 28,7% a.a. Em 1979 a taxa do crédito rural foi de 38% a.a. enquanto a inflação foi de 109,9%.

Esses dados são reforçados por Florão (1986:51)

quando coloca que de 1970 a 1980 o valor da produção fora inferior aos financiamento concedidos ao Norte do Rio Grande do Sul, onde se instalou o binômio trigo-soja. Em síntese, os dados demonstram o alto grau da ação estatal via-crédito subsidiado para um tipo de produção altamente deficitária. é nessa região do Estado onde se encontram as principais cooperativas de produção de soja, trigo e arroz, onde somente a soja corresponde a 31% do total do valor da comercialização dos produtos agropecuários em relação ao Estado. Na maioria dos municípios, cerca de 90% dos produtores rurais são associados em cooperativas.

Nos dias atuais o grande indicador do cooperativismo agrobRASILEIRO está no Sul do Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Sul. Pelos dados este Estado é dominado por cooperativas em seu espaço agrário. No período de 1983/86 a participação das cooperativas gaúchas, no total do cooperativismo nacional teve a seguinte participação em média.

"No de empregados: 24,89%, no de associados: 18,58%; faturamento: 19,88%; ICM: 27,38%; capital: 27,43% (subscrito) e 27,51% (integralizado); fundos de reserva: 21,61%.

Ainda a nível de estado os dados são os seguintes: O segmento cooperativo detém 44% da capacidade de armazenamento; 43% das propriedades rurais eletrificadas; 20 a 25% no abate de suínos; 40% na uva; 70% na soja e 35% no arroz," conforme dados OCERGS - Organizações das Cooperativas do

Estado do Rio Grande do Sul - e OCB -
Organização das Cooperativas do Brasil³.

Mais recentemente com o processo de agroindustrialização brasileira algumas cooperativas de produção agrícola se transformam em grandes cooperativas agroindustriais. Como exemplo citaremos o caso da cooperativa avícola Vale do Taquari Ltda., situada na cidade de Lajeado do Sul. Em 1981, essa cooperativa contava 653 avicultores integrados e um total de 1.327 associados. Os associados são produtores privados com a média de vinte hectares de terra. Contava também com 2.304 funcionários. Possui a nível de produção uma capacidade de 4.000.500 pintos mensais para cada associado. Uma fábrica de ração com capacidade de produção de 40t/h, quatro silos com capacidade de 4.320 t cada funcionário. Além de outras atividades em 1980 a COOFAVE ocupou o terceiro lugar na produção brasileira de frango, perdendo apenas para a Ferdigão e a Sadia. Seu volume de exportação foi de 28.088.736 cabeças tendo uma receita líquida de US\$ 31.090.986,99. Adquirem seus produtos, países da Arábia Saudita, Iraque, Egito, Kwait, EUA, Iêmen do Norte, Sharjah e Omam. Ainda no ramo de frangos figuram outras grandes cooperativas, todas voltadas para a exportação, conforme, Lauchener⁴.

Na área do leite:

"é criado o sistema COGL (Cooperativa Central de Leite) já em 1991 concentrava

61% do recebimento do leite no Estado, colocando no mercado 80 produtos derivados. A revista "Quem é quem na economia de 92" da revista VISÃO, baseado nos balanços patrimoniais e de resultado de exercícios de 1991 coloca a CCGL como a segunda maior empresa do país, no setor de laticínios, pelo critério do patrimônio líquido," (Macagnan, 1993, p. 12).

Finalizando, o cooperativismo brasileiro no setor rural é a semelhança do próprio desenvolvimento econômico brasileiro, sobre as estratégias do capitalismo internacional, onde o Rio Grande do Sul é um dos melhores indicadores da avaliação do cooperativismo em toda as suas faces. Poucos são os grandes "herdeiros filhos das cooperativitas" e muitos são os "deserdados" (camponeses e trabalhadores sem terras que não entram no processo de modernização da agricultura no Norte do Rio Grande do Sul), filhos das cooperativas. Em meados dos anos 70 os países genitores do CAI (Complexo Agroindustrial) começam sua grande revisão. No Brasil os meados da década de 80 marcam o esgotamento do longo ciclo de desenvolvimento urbano-industrial, como ironia do destino, estamos em franca expansão do CAI.

O Estado com seus cofres vazios, afasta-se como agente financeiro do Capital Privado, reduzindo os incentivos fiscais para a agricultura setorializada, deixando de um lado parte dos empresários rurais em sérios apuros financeiros, pois agora além de terem que participar

do CAI, têm que buscar formas de superação positiva de seu Capital, (conforme Xavier, 1993).

No outro extremo continuam os milhares de pequenos produtores camponeses, que de forma geral não participaram das benéces do dinheiro fácil para a Modernização da Agricultura (ao contrário, a expansão recente do capital no campo desarticulou toda as suas estruturas produtivas e organizativas), por conseguinte não resolveram seus problemas via-cooperativa, até porque esta foi reconstituída para dar sustentação ao próprio modelo de modernização recente da agricultura.

Como é costumeiro no Brasil nos momentos de crise os representantes da elite e do governo apareceram com uma linguagem liberal. Jarbas Pires Machado, presidente da Federação das Cooperativas do Trigo e Soja do Brasil - FECOTRIGO - em seu discurso de 1986 passa a defender que a estrutura formal de participação prevista na lei e o próprio discurso ideológico e doutrinário do cooperativismo por si só não garantem a participação democrática de seus associados.

"A nossa história nos mostra que a prática centralizada das decisões marginalizaram o quadro social da administração dos negócios da cooperativa, mais precisamente do progresso de participação política nas tomadas de decisão. Isso acarretou ao nosso cooperativismo até o final dos anos 70, quando o modelo

agrícola sustentado pelos subsídios
agrícolas começa a dar sinais de
cansaço".

Por sua vez a OCERGS a partir de 1978 começou a realizar vários seminários sobre o cooperativismo gaúcho e organizar os congressos brasileiros de cooperativismo, mobilizando milhares de agricultores. Ficou famoso o de 1982 com "grito do campo", onde sob a liderança da FECOTRIGO colocou-se mais de 40.000 agricultores num campo de futebol em Porto Alegre - RS, tudo sobre a luta pela democracia, justiça social, retomada do desenvolvimento e pela convocação para uma assembléia nacional constituinte.

Nos anos de 1987 a FECOTRIGO elegeu seus representantes na Constituinte que como orientação final teve a luta pela independência, autonomia na participação de todos na definição dos objetivos cooperativos e da política agrícola, econômica e social do país. Em 1988 realiza-se o X Congresso Brasileiro de Cooperativismo, tirando um documento que defendia a autonomia como linha mestra da ação. Finalmente no texto da nova Constituição Brasileira, aprovada pela Assembléia Nacional Constituinte, reza em seu artigo 5º, itens XVII e XVIII: é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar, e a criação de associações na forma de cooperativas independentes de autorização, sendo vedada interferência estatal em seu funcionamento.

Enquanto os representantes do cooperativismo capitalista, manipulando as massas de produtores rurais lutam através dos mecanismos tradicionais, a crise continua. No Brasil a concentração da terra é cada vez maior. Metade da população brasileira, a mais pobre, recebia 17% das rendas em 1960 e 13% em 1980. Os grandes latifundiários, com apoio das milícias armadas defendem seus imensos domínios sub-utilizados; enquanto 10 a 14 milhões de trabalhadores rurais não tem terra para cultivar, 1% dos proprietários possuem 40% das áreas cultiváveis. Em 1987/88 o Brasil exportou 7,8 milhões de toneladas de farelo e 760 t de óleo de soja. Em 1960 as despesas com alimentação das famílias mais pobres correspondia a 80 horas de trabalho, em 1989 o trabalhador precisava trabalhar 202 horas para adquiri-la. Porém nos países do primeiro mundo, três quartos dos cereais são utilizados para alimentação de animais².

Do lado dos "deserdados filhos da cooperativa", como o processo de "abertura democrática" (a partir de 1979), esboça-se com vigor, práticas de resistência e busca de alternativas frente a situação caótica em que se encontra a grande maioria da sociedade brasileira. No campo no mesmo ano, funda-se o Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), que apoiados por setores da Igreja, universidades, partidos políticos, vem se desenvolvendo um trabalho de discussão e

construção participativa junto aos trabalhadores camponeses. Segundo Guerra (1991,p. 180), no Brasil existiam em 1989, 800 áreas de assentamento rurais, distribuídos em todos os Estados da Federação. Se formássemos uma única área contígua com todas essas áreas, teríamos um território semelhante ao do Estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, perfazendo um total de mais de 25 mil assentados.

Os temas como gestão, coletivação cooperação e estrutura econômico-social, pequenas cooperativas e entidades urbanas organizadas. Disso tem surgido várias experiências no campo da cooperação voltadas basicamente ao trabalhador. É o caso da COOPAIL já com 4 anos de experiência nesse aspecto, conforme veremos no próximo capítulo.

3.8 - REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

Bibliografia Utilizada

- BORDA, Orlando F. Formation Et Dé Formation de La Politic Coopérative en Amérique Latine, In Bulletin no, Junho, 1970, Institute Internacionale D'Estudes Sociales.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Método Paulo Freire. São Paulo, Braziliense, 17ª Edição, 1991.
- BRASIL. Legislação Cooperativa. Ministério da Agricultura, INCRA, 1971.
- _____. Legislação Brasileira de Cooperativismo. Lei no 5.764, de 16 de dezembro de 1971.
- DEMO, Pedro. Ciência, Ideologia e Poder. São Paulo, Braziliense, 1987.
- DELGADO, Guilherme da Costa. Capital Financeiro e Agricultura no Brasil. São Paulo, Editora UNICAMP/ICONE, 1985.

- FLEURY, Maria Tereza Leme. Cooperativas Agrícolas e Cooperativismo no Brasil. São Paulo, Global, 1983.
- FLORAIO, S. Reni. O Desenvolvimento Econômico de Condor. Ijuí UNIJUI, 1986.
- FOLLMANN, José Ivo. Participação Cooperativa e Mudança Social. In: Perspectiva Econômica, Ano XV, Vol. 10, Nº27 coop.6, 1980.
- GUIMARAES, Mário Kruei. Distinção Entre Sociedade Cooperativista e Sociedade Capitalista. In: Curso Básico de Cooperativismo. Porto Alegre, COSECRER, 6ª parte, Outubro, 1985.
- Idem, Ibidem p.76.
- LAUSCHNER, Roque. Agroindústria Cooperativa como Agente de Modernização da Empresa Rural. Rio de Janeiro, SUPLAN, 1987.
- MACAGNAN, Roberto. Processo de Desenvolvimento do Setor Leiteiro Cooperativista Gaúcho. Campina Grande, Paraíba, 1994, Dissertação de Mestrado em Economia, Mimeo.

- MARX Karl. **O Capital**. Livro 1, Volume 1, Capítulo 11, Nova Cultural, 1985.
- MONSERRAT, J. **O Cooperativismo na Zona de Colonização Italiana**. In: *Perspectiva Econômica*. Volume 23 No 61, Cooperativismo, Abril/Junho, UNISINOS, 1988.
- PINHO, D. Benevides. **Economia e Cooperativismo**. Saraiva, 1977.
- RIOS, Gilvaldo. **Cooperativas Agrícolas no Brasil**. São Paulo, Cortez, 1979.
- SARAIVA, Ivone Lídia Monteiro. **A Questão Cooperativa Numa "Cooperativa da Paraíba"**. In: *Raízes*. no 1, Julho/Dezembro, 1982, pp. 157 - 163.
- XAVIER, Jurandir Antônio. **Capital, Classe & Estado na Industrialização Nacional**. Campina Grande, Paraíba, UFPB - 2 1993, Mimeo.

NOTAS

- 1 - Sobre o processo de aculturação dos países do Terceiro Mundo, ver: SIMONIA N. O Papel da "ajuda" na Estratégia Neo-Colonialista. In: A Nova Ordem Econômica Internacional. Redação - Ciência Contemporâneas - Academia das Ciências da URSS - Moscou, 1985; PEDRAO, Fernando. Uma Introdução à Pobreza das Nações. Petrópolis, Vozes, 1990; IANNE, Octávio. Imperialismo e Cultura. Petrópolis, Vozes, 3ª Edição, 1979.
- 2 - Os dados acima citados foram extraídos de MONSERRAT, J. O Cooperativismo na Zona de Colonização Italiana. In: Perspectiva Econômica. Volume 23 nº 61, Cooperativismo, Abril/Junho, UNISINOS, 1988.
- 3 - Os indicadores econômicos sob o desempenho do cooperativismo no Rio Grande do Sul, ver: Perspectiva Econômica - Cooperativismo. São Leopoldo, UNISINOS, Volume 23 nº 61, Abril/Junho, 1988.
- 4 - Sobre o processo recente de agroindustrialização das cooperativas gaúchas, ver: LAUCHNER, Roque. Agribusines Cooperativa e Produtor Rural. São Leopoldo, UNISINOS, 1993.

5 - Os indicadores utilizados foram extraídos de DELPEUCH, Bertrand. **O Desafio Alimentar Norte - Sul**. Traduzido por Marcia Foncione e Luiz Fernando Brandão. Rio de Janeiro, Vozes/FASE. 1990.

6 - A metodologia utilizada nesta análise teve como bibliografia básica JACINTO, Eduardo. **Contabilidade: Modernas Técnicas**. São Paulo, Brasiliense, 5ª Edição, 1982; UERTS, Alexandre. **Iniciação à Dupla Contabilidade Geral**. Porto Alegre, Sulina. 1980; Destacamos também a fundamental contribuição do Professor Leonaldo Silvério Duarte - Contabilista e Administrador de Empresas e responsável pelo Processo Contábil da COOPAIL.

CAPITULO IV

4 - A COOPAIL - UMA EXPERIENCIA NO CAMPO DA COOPERAÇÃO

4.1 - Antecedentes Históricos.

Antes de analisarmos com mais detalhamentos aspectos, ligados a estrutura econômica e social da COOPAIL, julgamos necessário evidenciar a problemática vivenciada por esses produtores rurais no momento de sua fundação (início de 1990 e quais as possíveis saídas dentro daquele contexto histórico), que fatores determinaram as tomadas de decisões desses produtores na constituição de uma nova cooperativa.

O início dos anos 90 (conforme já comentamos) para a Região Norte do Rio Grande do Sul, evidencia claramente os limites da modernização da agricultura calcado no binômio trigo e soja para um extrato de produtores rurais com poucas dimensões de terra e capital. É também o momento que o Estado praticamente retira-se como órgão subsidiário à atividade agrícola, enquanto a soja (produto principal) estabiliza-se no mercado internacional. O trigo gaúcho passa sofrer a concorrência do trigo importado, principalmente o argentino e uruguaio, decorrentes dos acordos do Brasil no Mercosul. E os custos de produção permanecem elevados se considerarmos o perfil produtivo dos

pequenos produtores.

Disso decorre na região três extratos de produtores, segundo Zamberlan(1990, p.23-24).

"No início da década de 80 e especialmente na década de 90 temos três categorias de produtores:
- Os "Granjeiros" capitalizados;
- Os Pequenos Agricultores, em geral descapitalizados;
- Os Sem-Terras, organizados."

O modelo agrícola tendo como produtos principais o trigo e a soja hoje viabiliza o produtor com uma propriedade acima de 150 hectares (exige rotação de culturas, aproveitamento integral da maquinaria e ótima exploração de força-de-trabalho). A maioria dos agricultores usam 300h/ano/trator, quando o mínimo para justificar o investimento, deveria ser 1.200 horas/ano/trator, segundo Maroso e Florão(1993, p. 04).

Outro aspecto desfavorável aos pequenos produtores, estava no sub-aproveitamento da mão-de-obra; produziam no máximo 2 a 3 produtos com um ciclo produtivo médio de 3 a 4 meses do ano, e o restante do tempo a força de trabalho familiar ficava ociosa, a mercê do ciclo reprodutivo natural.

Dessa maneira, os pequenos produtores camponeses (hoje na COOPAIL) deparavam-se com uma grande questão: não desejavam trocar de atividade econômica (sair da terra), e

ao mesmo tempo não tinham saídas no modelo trigo e soja; O que fazer?

Buscavam a formação de uma organização que mudasse a organização social e produtiva, que permitisse a combinação ótima dos fatores econômicos existentes (terra, mão-de-obra e o capital). Como fazer isso acontecer?

A década de 80 fôra também um grande marco na análise do modelo agrícola "modernizador" e seus reflexos para a Região; na discussão das possíveis saídas para a problemática vivenciada pelos pequenos produtores familiares. Nesse debate teve como protagonistas; universidades da região como é o caso típico da UNICRUZ (Fundação Universidade de Cruz Alta-RS); Setores "progressistas" (da igreja e dos partidos políticos); sindicatos e MST(movimento dos trabalhadores sem-terra).

Como uma das grandes alternativas, estavam as formas de cooperação: condomínio; mutirão e associação como: APSAT - Associação de Prestações de Serviços e Assistência Técnica, promovido pelo Estado via - EMATER; ciclo de máquinas; onde um grupo de produtores rurais unem-se para suprir carências na compra de máquinas, insumos, financiamentos e de comercialização. Muitas dessas formas, já praticadas na região, conforme Zamberlan(1990, p.38 -41).

A saída foi a construção de uma CPA (Cooperativa

Integral de Produção). Nesta categoria, todo processo produtivo é coletivizado (terras, meio de produção, trabalho, as decisões, etc.). Todo o processo depende do entendimento e da participação direta dos cooperados, incluindo o planejamento, a divisão social e técnica do trabalho e conseqüentemente a participação igualitária dos resultados sociais e econômicos obtidos. (Ramirez e Albarran, 1989, p. 100 - 115).

Neste enfoque a cooperativa passa a ser vista como uma empresa inserida no capitalismo e que tem terras, ferramentas, máquinas, equipamentos, que tem preço no mercado e exige remuneração; que a mão-de-obra tem um preço no mercado. Se parte da mão-de-obra da cooperativa ficar ociosa, deixa-se de gerar novo valor. Que a cooperativa-empresa precisa de um processo gerencial moderno, precisa assimilar tecnologia e informações, que esta cooperativa encontra-se num mercado extremamente monopolizado e excludente. Só que na CPA os princípios de gestão levam em primeiro aspecto a participação direta do cooperado (o que a diferencia das cooperativas tradicionais onde isso dificilmente ocorre). Nesse tipo de organização, não existe "um melhor que o outro", existe "um mais capaz que o outro" em atividades específicas. Esta capacidade deve ser usada para benefício de todos.

Desse contexto de discussão, chega-se ao início dos

anos 90, onde os produtores que compõe, atualmente a COOPAIL, decidem sair do campo das idéias e partir para a ação, seja a constituição de sua cooperativa, enquadrando-se mais no perfil de uma CPA, como veremos a seguir.

O fato interessante é que desses produtores, 90% eram associados ao Sistema Cooperativo Tradicional e nessa condição não encontraram soluções para seus problemas. Porém é na forma Cooperativa que vão buscar novamente as saídas aos problemas que o Sistema Capitalista lhes impõe.

4.2 - Estruturação da Coopail

4.2.1 - Conceitualização

Para o momento, podemos dizer que a COOPAIL (Cooperativa de Produção Agropecuária Itaíba Ltda.), caracteriza-se como uma Empresa-Cooperativa, gerida diretamente pelos que nela constituem e trabalham (aqui não se exclui o contrato eventual de trabalho externo). Está voltada internamente, para os seus associados - as 14 famílias de trabalhadores camponeses que a compõe -. Difere essencialmente de uma Empresa Privada Capitalista e uma Estatal, basicamente em um aspecto;

- Comparada a primeira, não existe a figura daquele que vive do lucro - o Capitalista;
- Comparada a segunda, a diferença está na origem

do capital. Na Estatal, a origem do capital é público; enquanto na Coopail o capital é de origem dos próprios trabalhadores. No mais a sua relação com o capital segue o exposto no primeiro capítulo, entendemos que a Coopail absorve e/ou repassa valor ao sistema sócio-econômico a que se insere-se - o capitalismo.

4.2.2 - A Origem e Estrutura das Famílias.

A COOPAIL é atualmente (1994) composta por 14 famílias (nesse período de quatro anos de existência saiu uma família e entram mais quatro), totalizando 43 pessoas, sendo 32 adultos destes: 07 acima de 50 anos; 08 crianças com menos de 12 anos e 28 pessoas numa faixa etária de 20 a 30 anos. Destas; 05 famílias são provenientes da localidade de Sede Aurora no município de Ibirubá (hoje pertencente ao município de 15 de Novembro); 09 famílias têm na sua origem, um projeto de assentamentos sob desapropriação da Fazenda Itaíba (por interesse do Governo do Estado do Rio Grande do Sul), devido aos reflexos causados pela construção de uma barragem hidroelétrica do Passo Real (no Rio Jacuí), que acabou por inundar as antigas propriedades dessas famílias, antes moradores em Sede Aurora. As demais famílias são provenientes de outras localidades e do próprio município de Ibirubá, e que foram também assentados nos assentamentos de

Itaíba na década de 70. (Ver mapa 1).

4.2.3 - A Herança do Imigrante Europeu.

Do ponto de vista étnico, uma ligação direta com os primeiros imigrantes italianos e alemães, do início deste século na região. Das 14 famílias apenas 02 são de "origem brasileira", 03 são de descendência alemã e as demais com descendência italiana.

A religiosidade pode estar ligada diretamente a esse aspecto, pois 99% das famílias são de religião católica.

O comportamento produtivo e comercial dessas famílias em muito se assemelha com a produção e comércio dos antigos imigrantes (conforme desenvolvido no Capítulo II). Não percebe-se dificuldades em produzirem - produtos "in natura" ou de industrialização caseira - e venderem nas cidades - nas casas ou nas feiras livres. Destacamos que esta é a principal estratégia de mercado desenvolvida pela COOPAIL.

4.2.4 - O Assentamento de Itaíba: A Primeira Experiência Coletiva.

Na década de 70, como decorrência do projeto de

assentamento realizado pelo governo federal - através do INCRA - essas famílias receberam como contra partida de suas propriedades inundadas, certa infra-estrutura básica que compunha de: 03 casas de alvenaria com 79 m² cada uma; água (poço artesiano); rede elétrica; estradas vicinais; financiamento em 05 anos feito pelo Estado, para tratores e auto-motrizes, sob a orientação do INCRA.

- Para cada 10 lotes de 25 ha, era destinado 01 trator, tendo 10 ha como exploração básica, para cobrir os custos de um trator.
- Uma colheitadeira automática por grupo de 30 lotes de 25 ha.

Segundo a agricultora Noemi Scheneider, atualmente coordenadora da equipe do gado na COOPAIL "nesta época a forma de organização imposta pelo INCRA, e sem nenhuma discussão, já obrigava o trabalho em grupo, mas que passado 02 anos de experiência, fez com que os grupos se desfizessem, mesmo no momento em que os resultados das produções eram boas, pois era momento do auge da soja, o que influenciou foi o individualismo, pois cada um queria ter o seu."

Tendo como atividade econômica inicial baseada no binômio soja-trigo, financiados com juros subsidiados pelo

Banco do Brasil, cita Adolfo Schneider (atual presidente da COOPAIL) "que a Fazenda Itaíba era na década de 70, abundante em mata, e então, o Banco do Brasil financiava o desmatamento para plantar soja, e a madeira era queimada".

4.2.5 - A Volta ao Individualismo.

Problemas de ordem gerencial, filosófico, contexto econômico e o abandono do projeto por parte do Estado, acabaram por influenciar a divisão dos grupos de assentados. Inicia-se outra forma de organização social e produtiva: a produção individual ou parcelaria. Conforme Adolfo Scheneider "já na década de 70, mais precisamente em 1973, como decorrência da 1ª crise do petróleo, os agricultores começaram a sentir a subida dos custos de produção, do preço do dinheiro, e a vida dura de agricultores independentes principalmente por possuírem uma pequena área de terra (25 ha em média) para uma atividade como a soja."

Essa afirmação acompanha o novo momento conjuntural para a agricultura, já no final da década de 70 o governo deixa evidências claras de sua retirada como órgão financiador e subsidiário da agricultura, pois passa a reduzir o crédito de investimento e custeio. Os produtores de binômio trigo-soja, que mais sentem reveses dessa nova política estatal são aqueles com menos de 50 ha, como os de

Itaíba, que passo-a-passo vêm-se sem condições de realização de nova safra agrícola, o que motivou esses produtores a voltarem-se para a forma coletiva, buscando meios de resistência ao momento vivenciado. Estrutura-se como consequência desses fatos a COOPAIL.

4.2.6 - A Coopail - Volta à Prática Coletiva

Neste tópico desenvolveremos uma análise comparativa das famílias, no momento da constituição da COOPAIL e após a estruturação dessa cooperativa destacando aspectos sociais, econômicos e sua importância para essa organização. No momento da formação da COOPAIL, a forma de organização social das famílias caracteriza-se pela forma individual ou parcelária, exceto em épocas específicas de plantio, colheita e tratos culturais, quando utilizam-se a troca de serviços entre os membros da comunidade. Essa troca de serviços ocorria para suprir deficiência de mão-de-obra, carência de máquinas, implementos agrícolas ou transporte. A forma de Mutirão era uma prática bastante difundida entre essas famílias.

A vida comunitária tinha como locais de encontros e discussões, os pontos mais tradicionais (igreja, sindicato, clube desportivo e lazer), sendo que "os assuntos mais debatidos estavam ligados a interesses, na maioria dos

casos, externos a comunidade", cita o agricultor e membro da COOPAIL, Carlos Panozzo. Podemos dizer que do ponto de vista interno, dos interesses intrínsecos das famílias, o que se discutia, não refletia a realidade dessas pessoas. Além da carência em termos sociológicos, os aspectos econômicos quase sempre não apresentavam elementos concretos, para que esses produtores pudessem entender questões estruturais e conjunturais da sociedade em que viviam.

As deficiências em termos sociológicos e principalmente econômicos, deixava um constante estágio de apreensão e insegurança quanto ao "dia seguinte", ou seja, em termos de perspectiva do futuro. Salientamos porém, com fins de esclarecer, conforme analisado no capítulo anterior, onde comentamos os debates ocorridos na comunidade, realizados com a participação dos Sindicatos, Igrejas, Universidades, MST, etc., e agora estamos dizendo que a participação social das famílias na comunidade não encontravam ações efetivas.

O que ocorreu e ainda permanece é que no assentamento de Itaíba, a comunidade é muito heterogênea. Encontramos na COOPAIL um grau bastante desenvolvido na discussão de questões atuais que por sua vez tem origem no próprio processo de discussão desenvolvido com segmentos organizados da sociedade. Num outro lado encontramos ainda

(fora da COOPAIL) a comunidade dividida e participando na forma tradicional da vida social.

No caso específico das 14 famílias que hoje compõe a COOPAIL, no seu momento de formação na cooperativa, a análise de seu potencial em termos sociais e econômicos apontavam grandes perspectivas, no entanto, estes ainda estavam duvidosos na direção a seguir. Já encontravam-se num bom estágio de diagnóstico sob a sua realidade e a realidade mais ampla, possuíam reserva de mão-de-obra, em certo aspecto - de capital, mercado - mas no entanto não conseguiam ocupar esse espaço.

4.2.6.1 - Atualidade: Organização Social.

A COOPAIL no momento atual destaca-se em sua área de assentamento e até na grande região norte do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, por sua forma de organização social e econômica que prima pela socialização total de seus cooperados. A COOPAIL, principalmente na região em que se insere é vista de várias formas. Há aqueles que vêem a COOPAIL como uma espécie de "Ilha" dentro da comunidade, é vista até com uma espécie de receio, como se esta representasse o "comunismo" (aqui comunismo é visto na linguagem popular da região como sinônimo de coisa ruim, aversiva), por sua forma de participação na militância política, onde predominam os partidos mais da esquerda, por

sua ligação com o MST, setores progressistas da Igreja e da Universidade.

Para outros, inclusive em algumas cooperativas da região, como é o caso da COTRIBA (Cooperativa Triticola de Ibirubá Ltda.); COTRICRUZ (Cooperativa Triticola Cruzaltense Ltda.); a COOPAIL é vista como um exemplo de organização, uma espécie de cooperativa ideal, principalmente para os pequenos produtores.

Dos princípios de gestão encontramos basicamente os dos pioneiros Rochedalianos: A adesão é livre, também conhecido como princípio da porta aberta, e que possibilita o ingresso ou retirada da cooperativa voluntariamente, sem coerção ou discriminação por motivos políticos, religiosos, étnicos ou sociais.

A gestão democrática - a COOPAIL é administrada pelos próprios cooperados através de um presidente eleito num período de 02 anos com direito a reeleição por mais um exercício. Existe também as figuras do vice-presidente, tesoureiro, conselho fiscal e toda estrutura que basicamente compõe uma cooperativa tradicional. O que diferencia a COOPAIL é que todas as decisões são amplamente discutidas na sua base, no seu local específico. Exemplo: O segmento da suinocultura define as suas metas para o exercício produtivo, contando com respaldo dos técnicos que participam

do projeto e, após em assembléia geral apresentam suas propostas para serem avaliadas e postas em prática. O mesmo comportamento ocorre em todos os outros segmentos (leite, vassouras, gado, indústria, etc.).

Cada segmento produtivo possui um coordenador que representa o grupo, onde não há diferenciações na atuação do homem ou mulher (divisão por sexo). Existem na COOPAIL, várias atividades que são coordenadas por mulheres como é o caso do segmento do gado sob a coordenação da Sra. Noemi Schneider.

Não há remuneração diferenciada nos cargos e funções existentes na COOPAIL. A forma de remuneração do trabalho, seja ele diretamente na produção, na comercialização ou nos serviços é decorrente da quantidade de horas destinadas para cada tarefa. Do excedente gerado, 10% são destinados para cobrir eventuais perdas ou riscos; 10% vai para o fundo de reserva para suprir eventuais emergências; 30% é reservado para reinvestimento produtivo e 50% restante são rateados entre os participantes do exercício, proporcionalmente à carga horária despendida. Esclarecemos que esse excedente não tem uma pré-fixação exata. Ele depende das circunstâncias de cada ciclo produtivo (renda mensal líquida), porém são considerados os níveis médios de subsistência das famílias. No caso de a renda a distribuir não suprir os níveis médios de

subsistência, a cooperativa recorre ao fundo de reserva. Observamos que isto não tem ocorrido na cooperativa. Tem-se recorrido ao fundo de reserva para os casos de festas, casamentos, viagens, cursos, etc, e, não para auxílio do consumo das famílias.

Embora a COOPAIL apresente uma estrutura organizacional semelhante ao das cooperativas tradicionais, pelo exposto podemos observar que essa estrutura não apresenta a rigidez hierárquica verticalizada inerente as cooperativas citadas. Na COOPAIL todos trabalham (inclusive o presidente), sem distinção da qualidade do trabalho e sem a distinção do sexo, cor, idade, escolaridade ou religião.

É oportuno observar que a COOPAIL encontra-se atualmente, com 4 anos de existência e no período de nossa observação, com referência ao período de estudos da Coopail, destacamos que somos participantes como representantes da Universidade (de Cruz Alta - UNICRUZ em Cruz Alta no Estado do Rio Grande do Sul), na condição de assessor, desde o início dessa experiência. O período de elaboração de dados para a dissertação do Mestrado ocorreu mais especificamente nos anos de 1993 - 94, no entanto o período analisado é desde a origem dessa cooperativa. Constatamos existir ainda resquícios do antigo individualismo: disputa entre famílias, tanto na parte cultural, étnica quanto da econômica, pois principalmente nesse último aspecto a COOPAIL parte de uma estrutura bastante diferenciada (fato que analisaremos logo

a seguir).

Existe um planejamento para superar as deficiências em termos de moradia, saúde, educação e lazer. Existem na COOPAIL, casais que não possuem terra, casa (estes moram com parentes dentro da área da cooperativa); ao mesmo tempo existe a preocupação com os jovens e os velhos. Aos velhos a preocupação de como melhorar suas opções de vida e ocupação aos jovens a preocupação tanto na formação quanto da sua ocupação no processo produtivo para evitar que este acabe migrando.

Um dos fatores importantes na evolução dos associados da COOPAIL, está no que podemos chamar de desmistificação da categoria terra, pois comessam a conceber a terra como um meio de produção essencial e não uma mercadoria. Explicando melhor em Marx (O Capital, livro 1, volume I, 1985), referindo-se a terra, percebemos que esta numa sociedade capitalista é um bem que possui preço, mas não tem valor. O preço da terra é a sua convenção formal a nível do mercado, tendo sua gênese na própria acumulação primitiva do capital.

A Terra não tem valor, por que, segundo a teoria valor-trabalho, só gera valor o trabalho. Então a terra em seu estágio natural, não é originária do trabalho humano e sim do próprio desenvolvimento da natureza. A terra para a

COOPAIL é um meio de produção imprescindível, como mercadoria é um dos principais fatores diferenciadores e limitadores à sua reprodução.

Então porque essa questão é importante? É importante porque a propriedade privada da terra, uma das principais diferenciações dessas 14 famílias. Desses, 05 possuem terra e 09 não possuem terra. Então como se resolveu essa questão? Resolveu-se da seguinte forma: Centralizou-se todas as propriedades de terras particulares, em uma única área, perfazendo um total de 171,5 metros da área contígua. Foi estipulada uma renda fundiária, dentro dos padrões do mercado local de terras: exemplificando, essa renda equivale a 07 sacas de soja por hectare/ano, que a cooperativa paga aos seus proprietários.

Essa questão da renda da terra na cooperativa, apresenta uma peculiaridade que se faz diferenciar da clássica questão de arrendamento de terras, onde o proprietário apenas retira aquela parte correspondente a renda sem participar de nenhuma forma da sua geração. Na COOPAIL, a área de terra dos proprietários e a disposição da cooperativa está sobre responsabilidade de dois associados que são encarregados pelo segmento da lavoura. Por sua vez os proprietários de terras (que também são sócios da cooperativa), trabalham em outros segmentos econômicos (gado, suínos, abate, etc.). internamente (fabricação de

rações, consumo humano e alimentação animal), geralmente na conversão de proteína vegetal em proteína animal.

A priori, podemos dizer que na COOPAIL, os proprietários de terra participam na geração de sua renda da terra e que esta apresenta-se indiretamente agregada nos resultados econômicos dos vários segmentos da cooperativa que utilizam matéria-prima de origem agrícola ou pecuária. Além do mais os proprietários de terra são também trabalhadores com igualdade aos demais associados.

O nível de consumo das famílias, segundo um levantamento de 08 meses no ano de 1993 (em conjunto com o IBGE - Agência de Cruz Alta), onde fora adotada uma planilha semanal em cada residência, onde anotando-se o volume de consumo, especificação dos produtos consumidos, quais produtos de origem interna e quais os oriundos de fora da COOPAIL.

Os dados resultantes nos permitiram mensurar a existência de uma renda familiar mensal que varia entre 02 a 04 salários mínimos. Nesse aspecto a renda familiar é proporcionalmente similar ao tamanho da família, existem famílias com mais pessoas trabalhando e que conseqüentemente tem maior remuneração, em detrimento as famílias menores têm uma situação de acordo com sua dimensão. Porém a estrutura das famílias em termos de pessoas que trabalham e ajudam a compor a renda familiar não é muito

desproporcional, pois das 14 famílias; 05 famílias possuía 03 pessoas trabalhando; 06 possuem 02 pessoas trabalhando e 03 com apenas 01 pessoa trabalhando.

Observamos que existe diferença na jornada da trabalho, que geralmente é determinada pela vontade própria de cada trabalhador. Ocorre também a participação dos associados mais idosos que geralmente trabalham esporadicamente, sem compromisso com a demanda de trabalho diário da cooperativa.

Voltando a questão do nível de renda familiar das famílias, se compararmos os dados obtidos, com o resultado de uma pesquisa realizada em 1988, pelo CIMS (Centro Intermunicipal de Saúde), no município de Cruz Alta - RS (Região onde situa-se a Coopail), 66% das famílias, situavam-se na faixa de até dois salários mínimo de renda familiar mensal. Também a nível de Brasil, o FNDA (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio), constatou para o mesmo ano que, 61,2% das famílias do meio rural brasileiro situam-se na faixa de até 2 salários mínimos, podemos apontar uma situação vantajosa para as famílias da Coopail. Conforme demonstrado.

Entretanto essa remuneração diferenciada entre as famílias (que é proporcional ao número de pessoas na família trabalhando), tem uma questão relevante. O caminho natural

seria que as famílias maiores geram mais renda, consumindo mais e integralisem mais capital na cooperativa, ao mesmo tempo que existem trabalhos com jornadas maiores. Ex: a agricultura (na Coopail), é uma atividade sazonal e intensiva em trabalho humano. Apenas nas épocas de plantio e colheita é utilizado trabalho humano, ficando o restante do tempo com a mão-de-obra em disponibilidade. Já o segmento e industrialização de suínos possui uma jornada de 08 horas diárias de trabalho. Nesse cenário se o trabalhador optar em ficar sempre no segmento da indústria de suínos, como a remuneração do trabalho e a hora trabalhada, no segmento este trabalhador com certeza vai gerar um montante maior de renda, se comparado com o trabalhador que ficou só na agricultura. Esse desequilíbrio pode ocorrer na forma individual e se acentua ainda mais se considerada a dimensão das famílias que possuem mais de uma pessoa trabalhando.

Nesse aspecto julgamos que há uma tolerância do desenvolvimento da diferenciação econômica entre as famílias maiores ou aqueles cooperados que materializam maior tempo de trabalho individual. O encaminhamento dessa questão por parte da cooperativa, foi na adoção de um sistema de rotação inter-setorial, proporcionando que num período (ainda em definição) todos os trabalhadores tenham desenvolvido atividades em todos os locais de trabalho, com o mesmo índice de remuneração e sem que não tenha ocorrido queda na

produtividade do trabalho. Para isso a cooperativa busca índices de produtividade do trabalho em cada segmento produtivo, como também os trabalhadores deslocados, obedecem um escala de prioridades de acordo com o momento e a demanda por força de trabalho em cada segmento.

Essa experiência tem proporcionado, além da equalização da remuneração entre os associados, uma melhor visão e entendimento da totalidade da cooperativa por parte de seus associados.

Dessa forma espera-se homogeneizar a remuneração do trabalho, ficando porém a diferenciação básica original entre aqueles que recebem renda (proprietários de terra) e os que recebem por sua participação no trabalho social (os sem terra). No entanto, embora exista aqueles que recebem renda da terra, mesmo assim percebemos uma evolução nesse aspecto, pelo fato de que os donos da terra não vivem única e exclusivamente dessa renda, também trabalham na terra, participando na construção dessa renda e conseqüentemente do excedente social. Os sem terra por serem cooperados (onde a figura do capitalista não existe e conseqüentemente não podemos falar da existência do lucro, falando estritamente em termos técnicos), conseguem nessa condição uma maior participação nos resultados produtivos, pois, ao nosso entendimento, estes aumentam sua remuneração da força de trabalho, através da divisão igualitária e proporcional ao

seu tempo de trabalho ao mesmo tempo que participam daquela parte do excedente que seria o lucro se estes estivessem trabalhando em uma empresa capitalista.

A COOPAIL encontra apoio atualmente de organismos nacionais e internacionais, tanto de fomento quanto na parte sociológica, onde destaca-se a EMATER, CLUBE AMIGOS DA TERRA DE CRUZ ALTA e principalmente da Universidade de Cruz Alta, onde a COOPAIL possui convênio de cooperação.

Na relação da COOPAIL com a comunidade externa, existe a preocupação e ações efetivas na busca da troca de experiência e participação de movimentos sociais que buscam alternativas para a problemática do homem do campo, principalmente aqueles que estão mais a margem do processo produtivo.

Existe a prática de representação dos membros da COOPAIL em debates, seminários, congressos, ao mesmo tempo que a cooperativa esta aberta a visitação pública oferecendo uma estrutura para receber, visitantes interessados em trocar experiências. Atualmente tem-se uma frequência de um ônibus por semana de outras localidades e de até de fora do Estado do RS, que vêm visitar a COOPAIL, é comum também as visitas de autoridades, e pesquisadores interessados na experiência.

4.2.6.2 - O Início - Organização Econômica

A COOPAIL na sua fase inicial de organização econômica, os estudos demonstraram uma situação complexa apontando aspectos positivos e aspectos negativos. Como um dos pontos negativos encontramos uma estrutura bastante diferenciada entre as 14 famílias. Num extrato composto de 5 famílias proprietários de terra (28 ha em média), possuidores de maquinários, implementos agrícolas (tratores, auto-motrizes, arados entre outros) e mão-de-obra familiar com certa elasticidade. O outro extrato (das 9 famílias restantes) caracterizavam-se por não possuírem terra (por isso os caracterizamos sem-terras), sem equipamentos e máquinas agrícolas, possuidores apenas de suas forças de trabalho familiar.

Reproduziam-se geralmente habitando com parentes e trabalhando nas propriedades agrícolas da região, onde com mais frequência existe mercado de trabalho apenas em algumas épocas do ano, no caso da colheita, plantio ou tratos culturais. Nesta condição essas 9 famílias dificilmente conseguiram subsistir no seu local de morada e trabalho. Podiam ser classificados de sem-terra, candidatos naturais à migração, seja, para zona urbana ou outras regiões agrícolas do país, significando força de trabalho a caminho da proletari-zação, pois já representavam uma parte do que chamamos de exército de reserva.

A composição do capital existente entre essas famílias - em termos de trabalho - a população economicamente ativa numa faixa etária de 18 a 60 anos, encontramos 64% da população: até 18 anos 27% e apenas 9% de pessoas com idade superior a 60 anos. Se somarmos as pessoas de até 18 e 60 anos, temos um percentual de 91% da população, o que nos indica um bom percentual em força de trabalho e que tradicionalmente era limitado por falta de condições para produzir (terra e capital).

Em termos de terra a área existente sob a propriedade das 5 famílias representavam um total de 171,5 ha, em média 28 ha por família, numa variação entre 9,75 ha a 39,5 ha. Este último dado nos remete a refletir que mesmo entre as famílias possuidoras da terra, existia famílias com áreas praticamente insignificante para sua reprodução econômica. O fator terra era outro grande limitante para viabilização econômica dessas famílias nesses estágio, dados ao padrão produtivo da região, refletido no binômio trigo e soja. De um lado conforme já comentamos anteriormente, esse padrão tem como variável determinante o índice tecnológico definido pelo perfil do trator e da auto-motriz (tamanho da máquina). Conforme fora dito, uma área de 200 ha é o ponto de equilíbrio para um trator de 90 cv o mais usual na região, já uma auto-motriz, necessita de no mínimo 750 ha, para se pagar, ou seja, dar retorno econômico para seu

investidor.

Na relação homem-máquina percebemos facilmente que os 171,5 ha de terra pertencentes as 5 famílias proprietárias, era o suficiente para apenas uma família. No entanto ao mesmo tempo que esses dados apontavam o excesso de mão-de-obra familiar, demonstram também a ociosidade existente em termos de máquinas, onde essas famílias eram possuidoras de 5 tratores no padrão descrito, uma auto-motriz e outros implementos agrícolas.

Ainda na relação homem-máquina, as máquinas por serem fatores poupadores de força muscular, principalmente humana, competiam diretamente com o trabalho humano, aprofundando a carência de terra e por sua vez interferiam negativamente na taxa de rentabilidade.

Na fórmula $200 \text{ ha} = 1 \text{ trator de } 90 \text{ cv} = 1 \text{ família}$, precisaríamos de mais 1.200 ha de terra para alcançar o ponto de equilíbrio na relação homem X terra X trator, se fosse considerada a exploração básica, trigo e soja. É importante destacarmos que em nossos cálculos não foram observados as 9 famílias sem-terra, o que poderia dar uma melhor ocupação a capacidade dos tratores existente se conseguissem os 800 ha de terra necessários a essas famílias nesse padrão.

Ainda em termos de ocupação da força de trabalho, além da ociosidade por falta de terra, também constatou-se um agravante nesse aspecto pelo fato da monocultura trigo e soja serem atividades sazonais (soja - cultura de verão; trigo - cultura de inverno), ocasionando uma disfunção entre o tempo de trabalho e o tempo de produção, gerando um ciclo produtivo de longa duração e de difícil rotação do capital se comparado com outros segmentos econômicos. A possibilidade do produtor rural nessas condições produzir valores de troca e levar ao mercado, ocorre praticamente 2 vezes ao ano, ficando nas interfases, com grande parte do capital e mão-de-obra disponíveis. Esse fato é comprovado através de pesquisa realizada pelo Departamento de Economia da UNICRUZ, em 1993, junto aos sojicultores da região, concluindo que a cultura da soja fica em torno de 100 dias, durante o seu ciclo produtivo, sem que ocorra aplicação do trabalho humano ou com máquinas. Do ponto de vista da teoria valor-trabalho, podemos afirmar que nesses 100 dias, temos capital à disposição sem que se possa produzir um novo valor.

Neste aspecto temos a dupla ociosidade de mão-de-obra: uma primeira, pelas questões estruturais já analisadas e a outra inerente ao próprio ciclo produtivo, tendo como resultado a possível baixa no volume de excedente produzido e na remuneração do capital.

Esses eram entre outros os principais pontos de estrangulamento das famílias no momento de análise para a formação da COOPAIL. Embora praticamente todas as famílias praticassem culturas de subsistência; hortas, criação de animais domésticos para o serviço e abate, cultivos de feijão, mandioca, frutas e indústria caseira, estes significavam no geral apenas um complemento da reprodução das famílias, na maioria dos casos insuficiente, e nunca uma possibilidade de reprodução econômica.

Dado aspectos internos como tecnologia e escala econômica ou pelo aspecto externo ligados mais diretamente a questões de mercado. O mais usual e que ainda ocorre nesta região do Estado é encontrar pequenos produtores rurais comprando esses produtos nos estabelecimentos comerciais das cidades da região, onde destacam-se os grandes supermercados que passam a monopolizar o mercado regional a partir da década de 70.

Concluindo; dada a situação em que se encontravam as 14 famílias que hoje compõem a COOPAIL, poderia se prever o que segue:

- a) Para aquelas 5 famílias, proprietárias de terras, máquinas e equipamentos; de um lado existia uma oferta elástica de força-de-trabalho e uma capacidade inelástica e insuficiente em termos de terra, o que

ocasionaria inevitavelmente a saída desses produtores para outras regiões do país (como foi o caso da ocupação do Centro-Oeste e do Paraguai por agricultores gaúchos na década de 70, onde calcula-se que mais de 20 milhões de trabalhadores rurais foram para essas regiões) ou proletarização nas cidades, ou o trabalho em empresas de origem rural, fato também constatado na região;

- b) Para aquelas 9 famílias (sem-terra), o resultado seria a proletarização ou a luta pela terra, sendo este último fato, uma questão bastante presente no sul do país. Atualmente a região meridional do RS, tornou-se um grande foco de tensão da luta pela terra, principalmente após a estruturação do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) em 1979, representando a classe dos trabalhadores sem-terra e a estruturação da UDR (União Democrática Ruralista) representando a classe latifundiária.

Os caminhos no entanto não foram nem de a e nem de b, e sim da utilização de todos os recursos disponíveis, dos conhecimentos adquiridos, e conseqüente a redescoberta dos potenciais que a cooperação pode dar, o que veremos a seguir na recomposição econômica dessas 14 famílias na COOPAIL.

4.2.6.3 - A Atualidade: A Organização Econômica.

De posse do diagnóstico das potencialidades e dos pontos de estrangulamentos existentes no momento da constituição da COOPAIL, esses novos cooperados, decidiram reordenar as suas potencialidades em termos de mão-de-obra e capital, em explorações econômicas que não dependessem exclusivamente do binômio trigo e soja. Nesse ponto, definiu-se pela diversificação de culturas, tanto de origem vegetal quanto de origem animal. Ao mesmo tempo que buscavam maior agregação de valor dentro da propriedade, procurando comercializar o mínimo possível de seus produtos de forma in natura. Nesse momento define-se também na nova forma produtiva, ramos agro-industriais, primando no 1º momento pelo abate e industrialização de suínos.

Norteando todas essas definições, esses produtores tinham alguns princípios básicos como:

- a) A infra-estrutura existente e sua identificação com o tipo de exploração (lavoura, gado, suíno, leite, horta entre outros).
- b) O conhecimento existente entre as famílias, na forma de produzir, principalmente observando aspectos relacionados com cada produto.
- c) A característica do mercado local e regional. Neste aspecto foram observadas as possibilidades

do mercado com referência ao tipo de produto e as possibilidades da nova cooperativa, como também possíveis espaços a serem ocupados, onde observou-se entre outros aspectos, um grande potencial na comercialização de produtos de origem colonial (feijão, arroz, batatas, aves, ovos, leite, frutas, hortaliças e produtos de indústria caseira), que preservassem mais os aspectos naturais (sem conservantes, agrotóxicos, etc.) e que poderiam ser vendidos através dos mecanismos da comercialização direta, nas feiras livres e entrega à domicílio. Tendo nesse aspecto outro ponto favorável, pelo fato desse tipo de comercialização ser móvel, não caracteriza estabelecimento comercial e conseqüentemente desobriga o produtor-comerciante a recolher o tributo correspondente ao ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), parte essa que rapidamente fica com o produtor-comerciante.

A - Definição dos Segmentos Econômicos da Cooperativa

A - 1. A Terra

Como primeiro passo na definição da nova estruturação produtiva, os produtores juntaram as 5 áreas de

terras particulares em 1 única área, o que no seu total chegou a 171,5 ha. Essa área de terra passou para a gestão da cooperativa que em contra-partida passou a remunerar seus proprietários originais, através de uma renda fundiária que em termos econômicos significa 30% da renda líquida mensal, o que se convertêssemos em soja, isso significa 7 a 8 sacos por ha que é a renda média usual na região.

Resolvido a questão da terra, estabeleceu-se como atividades econômicas inicialmente, continuar com a soja, desenvolver um segmento de suinocultura (criação de porco para abate), leite (criação e desenvolvimento de vacas para leite), um segmento de plasticultura (produção de hortigranjeiros em estufas), industrialização de vassouras de palha e industrialização dos suínos.

No caso da agricultura, os 171,5 ha existentes eram insuficientes para o maquinário existente, o que permitiu a venda dos equipamentos e maquinário excedente. Como forma de encaminhamento da questão fora realizado um levantamento em 3 das principais empresas do ramo agrícola da região, definindo um preço médio e convertido no dólar comercial da época, e dividido esse total na proporção de posse da cada sócio. Sendo que a cooperativa assumiu um compromisso de pagamento a esses sócios em 4 anos, sendo 1 ano de carência.

Nessa reordenação foram vendidos 3 tratores, 1

carreta agrícola, 3 plantadeiras, 2 pulverizadores, 2 grades niveladoras, 1 arado, 2 arados jumbo, 1 capinadeira mecânica, entre outros. Significando um total de U\$ 33.168,00. Esse dinheiro foi utilizado na melhoria dos solos (calcário, adubação) melhoria de infra-estruturas (galpões, estrebarias, pocilgas) e compra de insumos e outros equipamentos.

Para a área agrícola, destinou-se em torno de 100 ha para o plantio de soja no verão, trigo (17 ha), pastagens artificiais (aveias, azevém, triticale, 83 ha). Destinou-se também uma área de 20 ha para o cultivo de milho, vassouras 10 ha, ficando na área restante o espaço para plasticultura, pastagens permanentes, reflorestamento, mata natural, e demais culturas como feijão, mandioca, arroz, mais o local de moradia dos associados.

Exceto a soja, produtos da plasticultura e o leite, onde 90% é comercializada na sua forma in natura, os demais produtos como milho, trigo, feijão, mandioca, hortaliça etc., destinam-se a alimentação humana na cooperativa ou sua conversão de proteína vegetal em proteína animal, dentro da cooperativa.

A plasticultura: foram construídas 2 estufas ocupando uma área de 500 m² que passou a produzir pepinos, tomates, beterrabas, alface, repolhos. Produtos esses hoje comercializados de forma exclusiva no supermercado do

município.

A - 2. O Segmento do Gado

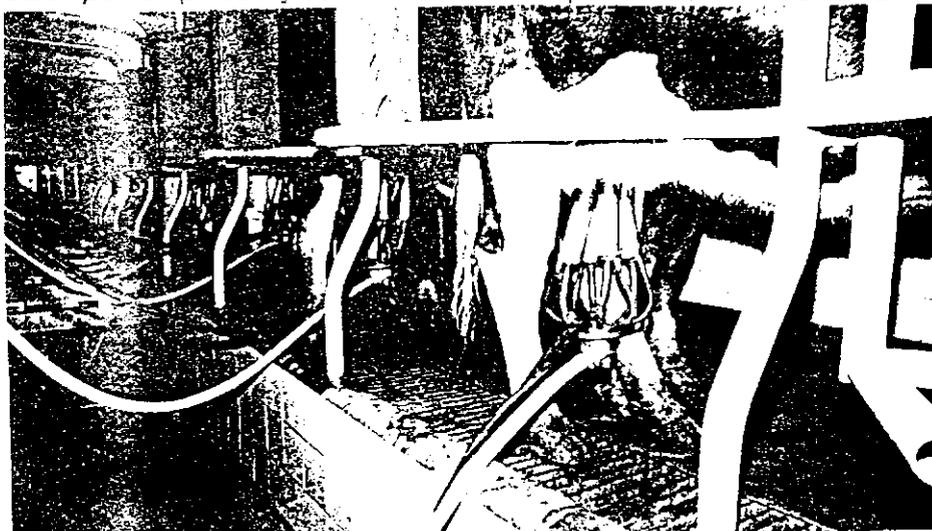
Na estruturação do setor de gado, inicialmente fora realizado uma avaliação do rebanho existente com vistas a sua capacidade leiteira. Chega-se a conclusão que os índices de produtividade estavam baixos, em média 7 litros/vaca/dia, enquanto o padrão tecnológico da região, segundo o departamento técnico do Cotricruz (Cooperativa Triticola Cruzaltentense), são necessários 12 litros/vaca/dia para cobrir os custos de produção. O rebanho além de heterogêneo, não apresentava um bom potencial genético, ao mesmo tempo que encontrava-se descentralizado nas várias propriedades existentes e com infra-estruturas precárias na maioria dos casos.

Como solução classificou-se as vacas e as novilhas com bom potencial genético e capacidade produtiva, as demais foram vendidas seguindo o mesmo critério da formação de preços das máquinas e a forma de pagamento aos proprietários, através da conversão em Kg de carne bovina de primeira, e com prazo de pagamento por parte da cooperativa em 3 anos, com um ano de carência.

Com os recursos financeiros das vendas do gado descartado, investiu-se no setor de leite, através da

melhoria de cercas, estábulos, pastagens. Definiu-se pela centralização do gado leiteiro em um único local, tendo a COOPAIL adquirido mais 27 vacas (ano 91 e 92) de raça holandesa, importadas do Uruguai no total de US\$ 22.005,00, financiados pela CCGL (Cooperativa Central Gaúcha de Leite) via COTRIBA (Cooperativa Agrícola Mista General Osório) em 5 parcela de US\$ 4.401,00 com 6 meses de carência e mais 5 parcelas de US\$ 4.401,00 de 6 em 6 meses.

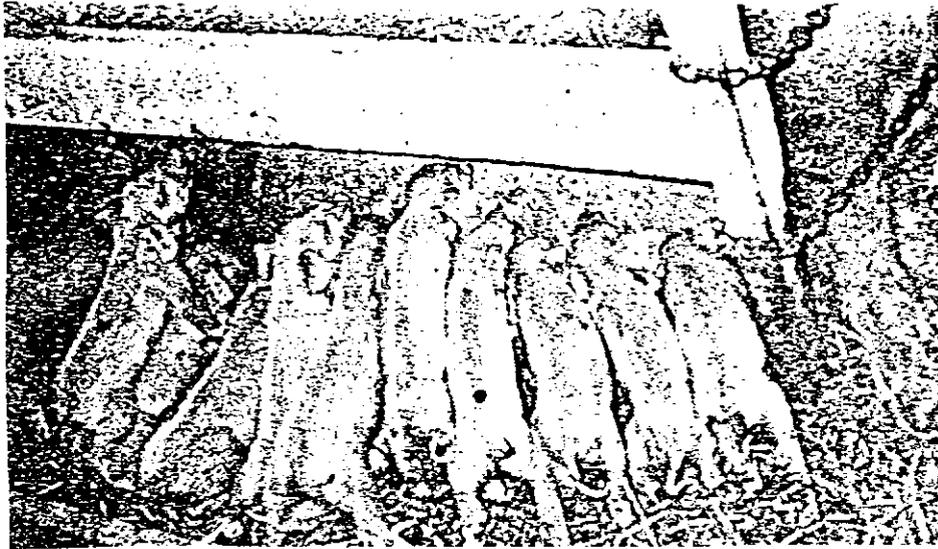
No início de 1992, fora instalada uma sala de ordenha (modelo espinha-de-peixe) com capacidade de ordenha de 71 vacas/hora, e que atualmente (1994) está sendo reequipada para produção de leite tipo B. (ver foto a seguir).



A - 3. O Segmento de Suinocultura

A suinocultura também sofreu processo semelhante à bovinocultura leiteira, fora avaliado o rebanho existente, vendido o excedente e em 1990, foram adquiridos 25 criadeiras de raça Large White. Em 1994 o rebanho já consta com de

55 criadeiras, 70 porcos engorda, 75 leitões em amamentação, 83 em fase de crescimento e 3 reprodutores e uma maternidade equipada para 100 porcos/ano. (ver foto a seguir).

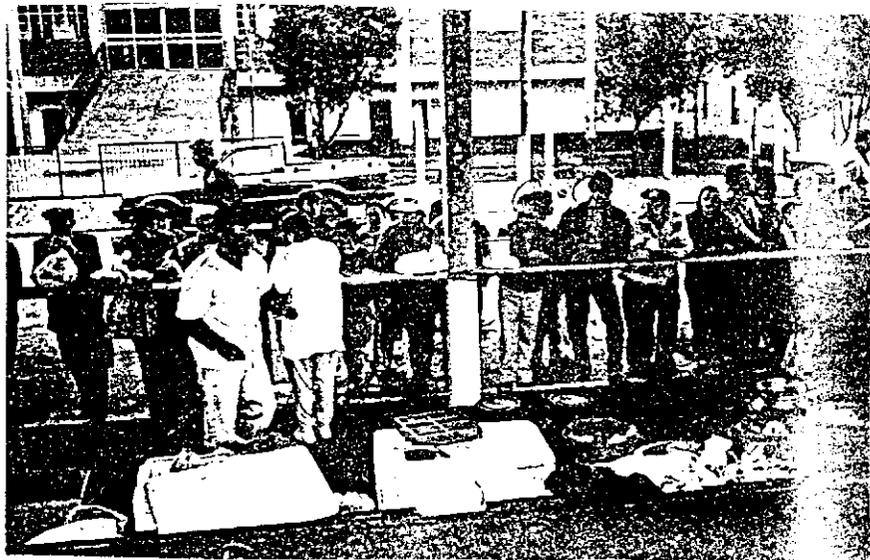


A - 4. O Segmento da Vassoura

O setor de vassouras definiu-se por encontrar entre os associados, o agricultor Ervino Dickel que já desenvolveu a fabricação de vassouras, quando morador de sua antiga propriedade em Sede Aurora, que conforme descrevemos, fora inundada pela construção da barragem do Passo Real. Aproveitando esse potencial e o mercado existente passou-se a cultivar 10 ha de vassouras, que após industrializada na cooperativa, chegou-se em 1994 a uma produção de 850 dúzias de vassouras de palha, o que significa um faturamento bruto de US\$ 13.600,00 e um faturamento líquido de US\$ 9.350,00, que se considerarmos o salário mínimo de US\$ 70,00 temos 133,5 salários mínimos no ano. (ver foto a seguir).

A - 5. O Segmento da Indústria de Suínos

Nesse segmento foi construído uma área de 600 m², onde instalou-se a indústria de suínos. Em 1994, a capacidade de abate de 20 porcos/semana ou 2.000 Kg, desmembrados em 12 produtos (embutidos e carnes) e mais 7 defumados (orelha, pé, lombinho, costela, bacon, entre outros). Observamos que neste momento, temos a complementaridade da conversão da matéria-prima vegetal e matéria-prima animal no processo de industrialização. (ver foto a seguir).



A - 6. O Segmento do Planejamento

Por último foi estruturado um segmento de planejamento, por onde passa toda a ordenação do processo decisório da cooperativa. Trabalham de forma efetiva os cooperados Silvia Scheneider e Carlos Fanozzo, acadêmicos do curso de Economia da UNICRUZ, tendo entre outras atividades a adoção e controle de um sistema de planilhamento da formação dos custos de produção em todos os segmentos. Os dados das planilhas são elementos subsidiários na construção dos balancetes e balanços da COOPAIL. Além dos membros naturais que passam por esse segmento (cooperados da COOPAIL) trabalham também em caráter especial profissionais da Universidade de Cruz Alta, técnicos da EMATER, da COTRIBA.

(ver foto a seguir)



4.3 - O COMPORTAMENTO ECONOMICO DOS SEGMENTOS DA COOPAIL

No período compreendido entre o ano de 1991 a 1993,

temos os seguintes resultados em termos do comportamento da produção e produtividade.

4.3.1 - O Segmento da Lavoura.

Conforme os dados do quadro - 1 (abaixo), podemos perceber que ocorreu um aumento na produtividade do trabalho deste segmento produtivo. Em 1991, encontravam-se em atividade 06 trabalhadores com um total de 1.752 horas/homem. Em 1993 esse número baixou para 03 trabalhadores e um total de 1.266 horas/homem. Ao mesmo tempo que ocorreu essa redução do tempo de trabalho e as pessoas ocupadas no setor, obteve-se um aumento na produção de soja 18%, 37,14% na produção de milho, mantendo-se ainda uma produção de 48 toneladas de trigo e mais 6 toneladas de produtos diversos.

No geral esses dados são positivos pelo fato de melhor exploração dos fatores produtivos, tendo inclusive permitido condições da cooperativa atuar na cultura da soja, fato que na condição anterior, pelos motivos já discutidos neste trabalho, não possível a esses produtores rurais na forma de parcelaria.

QUADRO 1

COMPORTAMENTO ECONOMICO DO SETOR DA LAVOURA		A N O S	
QUESITOS		(A) 1991	(B) 1993
PESSOAS OCUPADAS		06	03
TEMPO DE TRABALHO		10.413	3.796
PRODUTIVIDADE DO TRABALHO		1.752	1.266
Produção em Toneladas	SOJA	192	228
	MILHO	84	115.20
	TRIGO	-	48
	OUTROS	-	6

FONTE: Segmento de Planejamento da Coopail

Dentre os aspectos que influenciam para estes resultados, podemos citar:

- A discussão conjunta entre os responsáveis pelo segmento da lavoura, com os técnicos e agrônomos da EMATER e UNICRUZ, onde procurou-se aplicar a melhor recomendação técnica em termos do planejamento agrícola (determinação da época dos plantios, escolha das sementes, correção dos solos, regulagem das máquinas, além da avaliação das planilhas de custos da safra anterior).
- Outro fator que tem dado bons resultados é o fato

da participação do grupo na troca de outras experiências, cursos, e seminários ligados a questão agrícola;

- Como ponto de estrangulamento principal (para esse segmento no momento atual), segundo nossa avaliação, esta na falta de mais terra para o aproveitamento melhor do maquinário existente (2 tratores, 1 colheitadeira auto-motriz, 1 plantadeira de plantio direto, entre outros equipamentos). A área para soja e milho hoje é insuficiente para atender a demanda interna e externa, pois os dados de 1993 apontam uma área de 90 ha para soja e 55 ha para milho.

4.3.2 - O Segmento do Gado.

O segmento do gado é voltado basicamente para a produção leiteira. Conforme os dados do Quadro - 2 podemos observar um comportamento semelhante ao segmento da lavoura analisado anteriormente. Em 1991, trabalhavam nesse segmento 13 pessoas com um total de 1.372 horas/homem. Em 1993 o pessoal ocupado reduziu-se para 06 trabalhadores, ficando com um total de 1.820 horas/homem percebe-se que ocorreu uma redução do volume de horas trabalho no segmento, ao mesmo tempo que a quantidade de horas trabalhadas por pessoa aumentou.

Observa-se também que enquanto o número de trabalhadores e horas trabalhadas diminuíam, a produção de leite aumentou. Em 1991 produziu-se 126.000 litros de leite, em 1993 a produção passou para 177.840 litros, mesmo com o número menor de vacas ordenhadas (1991 - 50 e 1993 - 38 vacas ordenhadas), o que demonstrou também um melhor rendimento do rebanho leiteiro.

QUADRO 2

COMPORTAMENTO ECONOMICO DO SETOR DA LEITEIRO		
QUESITOS	A N O S	
	(A) 1991	(B) 1993
PESSOAS OCUPADAS	13	06
TEMPO DE TRABALHO	17.906	10.980
PRODUTIVIDADE DO TRABALHO	1.372	1.820
VACAS ORDENHADAS	50	38
PRODUÇÃO (Litros Leite)	126.000	177.840

FONTE: Segmento de Planejamento da Coopail

Os pontos positivos desse segmento estão no constante aperfeiçoamento do pessoal que aí trabalham, na

busca de assistência técnica, na melhoria genética do rebanho, como também da infra-estrutura existente, sala de ordenha com equipamentos modernos, sendo atualmente (mês de maio 1994) reestruturada para produção de leite tipo B, o que na sua produção normal dará um ganho bruto de 37% diferença entre a atual produção de leite tipo A para tipo B. A capacidade de ordenha ainda não é explorada na sua plenitude, pois com uma capacidade de ordenha de 70 vacas/hora tem no momento apenas 38, num rebanho existente composto por 93 vacas.

Nesse aspecto a COOPAIL tem como meta para 1995 a ordenha de 100 vacas/dia.

4.3.3 - O Segmento de Suínos (industrialização).

O segmento de suínos, destinado para industrialização, demonstra conforme dados do quadro nº 3 uma redução do pessoal ocupado. Em 1991 trabalhavam nesse segmento 06 trabalhadores, em 1993 esse número decresceu para 04 trabalhadores. Em 1991 tinha-se 1.235 horas para cada homem, em 1993 a quantidade de horas/homem reduziu para 912. Esses dados demonstram que ocorrem ganhos de produtividade de trabalho humano nesse segmento, como demonstram a produção. Em 1991 foram abatidos 960 suínos e uma produção de 28.000 kg de carne, em 1993, abateu-se 1200 suínos e uma produção de 45.000 kg de carne, quase dobrando a produção.

QUADRO 3

COMPORTAMENTO ECONOMICO DO SETOR DE SUINOS suínos abatidos e produção anual		
QUESITOS	A N O S	
	(A) 1991	(B) 1993
PESSOAS OCUPADAS	06	04
TEMPO DE TRAB. EM H/ANOS	7.411	3.649
PRODUTIVIDADE DO TRABALHO	1.225	912
SUINOS ABATIDOS	960	1.200
PRODUÇÃO (Kg de Carne)	28.000	45.000

FONTE: Segmento de Planejamento da Coopail

Esses resultados estão ligados diretamente com os princípios do gerenciamento e da busca da qualidade total desse segmento, onde pode-se citar:

- A avaliação constante dos animais e melhoramentos genético;
- Melhor definição na fase de desmame dos leitões;
- Classificação dos suínos nas suas fases iniciais e terminais;
- Instalação de uma maternidade que segue as recomendações técnicas para que as porcas consigam desenvolver o período antes e pós-parto.

(em torno de 40 dias) nas condições ideais;

- O controle permanente da formação dos custos de produção e sua crítica;
- A programação em escala industrial no setor de abate e industrialização;
- A produção de tipos de ração para cada fase e característica do suíno;

Como principal ponto de estrangulamento desse segmento, citamos a incapacidade de atender a demanda em termos de suínos para o abate, pois a COOPAIL não está conseguindo ocupar os novos espaços no mercado que estão surgindo. A solução para essa questão no momento, está na compra de suínos para complementar a demanda de abate, e procura suprir essa deficiência no médio prazo ampliando a reprodução interna de suínos.

4.3.4 - O Segmento de Vassouras.

A manufatura de vassouras de palha, tem sido uma atividade que além de rentável, consegue ocupar a mão-de-obra excedente em momentos ocasionais, causados por entressafras agrícolas, chuvas ou redução de trabalho em outros segmentos econômicos da Coopail, pois é uma atividade intensiva em força de trabalho humano. Nesse segmento as operações são basicamente artesanais, não existe o auxílio de

maquinarias. Esse aspecto é constatado quando analisamos os dados do Quadro - 4 onde conta para 1991, 05 pessoas ocupadas e um total de 318 hora/homem. Já em 1993 temos 03 pessoas trabalhando neste segmento o que aponta uma redução de pessoal ocupado, porém o número de horas/homem praticamente triplica, ficando em 957 horas trabalhadas por cada trabalhador. Esses dados demonstram entre outros que esse segmento no período analisado exigiu um maior esforço das pessoas que nele trabalham, o que também já fora constatado no segmento gado na Coopail.

QUADRO 4

COMPORTAMENTO ECONOMICO DO SETOR DA VASSOURAS		
QUESITOS	A N O S	
	(A) 1991	(B) 1993
PESSOAS OCUPADAS	05	03
TEMPO DE TRABALHO	1.592	2.872
PRODUTIVIDADE DO TRABALHO	318	957
PRODUÇÃO (Dúzias de Vassouras)	450	750

FONTE: Segmento de Planejamento da Coopail

A representatividade econômica desse segmento, para o ano de 1993, calculou-se um total de 900 dúzias produzidas e comercializadas, que segundo os dados do segmento de

planejamento a comercialização de vassoura no ano de 1993 deixou um saldo líquido de 84 salários mínimos (base salário de maio 1994).

Como meta para 1995 a COOPAIL prevê a ampliação da área de plantação de matéria prima (palha) e investimento em maquinário para industrialização das vassouras.

4.3.5 - Plasticultura.

A produção de hortigranjeiro em estufas foi uma das grandes inovações da COOPAIL, quando da sua origem. No seu primeiro ano as hortas caseiras encontravam-se descentralizadas, próximas das residências dos produtores (fato que ainda ocorre hoje), entretanto o cultivo de alguns produtos em escala comercial tornou-se em mais uma atividade rentável para a COOPAIL.

Anteriormente, em certas épocas trabalhavam até 12 pessoas nessa atividade. A partir da construção de uma estufa de 500 m², duas senhoras assumiram essa atividade, produzindo em 1993, 420.000 Kg de tomate e após; repolho, beterraba, pepino, alface e moranga. Atualmente (Junho de 1994) a Coopail está construindo mais duas estufas com 500 m² e já esta com produção própria de mudas e seleção de sementes para as estufas. Ver foto abaixo.



Concluindo, de forma geral, observou-se um comportamento positivo em todas os segmentos econômicos da cooperativa, o que demonstra que está conseguindo combinar melhor os seus fatores produtivos (terra, capital e trabalho) e manter no seu local de trabalho, as 14 famílias que compõe a cooperativa.

No entanto pela indicação dos dados analisados percebemos que a medida que são retirados trabalhadores dos segmentos econômicos para outros segmentos, os que ficam tem sob sua responsabilidade o andamento normal de atividades, o que tem significado o aumento da jornada de trabalho e pode definir limites produtivos para os segmentos, como é o caso do segmento de vassouras onde o número de horas de trabalho aumentou consideravelmente para os que ficaram no segmento.

Outra questão que transparece em todos os segmentos

econômicos é a necessidade de ampliação da matriz produtiva, veja:

- No segmento de suínos, falta de suínos para atender a demanda de abate;
- No segmento de gado, falta de vacas em estágios de ordenhas para melhor ocupar a estrutura existente;
- No segmento de lavoura, a terra aparece como fator limitante para melhor ocupar o maquinário existente;
- No segmento de vassouras, necessidade de expansão da área plantada com matéria-prima e investimento em maquinário ou colocar mais trabalhadores.

Esses dados, de um lado, apresentam uma perspectiva de crescimento econômico da cooperativa, e de outro, demonstram que são necessários novos recursos para investimentos produtivos, o que a cooperativa não possui no momento.

Para melhor avaliarmos, os resultados de nova análise, até o momento, passaremos a seguir o estudo dos balanços contábeis, nos termos do cálculo da margem de lucros e da participação da força de trabalho no excedente gerado.

4.3.6 - Situação Econômico-Financeira.

Neste t3pico realizamos uma an3lise do sistema cont3bil da cooperativa nos anos de 1991-92-93, com o objetivo de verificar sob o ponto de vista cont3bil, se os resultados econ3micos positivos registrado anteriormente, apresentam uma similaridade.

Trabalharemos mais diretamente em termos de c3lculo do lucro operacional liquido. Para fins conceituais destacamos que o lucro aqui 3 visto como o rendimento atribuido especificamente ao capital investido, diretamente pela cooperativa. Embora a Coopail n3o seja uma empresa tipicamente capitalista, que tem no lucro a forma 3nica da realiza33o do capital e do capitalista, o lucro na Coopail, para fins de an3lise no momento, 3 considerado como sendo a diferen3a entre as receitas e as despesas no exercicio produtivo do per3odo analisado.

4.3.6.1 - Margem de Lucro Operacional Liquido.

Ap3s observados os custos totais da produ33o e as despesas operacionais menos os gastos com a m3o-de-obra (a parte que 3 destinada aos trabalhadores sob forma de pagamento do tempo de trabalho de cada um nos segmentos econ3micos da Coopail), chegamos para o ano de 1991 com um percentual de crescimento de 5,27%, para o ano de 1992 esse

indicador aumentou em 28%, passando para 6,94% e no ano de 1993, continuou aumentando, passando para 8,30%, significando um aumento de 13% em relação ao ano anterior e um percentual acumulado nos três anos analisados de 41%.

Com esses dados, significa dizer que no ano de 1991 para cada R\$ 100,00 investidos sobram 5,27%, e 1992 - 6,94% e em 1993 de cada R\$ 100,00 investido retornaram a mais 8,30%.

No entanto percebe-se que o ritmo do crescimento da taxa de lucro não é homogênea e apresenta uma tendência decrescente (embora saibamos que dois anos comparativos é um tempo muito reduzido), há uma redução na taxa e crescimento de lucro, quando comparando o ano de 1991 com o de 1992, com um aumento de (28%) e nos anos de 1992 à 1993 este percentual ficou em 13%.

Esse comportamento apresenta uma correlação direta como evidenciado no tópico anterior, onde analisamos a evolução produtiva dos segmentos econômicos das cooperativas, nos quais percebemos que com excessão do segmento de suínos (abate), todos, ao reduzir o número de trabalhadores do segmento, aumentou o volume de horas/por trabalhador, aumentando os índices de produtividade, porém não numa forma crescente e homogênea, ou seja, obteve-se um comportamento crescente porém de período (ano) à período a taxa de rendimento embora positiva foi menor que a anterior. Esse

fato evidencia que a cooperativa caminha para a exploração máxima de sua atual produtiva estrutura e dos recursos existentes inclusive refletindo no aspecto humano.

Essa perspectiva de regressão no crescimento econômico, mais uma vez aparece quando deduzimos da margem de lucro operacional líquida, os gastos com mão-de-obra. Nesse aspecto constatamos uma margem de lucro líquido no período de 3.89% em 1991, 4.14% em 1993 e 4.32% para o ano de 1994. O que se percebe que em 1991 dos 5,27% do lucro operacional auferido, 3,89% foram distribuídos como forma de pagamento de mão-de-obra aos cooperados. Já em 1992 dos 6.49%, 4.14% foram gastos com força de trabalho e em 1993 esse percentual ficou em 4.32%.

Esses dados nos demonstram um bom nível de distribuição do excedente entre os cooperados, que em termos de salário mínimo de renda familiar significa um montante de 2 a 4 salários mínimos por família. Considerados os indicadores para a região onde 66% das famílias situavam-se (conforme referido anteriormente) abaixo de dois salários mínimos de renda familiar e os indicadores nacionais do FNDA para o mesmo ano quando apontaram que no meio rural brasileiro 61,2% estão abaixo de dois salários mínimos de renda familiar.

O cálculo da participação da remuneração da força

de trabalho é um dos pontos que também apontam limites distributivos para o futuro. O que se observa é que no ano de 1991 a Coopail conseguiu distribuir mais, já entre 1992 e 1993 o percentual ficou praticamente o mesmo.

Finalizando, de forma global, a Coopail, pelos dados analisados até o momento, vem demonstrando o desempenho positivo, tanto no ponto de vista social como econômico. Social principalmente por apresentar condições de trabalho as famílias que a compõem, dadas as condições que encontravam-se no período antes da formação da cooperativa. Econômico devido a sua forma organizacional, que permitiu a racionalidade dos fatores econômicos, reaplicando-se e obtendo resultados positivos, onde destacamos a forma de gestão direta dos associados.

Entretanto, os dados até agora trabalhados evidenciam limites da atual matriz produtiva, principalmente nos segmentos econômicos da lavoura (falta de terra), gado, falta de vacas em estágios de ordenha e com estrutura ociosa - ordenha mecânica, operando abaixo de sua capacidade - e no segmento de suínos (incapacidade de produção própria para o atendimento da demanda existente). Essas evidências apontam para a necessidade de novos investimentos de capital produtivamente, o que poderá acabar concorrendo com a parte do excedente destinado aos programas sociais e até o próprio nível de consumo familiar.

No aspecto humano encontramos em todos os segmentos (com excessão de lavoura), de um lado a redução de trabalhadores, e no outro um aumento da quantidade de horas/homem trabalhadas durante o período comparado.

Percebemos uma combinação dos resultados da análise dos segmentos da Coopail, com os resultados da análises dos balanços em termos da taxa de lucro. Os dados combinam-se quando apontam em todo o período analisado, um crescimento positivo, entretanto, esse crescimento quando relativizado ano após anos encontramos um tendência de queda da taxa de lucros.

Transparece dessa forma, que a cooperativa está aproximando-se do seu limite máximo de exploração de seus meios produtivos, o que exigirá inevitavelmente para continuar ao mesmo nível de crescimento (dadas as mesmas condições), de reformas na sua matriz produtiva e consequentemente de novas inversões de capital.

Consideramos que este é um dos principais ponto de estrangulamento interno que a cooperativa apresenta para o futuro, principalmente porque na pauta de prioridades terá que optar por investir produtivamente e ao mesmo tempo atender a participação social no excedente, sem que isso incorra em queda do nível de acesso dessa participação.

Neste momento por ser uma experiência recente e em

evolução, sentimos a necessidade do prosseguimento de nossa pesquisa, bem como a utilização de outros indicadores ainda não sistematizados na cooperativa, e um período de tempo maior para que possamos melhor reavaliar o que até agora afirmamos.

evolução, sentimos a necessidade do prosseguimento de nossa pesquisa, bem como a utilização de outros indicadores ainda não sistematizados na cooperativa, e um período de tempo maior para que possamos melhor reavaliar o que até agora afirmamos.

4.6 - REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

Bibliografia Utilizada

- MAROSO, Gilmar e Florão, S. Reni. **Plantio Direto - Um Enfoque Econômico**. Cruz Alta, UNICRUZ. Textos & Letras, Edição Especial, 1993, p. 04.
- MARX, Karl. **O Capital**, Livro 1, Volume 1, Nova Cultural, 1985.
- RAMIREZ, Mariana Ravenet e ALBARRAN, Lilia Nahela B. **Revolução Agrária y Cooperativismo en Cuba**. Editorial de Ciências Sociales La Abana, 1989.
- ZAMBERLAN, Jurandir. **Cooperação - O Desafio que Começa a Sulcar a Terra**. Cruz Alta, UNICRUZ, 1990.

NOTAS

- 1 - Sobre o estudo do VBC (Valor Básico de Custeio) da soja, da região de Cruz Alta, ver: **Diagnóstico do VBC**, In: Texto para discussão. Cruz Alta, UNICRUZ, 1992, mimeo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como considerações finais procuraremos relacionar os principais fatos empíricos levantados no período de estudos da COOPAIL, com o marco histórico-teórico do capítulos I à III deste trabalho. Não nos reportamos à bibliografias específicas, nem definiremos a categorias a serem utilizadas por julgarmos ter desenvolvido nos citados capítulos.

Nos capítulos I e II deste trabalho procuramos entender melhor a funcionalidade da formação econômico-social - O Capitalismo -, por ser esta formação, a determinante da dinâmica da formação econômico-social brasileira, espaço em que insere-se nosso objeto de estudos, no caso, uma cooperativa de produção agropecuária, constituída há quatro anos, por 14 famílias de pequenos produtores camponeses na Região Norte do Estado do Rio Grande do Sul.

No capítulo I percebemos que o capitalismo é em essência a forma de produção de mercadorias. Mercadorias que por sua vez chega ao mercado, contendo a mais-valia, originária na esfera da produção sob a exploração do trabalho humano (classe trabalhadora). O mercado é o

ambiente da realização da mais-valia, com a ocorrência das trocas entre as diferentes mercadorias e, conseqüentemente a condição de reprodução ampliada do capital.

Como formação hegemônica, o capitalismo, reproduz-se de múltiplas formas, não necessariamente na sua forma acabada, aquela que apresenta um processo de diferenciação total. Tendo de um lado os detentores do Capital (a burguesia) e no outro, os vendedores da força-de-trabalho (os trabalha-dores). Nesta condição é essencial que trabalho e capital encontrem-se em pólos opostos, que para a classe trabalhadora não reste-lhe nada mais que sua própria força de trabalho.

A existência de formação econômicos-sociais não tipicamente capitalista no entanto é um grande campo que a ciência ainda tem que percorrer. De um lado temos grandes peensadores que apontam limites para estas formações no Capitalismo, outros, devido a persistência de certas formações, defendem a tese de que em certos casos, o capitalismo não impõe limites e até reconstitui essas formações como forma de viabilizar sua própria reprodução, como é o caso (em determinadas situações), de modo-de-vida camponês, que tem em sua lógica de reprodução, em primeiro lugar a subsistência familiar, mesmo que de sua produção, comercialize um excedente e adquira produtos complementares.

Conforme o exposto no capítulo I, pode-se concluir

que a necessária complementariedade na pauta do consumo familiar, leva o Camponês ao Mercado Capitalista, e desta relação repassa sobre-trabalho ao Sistema Dominante no caso o capitalismo, pelo fato de que as mercadorias que adquire contém mais-valia e segundo a teoria do valor trabalho, no mercado, as trocas ocorrem na citação de equivalentes. Nessa condição, mesmo sem perceber, para relacionar-se no mercado, o camponês precisa ser possuidor de mais-valor.

Esse é segundo a nossa concepção, a principal limitante para a COOPAIL. Em essência a forma de organização desses produtores em uma cooperativa, ao mesmo tempo que ampliou a capacidade de resistência dessa categoria de produtores rurais ao processo de diferenciação do capital (causados pela própria dinâmica do capital nesse espaço), no outro oposto é condição de uma maior exploração destes pelo capital. Isto está explícito nos resultados econômicos obtidos após a constituição da cooperativa.

A reprodução do capitalismo no espaço agrário gaúcho, devido ao seu nível de desenvolvimento, ainda apresenta certas particularidades como: a existência da renda fundiária; a necessária centralização de terras e capital (devido ao padrão agrícola - capital-intensivo - implantado nos últimos 50 anos); a sazonalidade dos ciclos produtivos (nessa região temos quatro estações climáticas bem definidas anualmente); a dificuldade de máximo

rendimento dos fatores econômicos, causados pela disfunção entre o tempo-de-trabalho e o tempo-de-produção, pela escassez de capital e tecnologia.

São fatores negativos a reprodução do capital em todas as suas formas históricas, mas no caso de nosso estudo, no Norte do Rio Grande do Sul, a predominância é de pequenos produtores camponeses, que sofrem mais diretamente os reflexos desses fatores. O modelo agrícola, centralizador, de terras e capital, está voltado primordialmente para o mercado. Isso deixou de "fora" a grande maioria de camponeses, por não possuírem o módulo rural ideal, por falta de capital e também pela própria cultura desse extrato de produtores rurais. O cooperativismo conforme estudamos nos capítulos III e IV foi a própria reconstituição para viabilizar estratégias do próprio capital. Conseqüentemente por ser do próprio Modelo Dominante e excludente não proporcionou espaço para a produção camponesa. Ficou apenas no nível do discurso, na difusão da ideologia dominante.

Nesse aspecto a forma de cooperação adotada na Coopail, a sua ordenação dos fatores; na centralização das terras, dos capitais, e da mão-de-obra familiar disponível e a conseqüente reordenação no processo social e produtivo, permitiu ganhos econômicos e sociais, inclusive de participar do mercado naqueles produtos como a soja, não lhe era viável, na forma individual.

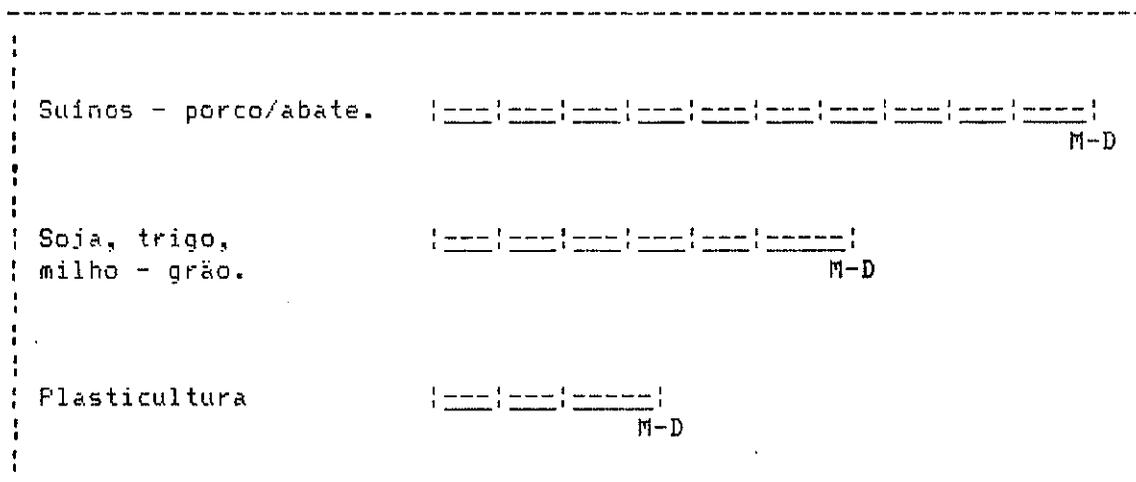
O processo de assimilação tecnológica, a divisão social do trabalho, o controle de qualidade e uma pauta de produção diversificada (que permite fazer dinheiro em vários períodos do ano) e a organização social, são os grandes responsáveis pelo ganho de resistência no capitalismo que vemos comentando. Ex. no caso da produção de um porco de 100 Kg pronto para o abate, temos vários sub-ciclos produtivos; o período de gestação de um leitão é em torno de 114 dias; mais 25 de amamentação; 40 dias no estágio de creche e mais 90 dias para a terminação o que dá 249 dias para produzir um porco para o abate. Isto necessita capital adiantado (capital que a maioria dos pequenos produtores não possui), para quem deseja produzir porcos neste sistema. No entanto após estruturado essa produção, o abate pode ser diário, produzindo mercadorias em todo o tempo e conseqüentemente a possibilidade de dinheiro a qualquer momento, além é claro da maior agregação de valor no estabelecimento (conversão de proteínas de origem vegetal em animal) e que no caso agrícola pode servir também de local de ocupação da mão-de-obra disponível causada principalmente pela sazonalidade inerente do ciclo agrícola.

Na COOPAIL a possibilidade de fazer dinheiro com a soja, milho e trigo, ocorre em apenas duas vezes no ano (essa é a realidade de quem fica apenas na monocultura); na plasticultura já pode-se obter produtos com menos tempo,

entre 30 e 90 dias, de acordo com o produto à produzir; o leite proporciona dinheiro mensalmente; a industrialização de suínos, após produzido ou comprado o porco para o abate, pode-se ter a realização de um ciclo a cada dia, o mesmo ocorre com a industrialização de vassouras-de-palhas. Esquemáticamente a possibilidade de fazer dinheiro nesse caso pode ser assim representado (Ver esquema 2):

Esquema 2

Tempo de produção: Alguns produtos da COOPAIL



Escala: |---| ----> 1 mês

Obs:

- M-D, significa de forma genérica, a possibilidade da COOPAIL possuir mercadorias (através de produção própria) em condições de entrar na esfera da circulação e, conseqüentemente a sua

transformação em dinheiro.

- a soja e o milho são culturas de verão.
- o trigo é cultura de inverno.
- todos os produtos são considerados como para consumo in-natura, ou como matéria prima à indústria.
- após vencido o ciclo natural, na indústria temos condições de produção em escala. Significa a possibilidade de fazer dinheiro.

A previsão de retorno do capital investido, está na própria superação positiva do capital, através da utilização do padrão tecnológico indicado de acordo com cada espécie de produto, a conseqüente avaliação da viabilidade econômica apresentada nas planilhas de custos de produção, que por sua vez, os resultados são comparados com os indicadores médios da região por produto. O que quer que dizer que a COOPAIL embora aplique dinheiro subsidiado, não faz suas inversões dependente desse fator. Porém essa "segurança" é um indicador extremamente conjuntural, sabemos que no capitalismo nada é estável.

O modelo em que a Coopail insere-se é como dissemos capital intensivo, exemplificando com o caso do suíno; na formação dos custos de produção, em torno de 75% são gastos com ração e a força-de-trabalho participa com apenas 8%.

Esse comportamento tem evidenciado limites quanto ao futuro, ao mesmo tempo tem motivado cada vez mais a cooperativa a buscar formas de ganho em produtividade, ao mesmo tempo que tem ocupado um tempo maior e crescente dos trabalhadores na esfera produtiva. Já esta ocorrendo casos em que "vizinhos de porta", não conversarem como no passado, conforme ocorria entre as famílias, o que é atípico no meio rural.

Ao passo que a cooperativa consegue crescer economicamente, mais entra no mercado formal, encontrando os grandes concorrentes, o que tem apresentado novas questões: crescer associando-se aos grandes; crescer de forma autônoma, verticalizando mais alguns setores (ampliar a indústria) ou horizontalizar mais a produção (ampliar a área de lavoura ou criação de animais) ou procurar ampliar a área de ação, integrando e incentivando a formação de novas cooperativas. Esta última tem sido o caminho perseguido pela COOPAIL. Entendemos que qualquer um dos cenários exigem mais capital e grande esforço social para vencer o próprio processo de aculturação dos pequenos produtores rurais (meios que são escassos para a comunidade interna e externa da cooperativa), e que além de poupador de mão-de-obra, o padrão tecnológico vigente, concorre com os recursos necessários aos programas sociais e culturais. Temos nessas condições o capital consumindo capital em detrimento do consumo e desenvolvimento humano. Observamos que existem

processo menos intensivos em capital é o caso da industrialização de vassouras, mas que no nível em que se encontra deparando seus meios produtivos, totalmente artesanais e pela exigência do mercado, passa ser necessário inovações tecnológicas e a conseqüente intensificação de capital e tecnologia.

A questão da renda fundiária é um fator diferenciador fortemente presente na estrutura da COOPAIL, dividindo os associados em duas categorias básicas: os com terras e os sem terras. Essa questão foi um dos grandes problemas que a cooperativa tem discutido. Geralmente o camponês pela sua própria lógica de organização, não consegue abstrair essa questão. Daí surgirem dúvidas quanto a justiça na determinação e pagamento de uma renda aos proprietários. Faz-se necessário o entendimento do capitalismo e suas formas de reprodução no espaço rural, como a própria origem da determinação renda fundiária - o que é renda fundiária.

Do ponto de vista sociológico a forma de convivência das famílias na COOPAIL, apresenta muitos aspectos positivos:

- pela convivência em cooperação muitas das barreiras individualistas estão sendo superadas;
- a vida cotidiana lhe faz pensar o sistema em que estão inseridos, o que facilita, na prática,

- entender suas contradições e seu posicionamento no espaço do capitalismo;
- a participação nos movimentos sociais e a própria abertura a comunidade externa, tem promovido a troca de experiências nas mais variadas questões, o que amplia o conhecimento do próprio sistema capitalista e o surgimento de alternativas para melhor entender esse sistema;
 - a participação direta da mulher sem distinções; do jovem; velhos e da criança, é talvez um dos maiores avanços no campo social;
 - a tentativa de trabalho integrado com outras cooperativas e associação, também vem facilitando ampliar o campo da cooperação.
 - A COOPAIL nesses quatro anos de existência apresenta a possibilidade da cooperação de classe em si no caso a que trabalha.

Para finalizar, entendemos que a COOPAIL ao mesmo tempo que conseguiu, através dos princípios da cooperação, dar resistências a seus associados, permitindo a permanência em seu espaço de trabalho, não conseguiu superar questões clássicas do processo diferenciador do capital. Persistem entre outros; a questão da renda da terra; e a auto e crescente exploração do trabalho dos associados, para poder permanecer no sistema. Embora consiga desenvolver um

programa de rotações e diversificação da produção, continua cada vez mais atrelada ao mercado capitalista financeiro, de insumos e máquinas para poder manter o mesmo nível de crescimento e participação no mercado.

Os dados da análise dos balanços da cooperativa demonstraram sua viabilidade econômica até o momento, que ela repassa valor ao Sistema Capitalista ao mesmo tempo que, também consegue acumular capital. Como resultado desses quatro anos de existência, é mais um exemplo, de que é possível mesmo no capitalismo, os trabalhadores se auto-definirem, administrando e partilhando diretamente dos resultados do seu próprio trabalho, sem a presença da figura do capitalista e daquele que vive estritamente da renda fundiária.

Por ser a COOPAIL, parte integrante da Formação Hegemônica, ou melhor dizendo da Formação Econômica-Social Capitalista (o que nega em parte a nossa hipótese principal). Em contrapartida a COOPAIL, deixa na prática, em quatro anos de existência indicadores de que é possível a independência do trabalhador pelas vias de seu próprio trabalho. Basta que o trabalhador, resgaste sua própria consciência de classe.

Os limites existentes, são inerentes da própria dinâmica de produção do Sistema Capitalista a que se insere. No mais fez na sua caminhada, a aplicação da cooperação sem

"mascaras", deixa evidências de caminhos possíveis a trilhar no campo da cooperação, no entanto longe de ser um modelo é uma experiência em andamento.

Abrimos portanto, neste momento um novo problema e conseqüentemente uma nova hipótese - desafios de continuidade teórico prático.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1992.
- ALBUQUERQUE, M. C. & NICOL. R. **Economia Agrícola: O Setor Primário e a Evolução da Economia Brasileira**. São Paulo, McGraw-Hill, 1987.
- ADAS, Melhem. **Estudos de Geografia do Brasil**. SP, Moderna, 1985
- AFFONSO, Carlos e SOUZA, Herbert de. **O Estado e o Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. RJ, Paz e Terra, 1977.
- ALONSO, José A. Fialho. **Evolução das Desigualdades Interregionais da Renda Interna do RS - 1939-70**. POA, FEE, 1984.
- ANDRADE, M. Correia de. **Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil**. SP, Duas Cidades, 1980.
- ALBUQUERQUE, R. C. **Desenvolvimento do Brasil**. ESB, IPES, 78.

- ALÉSSIO, Atilio. **As Relações entre os Grupos Rurais de Cruz Alta, num Processo de Modernização da Estrutura Produtiva.** RJ, FGV, 1981.

- ALMEIDA, P. F. et alli. **A Indústria Gaúcha de Bens de Capital na Dinâmica da Economia Brasileira. Avanços e Constrangimentos.** POA, FEE, 86.

- AGUIAR, R. C. **Abrindo o Pacote Tecnológico.** SP, Pólis/CNFq, 1986.

- _____ . **O Planejamento Regional e o Problema Agrário no Brasil.** SP. Hucitec, 76.

- AKCELRUD. **Reforma Agrária - a luta pela terra no Brasil.** São Paulo. Global Editora, 1987.

- BAIOCCHI, Mário. **A Inserção da Economia Gaúcha na Nacional.** POA, FEE, 1984.

- Banco Internacional de Desenvolvimento. **Progresso Sócio-Econômico da AL.** N. York, 1988.

- BANDEIRA, P. S. e GRUNDLING, A. **O Crescimento da Indústria no RS na década de 70: Um Estudo - Comparativo.** POA, FEE, 1988.

- BORGES, A. F. **Compêndio de Geografia do RS.** FOA, Sulina, 1979.
- _____ . **A Evolução da Sojicultura no Mercado Mundial.** Jornal da Manhã, 23.06.86. Ijuí, 86.
- _____ . **Modernização da Agricultura Trigo e Soja.** Petrópolis, Vozes, 1981.
- _____ . **Reforma Agrária e Política Agrícola.** Ijuí, Liv. UNIJUI, 1988.
- _____ . **Rio Grande do Sul - Crise e Perspectivas.** Ijuí, Liv. UNIJUI, 1988.
- BNDES. **Cenários para a Economia Brasileira.** RJ, 1984.
- BRITO, N. L. B. **Política e Espaço Regional.** Nobel. BOLETIM CRIAEC. Fidene, Volumes - 3 e 4, no 28, 37, 42 e 43. Ijuí, 1984 e 1985.
- BRESSER PEREIRA, L. C. **Introdução Crítica à Economia Brasileira.** SP., Brasiliense, 1982.
- BRESSER PEREIRA, L. C. **Lucro, Acumulação e Crise.** SP. Brasiliense, 1986.

- _____ . **A Economia Brasileira: Uma Crítica.**
São Paulo, Brasiliense, 1982 - várias edições.

- _____ . **Tecnoburocracia e Contestação.**
Petrópolis, Vozes, 1972.

- BRESSER PEREIRA, L. C. e YOSKIYAKI, Nakano. **Inflação e Recessão.** SP. Brasiliense, 1984.

- BRESSER PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e Crise no Brasil.**
SP. Brasiliense, 1987.

- BRUM, A. J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro.**
Petrópolis, Vozes, 1991 - várias edições.

- BURBACH, Roger e FLYNN, Patricia. **Agroindústria nas Américas** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

- CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil - 1930 - 70.** SP., Global, 1985.

- _____ . **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo.** SP., T.A. Queiroz, 1983.

- CARDOSO, F. H. **Política e Desenvolvimento nas Sociedades Dependentes.** RJ. Zahar, 1971.

- _____ . Autoritarismo e Democratização. RJ. Paz e Terra, 1972.

- CARDOSO, F. H. e IANNI, O. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. SP. Paz e Terra.

- CARRION Jr., F. M. Origens e Perspectivas da Crise Econômica no RS. POA, UFRGS/DAECA, 1966.

- _____ . RS: Política Econômica e Alternativas. POA, Mercado Aberto, 1981.

- CARRION Jr., F. M. e FONSECA, P. Relações Industriais Internas e Externas da Economia Gaúcha. POA, FIERGS, 1981.

- CARVALHO, C. M. D. Le Brésil Meridional: étude économique sur le etats du sud: SP, PR, SC, RS. Paris, Desfosses, 1910.

- CARVALHO, João Carlos M. Camponeses no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1978.

- CASTRO, A. Barros de. Sete Ensaio Sobre a Economia Brasileira. RJ, Forense, 1971.

- CASTRO, A. B. e SOUZA, F.E.P. A Economia Brasileira em
Marcha. SP. Paz e Terra, 1985.

- CONJUNTURA ECONOMICA (1971). RJ. FGV, V. 25, nº 09, set.
(1977). RJ. FGV., V. 31, nº 07, Jul.

- CIMS. Plano Municipal de Saúde. Cruz Alta, 1988.

- CEPAL. Balance Preiminar de la Economia Latina Americana.
Dez. 1986 e 1986.

- CALLAI, E. C. et alli. O Ensino da Geografia. Ijuí,
UNIJUI, 1986.

- CASSOL, Ernesto et alli. DGE - 38: Caracterização Sócio-
Econômica. Erechim, FAPA, 1984.

- CIMS. Plano Municipal de Saúde. Cruz Alta, 88.

- CORSAN. Boletim Estatístico Mensal. FOA, 81-87.

- DELGADO, G. O Capital Financeiro a Agricultura no Brasil
(1965- 1985). Campinas, Icone, 1985.

- DIAS, José de Souza. Santa Catarina em Perspectiva: os
anos do golpe. Petrópolis, Vozes, 1989.

- DIARIO SERRANO. Cruz Alta, maio de 1962.

- FEE. Renda Interna Municipal RS, 1939-80. FOA, FEE, 1986.

- FEE. Areas Estatisticamente Comparáveis, 1939 - 1980. FOA, FEE, 1986.

- FEE. Análise da Política de Preços Mínimos para Produtos Agrícolas do RS. FOA, FEE, 1982.

- FEE. A Produção Gaúcha na Economia Nacional - Uma Análise da Concorrência Intercapitalista. FOA, FEE, 1983.

- FLORAIO, S. Reni. O Desenvolvimento Econômico de Condor. Ijuí, UNIJUI, 1986.

- FURTADO, Celso. Nova Economia Política. SP. Paz e Terra, 1983.

- _____ . Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Fundo de Cultura - várias edições.

- _____ . A Nova Dependência. SP. Paz e Terra, 1983.

- _____ . A Análise do "Modelo" Brasileiro. SP.

Civilização Brasileira, 1986.

- FREIAS, Décio. **A Revolução Farroupilha. História e Interpretação.** POA, Mercado Aberto, 1985.
- FEE. **Anuário de Produção Agropecuária 1959.** POA, FEE.
- GAYCER, Luiz Inácio. **Agentes Religiosos e Camponeses Sem-Terra no Sul do Brasil.** Petrópolis, Vozes 1987.
- GOODMAN, D. SORJ, B. & WILKINSON, J. **Da Lavoura às Biotecnologias.** Rio de Janeiro, Campus, 1990.
- GOERGEN, Sérgio Antonio. **Os Cristões e a Questão da Terra.** São Paulo, FTD, 1987.
- GUIMARAES, A. P. **A Crise Agrária.** RJ. Paz e Terra, 1979.
- GRYZBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo.** Petrópolis, Vozes, 1987.
- IANNI, Otávio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro.** SP, Brasiliense, 1984.
- _____ . **Estado e Planejamento Econômico no Brasil.** SP. Civilização Brasileira, 1986.

- IBGE. Enciclopedia dos Municípios Brasileiros, Vol. XXXIII (1955). RJ, IBGE, 1960.
- IBGE. Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário, 1985: RS. Rio de Janeiro, 1987.
- IBGE. A Produção Municipal. Porto Alegre - RS, 1988/89.
- IBGE. CENSO AGRICOLA, 1960: RGS (1967). RJ.
- IBGE. CENSO AGROPECUARIO 1970: RGS (1974). RJ.
- IBGE. CENSO AGROPECUARIO 1975: RGS (1979). RJ.
- IBGE. CENSO AGROPECUARIO 1980: RGS (1984). RJ.
- IBGE. CENSO COMERCIAL 1970: RGS (1974). RJ.
- IBGE. CENSO COMERCIAL 1975: RGS (1980). RJ.
- IBGE. CENSO COMERCIAL 1980: RGS (1984). RJ.
- IBGE. CENSO COMERCIAL e dos SERVIÇOS 1960: RGS, PR, SC, (1967). RJ.
- IBGE. CENSO DEMOCRAFICO 1940: RGS (1950), RJ.
- IBGE. CENSO DEMOCRAFICO 1950: RGS (1955), RJ.
- IBGE. CENSO DEMOCRAFICO 1960: RGS (S.D.), RJ.

- IBGE. CENSO DEMOCRAFICO 1970: RGS (1973), RJ.
- IBGE. CENSO DEMOCRAFICO 1980: RGS (1984), RJ.
- IBGE. CENSO DE SERVIÇOS 1970: RGS (1975), RJ.
- IBGE. CENSO DE SERVIÇOS 1975: RGS (1981), RJ.
- IBGE. CENSO DE SERVIÇOS 1980: RGS (1984), RJ.
- IBGE. CENSO INDUSTRIAL 1960: RGS (1960), RJ.
- IBGE. CENSO INDUSTRIAL 1970: RGS (1974), RJ.
- IBGE. CENSO INDUSTRIAL 1975: RGS (1980), RJ.
- IBGE. CENSO INDUSTRIAL 1980: RGS (1984), RJ.
- IBGE. CENSOS ECONOMICOS 1940: RGS (1950), RJ.
- IBGE. CENSOS ECONOMICOS 1950: RGS (1956), RJ.
- INCRA. Projeto Integrado de Colonização Passo Real - uma
 experiência de trabalho em grupo. Expectativas e
 Resultados. Porto Alegre, 1980.
- IDERGS. Plano Integrado de Desenvolvimento da Região de
 Cruz Alta. CA 1980.
- JAGUARIBE, Hélio. Brasil, 2.000. RJ. Faz e Terra, 1986.

- _____ . O Novo Cenário Internacional. RJ. Paz e Terra, 1986.
- JANUARIA, M. V. S. História do Brasil. SP. Atica, 1983.
- JORNAL DA MANHÃ. Em Defesa da Reforma Agrária, 23-07-86 , Ijuí, RS.
- JOVITA, M. W. Legislação Agrária, Legislação de Registros Públicos, Jurisprudência. ESB, Biblioteca da Presidência da República, 1983.
- KAGEYAMA, A. O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais" in Agricultura e Políticas Públicas. Rio de Janeiro, IFEA, 1990.
- LAUSCHNER, Roque. Agroindústria e Desarrollo Económico. POA, Sulina, 1981.
- _____ . Agroindústria Cooperativa como Agente de Modernização da Empresa Rural. I. Sem. de Modernização Empresa Rural. RJ, SUPRAN, FGV.

- LAUSCHNER, Roque. **Agroindústria e Desenvolvimento Econômico.** São Leopoldo, UNISINOS, 1981.
- LEITE, S. P. **A Política de Assentamento no Estado de São Paulo.** Araraquara. Departamento de Economia, 1987.
- MANDEL, Ernest. **A Crise do Capital.** São Paulo, Editora Ensaio, 1990.
- MANTEGA, G. **A Economia Política Brasileira** Petrópolis, Vozes - várias edições.
- MARTINS, J. de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil.** Petrópolis, Vozes, 1981.
- MELLO, J. M. Cardoso. **Capitalismo Tardio.** SP, Brasiliense, 1984.
- MÜLLER, Geraldo. **A Economia Política Gaúcha dos Anos 30 a 60.** In: Economia do RS. POA, Mercado Aberto, 1979.
- MUNHOS, D. G. **Economia Agrícola.** Petrópolis, Vozes, 1982.
- NAPOLEONI, C. **Smith Ricardo e Marx.** Rio de Janeiro, Graal, 1978.

- NETO, Francisco Graziano. **Questão Agrária e Ecologia. Crítica da Moderna Agricultura.** São Paulo, Brasiliense, 1982.

- NEVES, Gervácio R. **População Citadina e População Migrante em Cruz Alta.** POA, 1986 (mimeo).

- OLIVEIRA, A. U. de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura.** SP. Atica, 1986.

- OLIVEIRA, F. **A Economia Política Brasileira: Crítica à Razão Dualista.** São Paulo, Brasiliense, Coleção Cadernos Sebrae.

- OSORIO, M. et alli. **DGE-38: Caracterização Sócio-Econômica.** Ijuí, FIDENE, 1979.

- O COTRICRUZ. C. Alta, RS, anos de 1978 a 86.

- PESAVENTO, S. J. **A Burguesia Gaúcha.** POA, Mercado Aberto, 1988.

- PEREGAILI, Enrique. **Como o Brasil ficou assim.** SP, Parma.

- PERUGINE, E. et alli. Mapas do RGS. Relevo, Vegetação Original. Os Caminhos do Gado, in: Terra Verde, Céu Azul. SP. Atica, 1985.

- POMAR, Wladimir. Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos. São Paulo, Brasil Debates, 1985.

- PRADO Jr., Caio História Econômica do Brasil. SP. Brasiliense, 1983.

- RANGEL, Inácio. A Inflação Brasileira. RJ, Tempo Brasileiro.

- SANDRI, Sandra, Miséria e Saúde: Relato de Experiências em Medicina Comunitária na Zona Norte de Cruz Alta. P. Fundo, Ed. Berthier, 1988.

- SAMPAIO, Plínio. Capital Estrangeiro e Agricultura no Brasil. Petrópoles, Vozes, CEBRAE, 80.

- SECRETARIA DA FAZENDA DO RS. Relatório Geral de Informações sobre o Desempenho Orçamentário - dos Municípios do RS, anos de 1970 a 87. FOA, PROCERGS, 1988.

- SECRETARIA DA FAZENDA DE CRUZ ALTA. Previsão Orçamentária, 1988. Cruz Alta, 1988.

- SECRETARIA DA FAZENDA DE IJUI. Previsão Orçamentária, 1988. Ijuí, 1988.

- SECRETARIA DA FAZENDA DE SANTO ANGELO. Previsão Orçamentária, 1988. Santo Angelo, 1988.

- SCHILING, P. R. O Expansionismo Brasileiro. Global, 1981.

- SCHUMPETER, J. Teoria del Derarrollo Económico. México, Fondo de Cultura.

- SILVA, J. Graziano. A Modernização Dolorosa. RJ, Zahar Editores, 1981.

- SILVA, J. G. da. Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura. São Paulo, Hucitec, 1981.

- SINGER, Paul. Economia Política e Urbanização. SP, Brasiliense.

- SORJ, Bernado. Estado e Classes Sociais na Agricultura. Zahar Editores, RJ, 1980.

- _____ . Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.
- SZMRECANY, Tomás e GRANZIERA, RG (org). Getúlio Vargas a Economia Contemporânea. UNICAMP.
- ROCHA, Prudêncio. A História de Cruz Alta. CA. Dal Forno, 1964.
- REVISTA PERSPECTIVA ECONOMICA. Cooperativismo 22. São Leopoldo, UNISINOS, 1987.
- REVISTA ABRA, nº 18. São Paulo, Janeiro de 1988.
- SILVA, J. Graziano da. A Modernização Dolorosa. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985.
- SOBER. Anais do XXVI Congresso Brasileiro da Sociologia e Economia Rural. Brasília. SOBER, Vol. 1, 2 e 3, 1988.
- TAMBARA, Elomar. RS: Modernização e Crise na Agricultura. POA, Mercado Aberto, 1987.
- TAVARES, Maria da C. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. RJ, Zahar, 1972.

- TAVARES, M. da C. e LESSA, C. O Desenvolvimento e a Política Industrial da Década de 70: Impasses e Alternativas. RJ, UFRJ (mimeo).
- WAGNER, Carlos. A Saga do João Sem-Terra. Petrópolis, Vozes, 1989.
- WILTGEN. RS. Indicadores Econômicos: Desempenho da Economia do RS. FEE, vol. 14, nº1, POA, 86.
- ZAMBERLAM, Jurandir. Característica Sócio-Econômica de Cruz Alta e Municípios de Influência da APROCRUZ. Porto Alegre, CORAG, 1988.
- ZAMBERLAM, J. Baiocchi, M. FLORÃO, S. R. Cruz Alta as Perspectivas do Desenvolvimento - Um Estudo Sócio-Econômico Prospectivo. Cruz Alta, Gráfica Universitária, 1989.
- WILKINSON, J. O Estado, a Agricultura e a Pequena Produção. São Paulo, Hucitec, 1986.
- WANDERLEY, MARIA NAZARETH BAUDEL. Capital e Propriedade Fundiária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.